

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Período de Análise: 01 a 31 de Março de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Sem-terra destroem casa de fazendeiro, diz polícia – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008	11
Blitz vê falhas em usina de governador de AL – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008	12
Tapete vermelho para invasores – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/03/2008.....	13
Palmas indenizará quatro assentados – Estado de São Paulo – Nacional – 02/03/2008 .	14
Ato exigirá punição ao trabalho escravo – Estado de São Paulo – Nacional – 02/03/2008	14
MST invade fazenda na rodovia D. Pedro – Estado de São Paulo – Nacional – 03/03/2008.....	14
Fazenda que será loteada é invadida pelo MST, em Itatiba – Folha de São Paulo – Brasil – Brasil – 03/03/2008.....	15
Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008	15
Governo quer checar histórico de produtores – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008.....	16
Incra diz ter estrutura para cadastrar propriedades em 30 dias – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008	18
Via Campesina invade área de multinacional no Sul – Gilmar Penteado – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/03/2008.....	18
Empresa diz que cumpre leis do Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2008.....	19
Presidente do Incra fala sobre compra de terra por estrangeiros – Sítio Eletrônico do MDA – 05/03/2008.....	20
Venda de terras para estrangeiros cresce sem controle, afirma Incra - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008.....	21
Parlamentares se manifestam a favor de redução da faixa de fronteira do País - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008.....	22

Motorista paga por briga do MST - Sandra Hahn – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008	22
Retirada de sem-terra no RS deixa 69 feridos – Gilmar Penteadó – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008	23
MST bloqueia rodovias no RS em protesto – Matheus Pichonelli. Gilmar Penteadó e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008.....	26
Relatório de MT diz que dados do Inpe estão 90% errados – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008	26
Sem-terra bloqueiam oito estradas no Sul – Higino Barros – O Globo – O País – 06/03/2008	27
Bahia bate recorde de ocupações no estado em 2007 – Paulo Magalhães – Sítio Eletrônico do MST – 06/03/2008	29
Terra a estrangeiros terá restrição - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008.....	31
Via Campesina faz protesto contra 'deserto verde' no RS - Sandra Hanh – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008	32
Brigada Militar nega violência - Sandra Hanh – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008	33
Grupos ocupam sede da Codevasf e engenho - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008	34
Mulheres sem terra invadem estatal e dois engenhos em PE – Renata Baptista – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2008	35
Via Campesina invade a Codevasf – Letícia Lins – O Globo – O País – 07/03/2008	36
Promotor pede prisão preventiva de Stedile - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008	41
Sem limites – Folha de São Paulo – Opiniões – Editorial – 08/03/2008.....	43
Via Campesina depreca Monsanto em SP – Maurício Simionato – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008	44
Multinacional condena ação dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008.....	45

CANA: CERCA DE 500 MULHERES PROTESTAM CONTRA A MONOCULTURA – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008.....	46
Via Campesina invade Monsanto e destrói viveiros – O Globo – O País – 08/03/2008 .	46
Sem-terra ocupam fazenda da Vale – Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Nacional – 09/03/2008.....	46
Via Campesina ocupa trilhos de ferrovia em Minas Gerais – Sítio Eletrônico da CPT – 10/03/2008.....	47
Conquistada área emblemática para a reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008.....	47
Trabalhadoras páram fábrica da Cargil no MS – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008	48
Sem Terra da Bahia ocupam Secretaria da Agricultura – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008.....	48
Nota da Via Campesina sobre acusações falsas da Vale – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008.....	49
Fórum Estadual de Reforma Agrária faz protestos em Goiás – Sítio Eletrônico da CPT – 11/03/2008.....	50
Empresa vai processar líderes – Fabiana Cimieri – Estado de São Paulo – Nacional – 11/03/2008.....	52
Sem-terra bloqueiam ferrovia da Vale para pedir reestatização – Cíntia Acayaba e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008.....	54
GOIÁS: GRUPO DE SEM-TERRA BLOQUEIA ESTRADAS E INVADE SEDE DO INCRA – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008	55
Vale afirma que vai processar líderes envolvidos na invasão – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008	55
MST bloqueia ferrovia da Vale – Chico Otávio – O Globo – O País – 11/03/2008	56
PTB indica dentista para Incra em GO – Evandro Éboli – O Globo – O País – 11/03/2008.....	57
Incra vai recadastrar assentados no País – Sítio Eletrônico do MDS – 11/03/2008	58

Atingidos por barragens ocupam termelétrica da Eletronorte – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008.....	59
MAB faz mobilização na barragem de Machadinho – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008.....	60
Via Campesina paralisa obras da Hidrelétrica de Estreito – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008.....	60
Comissões da CNA discutem ADA, recadastramento e regularidade de imóveis – Sítio Eletrônico da CNA – 12/03/2008.....	61
MST desembestado – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/03/2008.....	61
Via Campesina cerca usina da Vale - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/03/2008.....	62
Sem-terra invadem Incra em GO – Rubens Santos – Estado de São Paulo – Nacional – 12/03/2008.....	64
Da foice para a motosserra - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008.....	64
Manifestantes invadem usina em Rondônia – Cíntia Acayaba – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2008.....	66
CAMPO MINADO: AÇÕES DO MST EM SP ELEVAM NÚMERO DE INVASÕES EM 2007 – Folha de São Paulo – Brasil – 12/003/2008.....	67
Fora-da-lei – O Globo – Opinião – 12/03/208.....	67
Após ferrovia, MST invade hidrelétrica da Vale - Adauri Antunes Barbosa, Chico Otavio e Isabela Martin – O Globo – O País – 12/03/2008.....	68
Cassel participa de ato contra o trabalho escravo – Sítio Eletrônico do MDA – 12/03/2008.....	70
Atingidos por barragens ocupam Ibama em SP – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008.....	70
Famílias Sem Terra bloqueiam BR 153 – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008.....	71
Trabalhadores bloqueiam duas rodovias no RN – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008.....	72

MST bloqueia acesso às obras da usina de Estreito – Valor Econômico – Brasil – 12/03/2008	72
O renascimento da agenda agrária - José Graziano da Silva – Agência Carta Maior – 13/03/2008	73
Trabalhadores pressionam e substituição no Incra é suspensa – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008	74
Incra vai recadastrar assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008	75
Incra começa a recadastrar assentados - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008	76
MST mantém cerco a usina - Roldão Arruda, Roberto Almeida e Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008	76
Juiz indefere pedido de prisão de Stedile – Elder Ogliari - Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008	77
Militante do MST é baleado diante de canteiro de obras de hidrelétrica – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2008	78
Grupos pedem desapropriação para reforma – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2008	79
Cresce a tensão com invasores da obra da usina hidrelétrica de Estreito - Aduari Antunes Barbosa – O Globo – O País – 13/03/2008	79
Incra vai recadastrar assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico do INCRA – 13/03/2008	80
MST realiza ato em acampamento de São Paulo – Sítio Eletrônico do MST – 13/03/2008	81
Movimentos conseguem acordo com o Ibama em SP – Sítio Eletrônico do MST – 13/03/2008	81
Federações denunciam discriminação contra os pequenos produtores rurais – Sítio Eletrônico da CNA – 14/03/2008	82
Área de fazenda no RS se torna assentamento sem-terra – Sítio Eletrônico da CPT – 14/03/2008	83

PM pode despejar militantes sem-terra de hidrelétrica hoje - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 14/03/2008.....	85
Restauração da terra – José Renato Avzaradel – O Globo – Opinião – 14/03/2008	87
Atingidos por barragens – Jerson Kelman – O Globo – Opinião – 14/03/2008	87
Sem Terra são cercados e ameaçados pela polícia em PE – Sítio Eletrônico do MST – 14/03/2008.....	88
Fazenda usada em lavagem de dinheiro vira assentamento – Sítio Eletrônico do MST – 14/03/2008.....	89
Empresas podem ir à Justiça contra danos em ações do MST - Cibelle Bouças e Marta Watanabe – Valor Econômico – Brasil - 14/03/2008.....	89
OIT receberá dossiê sobre trabalho escravo - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 15/03/2008	91
MST invade duas fazendas em cidades pernambucanas – Silvi Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2008	92
Mortes por suposto excesso de esforço ampliam blitz – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – 15/03/2008.....	95
Fórum pede compromisso e ação pela reforma agrária – Sítio Eletrônico da Contag - 17/03/2008.....	95
Via Campesina denuncia violência à ministra – Sítio Eletrônico da CPT – 17/03/2008	97
Sem-terra destroem 3 mil pés de café em SP - Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 17/03/2008	97
Preço da terra alcança média de R\$ 3.998 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008.....	98
Produtores de tomate são autuados em SP – Claudia Rolli e Fatima Fernandes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008.....	99
Ruralista toma posse como superintendente do Incra de MS – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2008.....	102
Nota do MST sobre pedido da Vale na Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 19/03/2008	102

Justiça do Rio proíbe MST de atacar Vale - Alexandre Rodrigues e Alessandra Saraiva – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008.....	103
Invasores liberam usina de Estreito - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008.....	104
'O Estado é omissivo, faz vista grossa' - Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008.....	104
Justiça proíbe MST e seu líder de incitarem violência contra Vale – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 20/03/2008	105
"Ficamos mais bravos ainda" depois da medida da mineradora, afirma Stedile – Raphael Gomide – Folha de São Paulo – 20/03/2008.....	106
Vale consegue liminar para barrar MST – O Globo – Capa – 20/03/2008.....	107
Vale 'enquadra' MST e Stédile - Itala Maduell – O Globo – O País – 20/03/2008	107
'Multa contra mim é uma idiotice' – O Globo – O País – 20/03/2008	108
Vale obtém liminar que proíbe o MST de ocupar suas instalações – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008	109
Agressão à lei – O Globo – Opinião – 21/03/2008.....	109
Sem-terra antecipam 'abril vermelho' em SP – Estado de São Paulo – Nacional – 22/03/2008.....	110
MST faz a 20ª invasão do ano no Pontal e antecipa "abril vermelho" – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008	111
Assentamento do Incra é origem de parte da madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008.....	111
Sem-tora desmatam áreas no Pará a serviço de madeireira, diz secretaria – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008	112
Perícia conta prejuízos em fazenda invadida – Estado de São Paulo – Nacional – 23/03/2008.....	113
Fazendeiros reforçam segurança no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 24/03/2008.....	113
Uma rotina de violações - Maria Luisa Mendonça E Marluce Melo – O Globo – Opinião – 24/03/2008.....	114

Movimentos Sociais bloqueiam rodovia em SP – Sítio eletrônico do MST – 24/02008	115
UFRJ recebe MST para Aula Magna – Aline Durões – Olhar Virtual – Sítio Eletrônico do MST – 24/03/2008.....	115
Do desmatamento ao uso sustentável - Antônio Márcio Buainaim e Bastiaan P. Reydon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008	117
MST e sindicato bloqueiam rodovias contra privatização – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008.....	119
Assinada MP para regularização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA – 25/03/2008	120
Direção do BNDES recebe trabalhadores rurais no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008	120
Trabalhadores rurais fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008	121
Sem-terra invadem prefeitura no interior de SP – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008.....	121
MP altera legislação fundiária na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008	122
Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008	122
Trabalhador anda 40 km para relatar "escravidão" – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008	123
MST é condenado por desvio de verbas de alfabetização – O Globo – Capa – 28/03/2008.....	124
MST terá de devolver R\$ 4,4 milhões da educação - Demétrio Weber – O Globo – O País – 28/03/2008	124
TCU condena MST por desviar verba para educação - Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2008	126
Advogado vê 'grande injustiça' – Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2008.....	127
TCU condena entidade ligada ao MST a devolver R\$ 4,4 mi – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2008	128
Cai a máscara – O Globo – Opinião – 29/03/2008.....	128

MEC cobra do MST dinheiro desviado – O Globo – Capa – 29/03/2008.....	129
Haddad quer que MST devolva verba desviada - Flávio Freire e Carolina Brígido – O Globo – O País – 29/03/2008	129
MST invade fazenda no interior de São Paulo – Estado de São Paulo – Nacional – 31/03/2008.....	131
600 famílias ocupam 6 áreas em Pernambuco – Estado de São Paulo – Nacional – 31/03/2008.....	131
Sem-terra de PE e SP invadem 7 propriedades – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2008.....	132
Justiça condena 14 por morte de agricultor em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2008.....	132
Sem-terra invadem seis fazendas em Pernambuco – O Globo – O País – 31/03/2008.	132

Sem-terra destroem casa de fazendeiro, diz polícia – José Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008

Um grupo de sem-terra invadiu uma propriedade rural do fazendeiro Jorge Gonçalves, em Piranhas (AL), e destruiu a casa em que ele morava com a família, de acordo com informações da Polícia Civil.

O fazendeiro foi preso em flagrante na quarta-feira sob suspeita de tentativa de homicídio, quando nove agricultores, que tentavam invadir outra fazenda de Gonçalves na região, foram baleados. Nenhum morreu.

A invasão à fazenda Picos, anteontem, culminou com a destruição da casa-sede da fazenda, afirma a polícia. Não havia funcionários na propriedade no momento da ação. Após o ataque, o grupo deixou o local. "Destruíram completamente [a casa]. É terra arrasada. Cama, computador, móveis, tudo quebrado. Soltaram o gado. Foram os sem-terra. Acho que foi uma retaliação ao que houve na outra fazenda", disse o delegado de Piranhas, David Peixoto.

O delegado afirmou que a destruição foi causada por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que estão na fazenda Lagoa Comprida - que também pertence a Jorge Gonçalves e foi invadida na última quarta-feira, após os agricultores terem sido baleados.

Sobre o conflito de quarta, integrantes do grupo disseram à polícia que foram recebidos à bala pelo fazendeiro e pistoleiros. O advogado de Gonçalves, Lenilson de Santana, negou o ataque e afirmou que seu cliente foi espancado antes dos tiros. Na versão de Santana, os disparos foram feitos por um funcionário da fazenda e por um colega de Gonçalves, "em legítima defesa".

O advogado afirmou no final da tarde de ontem que conseguiu na Justiça em Piranhas o relaxamento da prisão de Gonçalves. A informação foi confirmada pelo delegado do município. A Secretaria de Estado da Defesa Social informou por volta das 18h que Gonçalves continuava preso em Maceió.

Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, disse que desconhecia a informação de que havia ocorrido algum tipo de ação de integrantes do MST na fazenda Picos.

"Não confirmo nem nego, porque não temos comunicação com a área. A única informação que temos de lá é que as famílias continuam acampadas na Lagoa Comprida", disse ela.

Na manhã de ontem policiais civis e militares realizaram buscas em acampamentos do MST e propriedades rurais na região de Piranhas à procura de armamentos. Nada foi encontrado e ninguém foi preso. As buscas ocorreram por determinação da Justiça Estadual.

Blitz vê falhas em usina de governador de AL – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008

O usineiro e governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), também foi alvo da megablitz realizada pela força-tarefa montada pelo Ministério Público do Trabalho em usinas de cana-de-açúcar do Estado.

Na usina Seresta, da qual ele é sócio, na cidade de Teotônio Vilela (88 km de Maceió), procuradores do Trabalho dizem ter encontrado irregularidades como falta de equipamentos e de banheiros no campo.

Não houve libertação de trabalhadores, a exemplo do ocorrido na usina Laginha, do adversário político João Lyra (PTB). Mas a inspeção na usina não contou com o grupo móvel do Ministério do Trabalho, em razão das blitzes em outras usinas acontecendo concomitantemente.

Na Seresta, segundo o procurador Rodrigo Alencar, faltam equipamentos de proteção individual. "Cada trabalhador recebe uma luva apenas, nem o par é dado." Além disso, diz ele, foi constatada a inexistência de barracas sanitárias em uma das frentes de trabalho.

"Eles até vão dizer que têm, porque montam barraquinhas e chamam aquilo de banheiro, mas ninguém usa", diz Ronaldo Lira, também procurador.

O não-pagamento das horas de percurso (ida para o trabalho e volta para casa) também é visto como problema. Alencar diz que a pesagem da cana não era feita na presença dos trabalhadores e até as 9h, o que fere a convenção da categoria.

Segundo ele, será ajuizada ação civil pública pedindo que as irregularidades na usina sejam sanadas e que seja dada indenização aos trabalhadores.

De acordo com ele, a Seresta descumpriu um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e deve ser multada. Até agora, foram inspecionadas pela força-tarefa oito usinas em Alagoas.

O consultor da Seresta, Cariolando Guimarães, classifica de "absurdas" as supostas irregularidades. Sobre as luvas, diz que o Nordeste "é muito quente". "O homem não usa a luva na mão do facão. Não adianta dar que ele não vai usar."

Diz que há banheiros, chamados de "pipi móveis". "Só um que não tinha um buraco, porque o responsável ficou com preguiça e não fez o furo. Mas estava com papel higiênico, tudo certinho." Segundo ele, nunca houve problemas com a pesagem da cana. Guimarães diz ainda que "nenhuma usina em Alagoas" paga o deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. "A Seresta já dá ônibus, faz o transporte dele."

A assessoria de Teotonio Vilela Filho diz que ele se afastou da administração da usina desde o primeiro mandato como senador, conquistado em 1986, e, por isso, não se manifestaria.

Tapete vermelho para invasores – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/03/2008

Reza o Código Civil Brasileiro: “Artigo 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

Parágrafo 1º: O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ,ou restituição da posse.” (Grifo nosso).

O juiz substituto de Piranhas (AL), John Silas da Silva, expediu na quinta-feira mandados de busca e apreensão e autorizou a Polícia Civil a fazer uma devassa em fazendas e em acampamentos e assentamentos de sem-terra à procura de armas na região.

Essa decisão foi tomada depois do conflito de quarta-feira, que deixara oito sem-terra feridos. Centenas de pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) haviam tentado invadir a Fazenda Lagoa Comprida e foram recebidas a tiros, disparados por pessoas a serviço do proprietário da fazenda, Jorge Fortes Gonçalves - que foi preso e levado à Delegacia Regional de Delmiro Gouveia.

“O confronto acirrou os ânimos entre fazendeiros e sem-terra”, disse o magistrado, ao justificar os mandados de busca e apreensão, afirmando: “Não podemos permitir que pessoas armadas estejam a serviço de fazendeiros para intimidar, ameaçar e atirar contra trabalhadores sem-terra. As invasões de fazenda precisam ser tratadas no âmbito da Justiça e da Polícia Militar, que tem o Centro de Gerenciamento de Crise para resolver pacificamente esse tipo de conflito.”

Muito bem. É claro que em qualquer conflito entre partes é dever do poder público desarmá-las, para impedir o exercício da violência. Entendamos, porém, que armas não são apenas as “de fogo”. Centenas de pessoas que invadem uma propriedade portando foices e facões, como fazem as pessoas sob o comando do MST, estão ou não “armadas”? Conforme as circunstâncias, estes instrumentos de trabalho não podem se tornar “armas”, com todo o potencial de ameaça, intimidação e agressão física que representam, especialmente se brandidas por numeroso grupo de invasores? E, em face dessa ameaça e desse potencial agressivo, em que medida os “atos de defesa” de um legítimo proprietário se restringem à manutenção “de sua posse”? Só poderá ele - e sozinho - “armar-se”, por exemplo, de foice e facão para defender-se de centenas de pessoas que invadem a sua casa com as mesmas “armas”?

Consideremos agora o seguinte: em qualquer propriedade urbana é permitido o uso de pessoas empregadas no serviço de segurança - contra invasões ou assaltos -, inclusive,

quando autorizadas legalmente, portando armas de fogo. Por que deve ser diferente em se tratando de propriedade rural? Terá o dono da fazenda menos direito de defender o que lhe pertence? Se uma residência ou uma empresa é invadida ou assaltada na cidade, é hábito a Justiça mandar fazer uma investigação para saber se a vítima possui algum tipo de arma? Ou será que o parágrafo 1º do artigo 1.210 do Código Civil Brasileiro não tem vigência alguma no campo, mas apenas nas cidades? Pois não resta dúvida de que o trabalho de segurança, contratado pelos proprietários urbanos, pode constituir uma “intimidação”, uma “ameaça” e até uma ação concreta (um tiro) contra eventuais invasores.

Em reação à resistência daquele fazendeiro - que empregou armas na defesa de sua propriedade, com a evidente intenção de intimidar (não houve nenhum ferimento grave) -, os integrantes do MST bloquearam vários trechos de rodovias estaduais e federais, começando pela AL-101/Sul, na altura de Piranhas. Mas agora, com a medida de “desarmamento geral” ordenada pelo magistrado, não têm mais os emesetistas com que se preocupar. É como se lhes tivesse sido estendido um tapete vermelho para suas invasões e ocupações.

Agora, por sobre as causas, motivações ou circunstâncias em que grupos de sem-terra invadem e ocupam fazendas produtivas, em qualquer parte do território nacional, fica apenas a velha e simples pergunta da sociedade: e o direito de propriedade, neste país, ainda existe?

Palmas indenizará quatro assentados – Estado de São Paulo – Nacional – 02/03/2008

A Prefeitura de Palmas (TO) vai indenizar quatro trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento São João, por causa da construção de aterro sanitário no local. O valor total das indenizações chega a R\$ 340 mil, a serem pagos pela prefeitura até 30 de maio. Os assentados têm 120 dias para sair de suas propriedades. Outro acordo será feito com as famílias menos atingidas.

Ato exigirá punição ao trabalho escravo – Estado de São Paulo – Nacional – 02/03/2008

No dia 12 de março acontece ato nacional em prol da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê o confisco de bens e fazendas de quem utilizar mão-de-obra escrava. O evento vai reunir trabalhadores rurais que irão ao Distrito Federal provenientes de diversos Estados. A PEC já foi aprovada pelo Senado em 2003 e pela Câmara no ano seguinte, em 1º turno, mas desde então está parada.

MST invade fazenda na rodovia D. Pedro – Estado de São Paulo – Nacional – 03/03/2008

Mil militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) que se intitulam Acampamento da Terra Che Guevara, invadiram a Fazenda Haras Rosa do Sul, na região de Itatiba, perto da Rodovia D. Pedro. Segundo o MST, a fazenda de 300 hectares, localizada à altura do km 108, está abandonada e é improdutivo. Funcionários confirmaram que há algum tempo no local não existe mais criação de cavalos puro-sangue.

Fazenda que será loteada é invadida pelo MST, em Itatiba – Folha de São Paulo – Brasil – Brasil – 03/03/2008

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram, na manhã de anteontem, a fazenda Haras Rosa do Sul, em Itatiba (84 km de São Paulo), que, segundo o MST, tem 300 hectares (3.000 km²). No local, moram um caseiro e sua família.

O grupo Comuna da Terra Che Guevara quebrou o portão da fazenda por volta das 5h30. De acordo com o MST, de 600 a 800 pessoas participaram da invasão. A Polícia Militar não fez a estimativa.

Segundo a integrante do MST Érica, que não quis dizer o sobrenome, a fazenda é improdutivo e está abandonada. O grupo exige uma vistoria do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a desapropriação do local.

A fazenda, onde já se criou cavalos, vai se transformar em um loteamento residencial, segundo Geraldo Abbondanza Neto, sócio da Extrema Empreendedores Imobiliários, que faz o serviço de desenvolvimento urbano do loteamento. O empresário disse que cerca de 800 mil m² quadrados serão vendidos em lotes.

Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará – Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008

Acampamentos tomaram floresta em Tailândia; invasões começaram há 19 anos - Estimativa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local; sem fiscalização, as áreas foram desmatadas e sua madeira foi vendida

A omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia (a 218 km de Belém) permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hectares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa, segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados. Algumas áreas foram tomadas por invasores há 19 anos e até hoje não há decisão sobre os pedidos de desapropriação. Sem fiscalização, as glebas foram desmatadas, e a madeira, vendida. Em vários acampamentos, os sem-terra, que não têm acesso a créditos oficiais, ergueram pequenas carvoarias para

aumentar a renda. "O governo não faz reforma agrária e o pessoal não consegue financiamento", disse o presidente do sindicato, José Valdir Hoss. No mais antigo acampamento do município, o Pindorama, 48 famílias dividem uma área de 3.453 hectares, a 24 quilômetros da cidade. Em 19 anos, a floresta que existia no local se transformou em terra arrasada.

No local, há casas, bares, associação e escola. Parte da vila tem energia elétrica. A maioria dos trabalhadores que hoje moram lá comprou glebas de colonos que viraram grileiros.

Poucos são os remanescentes da invasão de 89. Um deles é José Campelo da Silva, 61. Ele cercou cem hectares e, em dez anos, quase tudo virou pasto. "Na época, não sabia de Ibama nem de lei sobre floresta."

Desde fevereiro, Tailândia é alvo de fiscalização na Operação Arco de Fogo. Ontem, mais 107 fornos de carvão em sete fazendas foram destruídos.

O Incra informou não ter "responsabilidade direta" sobre os acampamentos. A competência para tratar do caso seria, diz o órgão, dos movimentos sociais. No caso dos assentamentos, a eventual descoberta de crimes ambientais poderia levar o infrator à perda de seu lote. Quanto aos acampamentos, existiria a possibilidade de exclusão dos infratores da lista de beneficiários, desde que houvesse provas suficientes.

Governo quer checar histórico de produtores – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008

A resolução que restringe o crédito a produtores ligados ao desmatamento ilegal na Amazônia pretende criar um sistema de consultas semelhante ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), que analisa o histórico de "bom pagador" do consumidor antes de autorizar uma nova transação.

No caso ambiental, o princípio será o mesmo: os bancos, públicos ou privados, serão obrigados a consultar um cadastro para verificar a situação de "amigo" do meio ambiente do produtor, para autorizá-lo (ou não) a receber o empréstimo financeiro. Os órgãos estaduais ambientais e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) serão os responsáveis por alimentar esse cadastro, além de fiscalizar os produtores rurais.

A medida visa unir lei ambiental e autorização do crédito, para tentar impedir que produtores usem esses recursos para o desmatamento ilegal da Amazônia. Técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário explicaram ontem as medidas da resolução, elaborada na semana passada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e que entrará em vigor a partir de 1º de julho.

"A intenção é diminuir o desmatamento e ajudar na recuperação de áreas já desmatadas", afirmou Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de política econômica da Fazenda. Essa área abrange todos os municípios do Acre, do Amapá, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Amazonas, e algumas cidades de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão.

Caso deixem de cumprir a resolução, as instituições bancárias poderão ser multadas, e o crédito, suspenso.

Incra diz ter estrutura para recadastrar propriedades em 30 dias – Folha de São Paulo
– Brasil – 04/03/2008

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse em Cuiabá que o órgão cumprirá o prazo do governo para o recadastramento das médias e das grandes propriedades nas 36 cidades campeãs do desmatamento na Amazônia. A primeira etapa, com conclusão prevista para 2 de abril, se concentrará nas propriedades com área superior a quatro módulos fiscais (entre 240 e 320 hectares, conforme o município).

Via Campesina invade área de multinacional no Sul – Gilmar Penteadó – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/03/2008

PM tira mais de 500 mulheres de fazenda com balas de borracha e bombas de efeito moral - Trabalhadoras, que querem destinar fazenda à reforma agrária, dizem que foram agredidas; responsáveis por retirada negam violência

Mais de 500 trabalhadoras rurais do movimento Via Campesina invadiram ontem a fazenda Tarumã em Rosário do Sul (390 km de Porto Alegre), que pertence à empresa finlandesa Stora Enso. Houve confronto com a Polícia Militar. As mulheres foram retiradas no fim do dia com a utilização de bombas de efeito moral e balas de borracha. Pelo menos um PM sofreu um corte no braço provocado por uma foice. O movimento das trabalhadoras diz que dezenas de mulheres e crianças ficaram feridas, mas não havia confirmação do número de atingidos até o fechamento da edição.

As mulheres invadiram a fazenda de 2.075 hectares às 5h40 para protestar contra a exploração da área pela multinacional. Durante o dia, a PM cercou a fazenda e realizou a operação de retirada às 18h. Repórteres e fotógrafos foram retirados da área e ficaram a 11 km do local da invasão quando a operação foi feita. A polícia não soube justificar a medida. O subcomandante da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, coronel Paulo Mendes, que coordenou a operação, confirmou que foram usadas bombas de efeito moral e balas de borracha. Cães e cavalos também foram utilizados na operação que contou com 50 policiais.

O coronel não soube dizer se alguma manifestante sofreu ferimentos. Escortadas pela PM, elas foram levadas de ônibus, às 21h30 de ontem, para uma delegacia na cidade vizinha de Santana do Livramento. Segundo o coronel, as mulheres podem ser indiciadas por danos e corrupção de menores.

Segundo a Via Campesina, 900 mulheres e 250 crianças participaram do protesto. Segundo a PM, eram 500 mulheres -as crianças não foram contadas. De acordo com o subcomandante, quatro hectares de eucaliptos foram destruídos. A Via Campesina disse que mulheres foram agredidas com tapas e socos. O coronel afirmou que houve "empurra-empurra".

A fazenda Tatumã, que foi invadida pela terceira vez, é usada pela Stora Enso há dois anos para cultivar eucalipto. A empresa conseguiu na Justiça um interdito proibitório, decisão que apressa o processo de reintegração de posse. A área fica a 80 km da fronteira com o Uruguai, o que a inclui nas exigências da lei de faixas de fronteira. Essa legislação exige aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional para a compra de terras por estrangeiros em qualquer área que fique na faixa de 150 km da fronteira.

No total, a empresa adquiriu 46 mil hectares no Rio Grande do Sul. Os trabalhadores querem que as áreas sejam destinadas à reforma agrária. Eles também acusam a multinacional de criar uma empresa brasileira laranja como forma de regularizar a terra fronteiriça. A criação da Azenglever é investigada pelo Ministério Público Federal no Estado.

A superintendência do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) afirma que a operação foi irregular.

O órgão, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que o licenciamento da aquisição de terras na região estava em andamento, quando o grupo finlandês suspendeu o processo e decidiu criar uma empresa para regularizar a situação das terras. O Incra define a medida da multinacional como uma "burla". *Colaborou **FELIPE BÄCHTOLD**, da Agência Folha

Empresa diz que cumpre leis do Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 05/03/2008

A Stora Enso disse, por meio da assessoria de imprensa, que cumpre a legislação brasileira e que não cometeu irregularidades no país. A multinacional finlandesa nega que a empresa Azenglever seja laranja, como acusam os movimentos sociais e como suspeita o Ministério Público Federal.

Segundo a Stora Enso, a criação da Azenglever era necessária por uma "questão jurídica" e para viabilizar a compra de terras no Rio Grande do Sul. Os europeus dizem que comunicaram o governo sobre a medida tomada e que "nada foi feito às escondidas". Conforme a Stora Enso, toda a documentação relacionada à fazenda em Rosário do Sul foi encaminhada ao Incra há mais de dois anos. O órgão, segundo a multinacional, ainda analisa os documentos.

A empresa também argumentou que vem gerando empregos no Estado. Disse que hoje trabalham na fazenda invadida 150 funcionários e que antes da aquisição, quando a área era voltada para a agropecuária, eram apenas três trabalhadores.

A Stora Enso tem 46 mil hectares no Estado, sendo mais de 9.000 hectares cultivados. A previsão é que mais 10 mil hectares sejam plantados em 2008.

Cerca de 40% da fazenda invadida é destinada ao plantio de eucaliptos. Segundo a empresa, há a possibilidade de ser construída uma fábrica de celulose que usaria a matéria-prima da fazenda. **(GP)**

Presidente do Incra fala sobre compra de terra por estrangeiros – Sítio Eletrônico do MDA – 05/03/2008

Por uma questão de soberania nacional, a compra de terras por estrangeiros deve ter algum tipo de restrição, mas sem xenofobia, que é o preconceito contra pessoas e empresas de outros países. Essa foi a posição apresentada nesta quarta-feira (5) pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, durante exposição sobre o tema em sessão conjunta das comissões de Agricultura e de Meio Ambiente do Senado. Hackbart informou aos senadores que o cadastro do Incra registra 33.228 imóveis em poder de pessoas físicas ou jurídicas não-brasileiras. É algo como 0,64% do total de imóveis do cadastro. A área em mãos de estrangeiros alcança 5,5 milhões de hectares, o equivalente ao tamanho do estado da Paraíba. O presidente do Incra observou que o número real de imóveis rurais pode ser maior porque o cadastro é declaratório e nem sempre os cartórios cumprem as normas que exigem a anotação dos registros de estrangeiros em livro auxiliar. Os problemas começaram a aparecer a partir de 1995, quando foi alterada a lei que fazia distinção entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro.

O novo texto abriu brechas para empresas estrangeiras que registram a área em nome de brasileiros. No ano passado, um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Advocacia Geral da União começou a estudar o assunto. Isto porque, além da brecha na lei, empresas estrangeiras começaram a comprar terras na faixa de fronteira, que tem 150 quilômetros. Hackbart se mostrou preocupado com duas questões: a concentração fundiária e o impacto ambiental.

Revisão da lei - O consultor da AGU, Ronaldo José de Araújo, e o coordenador de Defesa Institucional da Polícia Federal, Fernando Segóvia, também falaram no Senado como convidados. Araújo defendeu a revisão da legislação atual, em função da dubiedade de interpretação. Segóvia elogiou o interesse dos parlamentares em definir de vez o assunto, para facilitar o trabalho dos federais.

O senador Sérgio Zambiasi (RS) informou que 598 municípios brasileiros estão dentro da atual faixa. Autor de um projeto de lei que reduz de 150 quilômetros para 50 quilômetros a faixa de fronteira, o parlamentar gaúcho chamou a atenção para o fato de que, além do Brasil, somente Bolívia e Peru ainda mantém faixas – e, mesmo assim, de 50 quilômetros. Para Zambiasi, a questão a discutir não é se a empresa estrangeira vai plantar eucalipto e sim o tipo de desenvolvimento que pode proporcionar ao investir na região.

Recadastramento na Amazônia - O presidente do Incra respondeu aos questionamentos de senadores e, ao final da sessão, defendeu a modernização do processo de regularização fundiária no País. Como exemplo do progresso do Incra nessa área,

lembrou o recadastramento dos médios e grandes imóveis rurais em 36 municípios da Amazônia Legal. Hackbart disse que a medida, além de auxiliar na luta contra o desmatamento, deve alavancar o sistema de cadastro da autarquia, que aos poucos deixará de ser declaratório e passará a incorporar as novas tecnologias de georreferenciamento. O prazo para a apresentação de documentação dos médios e grandes imóveis rurais nos 36 municípios se encerra no dia 1º de abril.

Venda de terras para estrangeiros cresce sem controle, afirma Incra - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008

Segundo presidente do instituto, em breve serão anunciadas medidas para limitar esse tipo de negócio

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, disse ontem que a procura de terras brasileiras por estrangeiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, está crescendo de maneira acentuada em diversas partes do País e sem nenhum controle. A demanda seria impulsionada pela busca de áreas para a produção de cana-de-açúcar, pela valorização das commodities agrícolas e também para investimentos. “Os grandes fundos de pensão do exterior tendem a investir cada vez mais em imóveis rurais brasileiros”, afirmou Hackbart, em audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado. Depois de descrever esse cenário, ele defendeu a adoção urgente de medidas destinadas a restringir as vendas.

“Não se trata de xenofobia. O ponto central é a proteção da soberania nacional.” Ainda de acordo com Hackbart, a Advocacia-Geral da União (AGU) deve anunciar brevemente medidas que limitarão os negócios com estrangeiros.

Ele foi endossado pelo consultor-geral da AGU, Ronaldo Cesar Araújo, outro convidado da audiência pública. Segundo o consultor, a instituição prepara, a pedido do Incra e de outros órgãos do governo, parecer sobre o assunto. A tendência, anunciou, é ampliar o controle sobre as vendas a estrangeiros.

O novo parecer, segundo Araújo, deve frear os negócios feitos por empresas brasileiras com capital internacional, o maior grupo comprador. Os outros são formados por empresas exclusivamente estrangeiras, com sede no exterior, que ainda enfrentam restrições; e pelas “laranjas” - empresas aparentemente brasileiras, mas com capital de fora do País.

Até 1997, todas as empresas com dinheiro estrangeiro enfrentavam pesadas restrições - advindas da Lei 5.709, de 1971. A partir de 150 hectares, por exemplo, o comprador estrangeiro tinha de pedir autorização especial às autoridades federais. Os cartórios de registro de imóveis deviam comunicar às autoridades qualquer negócio com estrangeiros.

Naquele ano, porém, o então advogado-geral da União, Geraldo Quintão, divulgou um parecer, baseado na Constituição de 1988, segundo o qual não se devia fazer distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira com capital estrangeiro.

Segundo Hackbart, naquela época as autoridades começaram a perder o controle sobre as vendas. “Não sabemos quanto de nossas terras estão em mãos de estrangeiros”, disse. Segundo cadastro do Incra - que não está atualizado e é montado com base em declarações dos proprietários -, existem 33.228 imóveis registrados em nome de estrangeiros, 0,64% do total cadastrado. São 5,6 milhões de hectares - o equivalente a 0,97% do conjunto. A maior fatia - 3,1 milhões de hectares - está na Amazônia Legal.

Parlamentares se manifestam a favor de redução da faixa de fronteira do País - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008

A proposta de emenda constitucional que reduz de 150 para 50 quilômetros a chamada faixa de fronteira nacional, e já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, deve ser aprovada sem problemas no Congresso. Foi essa a impressão deixada ontem pelos participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura do Senado.

Em diversos momentos, o senador gaúcho Sérgio Zambiasi (PTB), autor da proposta, foi cumprimentado por seus colegas pela iniciativa. Do PT ao DEM, passando pelo PSDB e o PMDB, parece não haver restrições à idéia. Até o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, admitiu que a lei atual é anacrônica.

Com a aprovação da emenda ficará aberto o caminho para a instalação da fábrica da Stora Enso - o maior fabricante mundial de papel e celulose - no Rio Grande do Sul.

Para pôr a fábrica em andamento, a multinacional comprou cerca de 46 mil hectares de terra na região para o plantio de eucalipto e ainda pretende adquirir outros 64 mil. Seus executivos têm enfrentado dificuldades, porém, porque a área está na faixa de fronteira - onde é proibida a venda de terras a estrangeiros.

Motorista paga por briga do MST - Sandra Hahn – Estado de São Paulo – Nacional – 06/03/2008

Sem-terra fecharam 8 rodovias no RS em protesto contra violência da polícia em desocupação

Manifestantes da Via Campesina e do Movimento dos Sem-Terra (MST) bloquearam, no começo da manhã de ontem, oito trechos de estradas no Rio Grande do Sul. Elas só foram liberadas à tarde. Os atos foram realizados em protesto “contra a violência da Brigada Militar” na desocupação da Fazenda Tarumã, realizada terça-feira em Rosário do

Sul (RS). Houve conflito e a brigada usou balas de borracha na operação, que resultou na prisão de Irma Maria Ostrovski, uma das líderes.

O delegado Othelo Saldanha Caiaffo, da Polícia Civil em Santana do Livramento, que registrou o caso, disse que Irma foi autuada por invasão com violência, desacato a autoridade, lesão corporal e formação de quadrilha. De acordo com o MST, ela obteve ordem de soltura, que deve ser cumprida hoje. O delegado, que terá 30 dias para concluir o inquérito, previu o indiciamento de outras integrantes do movimento pelos mesmos delitos, exceto lesão corporal - restrito a Irma, que segundo ele teria desferido um golpe de foice no coronel da Brigada Militar Lauro Binsfeld.

Depois da desocupação da fazenda em Rosário do Sul, as cerca de 500 mulheres que participaram da ação foram levadas à vizinha Santana do Livramento, já que a delegacia teria melhores condições de fazer o registro. Como as manifestantes estavam sem água e comida, o ouvidor-geral de Segurança Pública, Adão Paiani, negociou o transporte do grupo para um ginásio, onde, de acordo com o delegado, pernотaram e receberam alimentação.

A coordenação do MST afirmou que cerca de 50 mulheres realizaram exame de corpo de delito e uma delas deve entregar hoje protesto contra a ação da Brigada Militar ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial de Direitos Humanos. O coronel Paulo Mendes, subcomandante da força, afirmou que “duas ou três” mulheres foram atingidas por balas de borracha durante a operação de reintegração de posse da fazenda. “A única violência que reconhecemos é contra o coronel Binsfeld”, disse Mendes. “O resto é uso legítimo de força policial.” Ele ainda ressaltou que a brigada fez uso de armas não-letais para cumprir a reintegração de posse.

A Fazenda Tarumã, da sueco-finlandesa Stora Enso, tem 2.075 hectares e havia sido invadida na madrugada de terça-feira. A área foi ocupada em protesto contra o plantio de florestas de eucalipto na região e os projetos que tramitam no Congresso propondo a redução da faixa de fronteira no Brasil de 150 quilômetros para 50 quilômetros. A Via Campesina entende que a presença da Stora Enso em municípios como Rosário do Sul, localizados na faixa de fronteira, é ilegal. O grupo sueco-finlandês registrou as terras que adquiriu na região em nome da Azenglever Agropecuária, constituída por sócios brasileiros, e vai incorporar a empresa quando receber autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para assumir a titularidade das propriedades rurais.

Retirada de sem-terra no RS deixa 69 feridos – Gilmar Penteadó – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008

Número equivale a mais de 10% das manifestantes que invadiram fazenda; ouvidor diz que ação da PM deve ser investigada - Sete grávidas e dez crianças estão entre as atendidas por hospitais da região; um oficial foi ferido e PM nega ter havido abuso em ação

Cinqüenta e nove mulheres e dez crianças ficaram feridas durante a operação de reintegração de posse realizada pela Polícia Militar, anteontem à tarde, na fazenda Tarumã, em Rosário do Sul (390 km de Porto Alegre), invadida pelo movimento Via Campesina. Foram atendidas em hospitais da área.

Uma mulher de 49 anos e uma criança de seis continuavam internadas ontem. Uma das trabalhadoras rurais sem terra foi presa, acusada de agredir o comandante da PM, coronel Lauro Binsfeld, que sofreu um corte no braço.

O oficial foi o único PM ferido, segundo o subcomandante da PM gaúcha, coronel Paulo Mendes, ao final da operação. O número de feridos equivale a mais de 10% das cerca de 500 manifestantes que invadiram a área anteontem de madrugada. O grupo, de mulheres e crianças, protestava contra a exploração da área pela empresa sueco-finlandesa Stora Enso.

As manifestantes, que organizaram a invasão também para marcar o Dia Internacional da Mulher (sábado), afirmam ter sido agredidas até quando estavam rendidas. A PM nega. "Esse percentual de 10% é muito preocupante. Eu acho que houve exagero [por parte da polícia] e isso precisa ser investigado", afirmou o ouvidor-geral da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Adão José Correa Paiani, que esteve no local, segundo ele, com autorização da governadora Yeda Crusius (PSDB).

Segundo o Hospital Santa Casa de Santana do Livramento, 58 mulheres (sete grávidas), e dez crianças foram atendidas com lesões causadas por balas de borracha, estilhaços de bomba, sabre (espada da cavalaria da PM) e pisões de cavalos. A Secretaria Municipal de Saúde informou que 105 manifestantes foram levadas à Santa Casa e ao pronto-socorro municipal. Uma grávida foi atendida em Rosário do Sul, totalizando 69 feridos. O número de manifestantes lesionados só foi conhecido na madrugada de ontem. A imprensa não teve acesso à operação de retirada.

Depois de rendidos, manifestantes foram colocadas pela PM em ônibus e levadas para uma delegacia em Santana do Livramento. A intenção era responsabilizar criminalmente as manifestantes. Elas ficaram quase quatro horas nos ônibus fechados. Diante da delegacia, porém, houve confusão e a PM teve de levar as feridas às pressas para hospitais.

Lorena Catarina de Abreu, 49, que ainda se recupera de seqüelas de um AVC (acidente vascular cerebral) sofrido há seis anos, foi presa e algemada na ação. Ontem, ela permanecia internada na Santa Casa com lesões em braços e pernas. À Folha ela disse que foi arrastada e algemada pelas costas. "Senti muito dor. Achei que iria ter um derrame de novo", disse. A PM chegou a anunciar a sua prisão, mas desistiu por causa da sua condição de saúde. Ontem, a Justiça determinou a soltura de Irma Ostroski, 36, presa durante a ação.

O coronel Mendes e o coronel Binsfeld negam o abuso. "Usamos todos os instrumentos não-letais previstos. Seria muito pior se usássemos armas de verdade", disse Binsfeld. O secretário da Segurança Pública, José Francisco Mallmann, afirmou desconhecer o número de feridos e possíveis abusos. Ele disse que o ouvidor da secretaria

não apresentou as denúncias e que a PM relatou que só um policial foi ferido. "Se houver indícios de irregularidade, vamos investigar."

Depredação - Mais de 7.000 eucaliptos foram derrubados durante a invasão, segundo a Stora Enso. A empresa informou ainda que enviou à Justiça um pedido de reintegração "não-violenta". A Stora Enso afirma que obteve todas as licenças ambientais para atuar no Estado. Diz ainda que cumpriu uma série de 30 condicionantes impostas em "processo rigoroso" pelo órgão ambiental do Estado.

*Colaborou **FELIPE BÄCHTOLD**, da Agência Folha

MST bloqueia rodovias no RS em protesto – Matheus Pichonelli. Gilmar Penteado e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008

Em protesto contra a ação da Polícia Militar na fazenda da Stora Enso, em Rosário do Sul (RS), os sem-terra bloquearam pelo menos nove trechos de rodovias no Rio Grande do Sul. Até o fim da tarde todas pistas foram liberadas.

Segundo os sem-terra, as ações visavam "denunciar a violência e os abusos cometidos pela Brigada Militar e o governo Yeda Crusius durante o despejo" das cerca de 500 mulheres que haviam invadido a fazenda um dia antes.

Os militantes, ligados à Via Campesina e ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), montaram ainda dois acampamentos: um no parque Harmonia, no centro de Porto Alegre, com 250 militantes, e outro em um assentamento em Encruzilhada do Sul, com cerca de 600 mulheres.

A PM só vigiou as ações. Trechos foram bloqueados em rodovias federais de Piratini, Nova Santa Rica, Hulha Negra, Pedro Osório, Santana do Livramento, Charqueadas e em rodovias estaduais em Bossoroca, Tupanciretã e Pontão. Cada bloqueio tinha de cem a 200 sem-terra. A situação mais tensa ocorreu em Nova Santa Rita. O bloqueio provocou congestionamento de 6 km. Um caminhão tentou furar o bloqueio, e os militantes ameaçaram reagir, mas não houve agressão. A pista só foi liberada totalmente a partir das 15h15.

Segundo a Via Campesina, as estradas só foram desbloqueadas após os militantes serem informados de que a agricultora Irma Ostroski, presa durante a invasão de anteontem e levada a um presídio feminino de Livramento, havia recebido ordem de soltura. O MST decidiu denunciar ao Ministério da Justiça e à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência abusos cometidos na ação de desocupação da fazenda Tarumã, em Rosário do Sul (RS). **(MATHEUS PICHONELLI, GILMAR PENTEADO e EDUARDO SCOLESE)**

Relatório de MT diz que dados do Inpe estão 90% errados – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 06/03/2008

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), afirmou ontem que o relatório da revisão em campo dos dados sobre desmatamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) foi concluído e aponta 90% de erro nos pontos detectados entre outubro e dezembro de 2007 no Estado.

De acordo com o governador, as derrubadas apontadas como recentes são antigas, resultado de incêndios florestais ou de interpretações equivocadas das imagens de satélite. "Hoje, podemos afirmar que 100% dos pontos foram verificados. E, em aproximadamente 90% dos casos, não se tratava de desmatamento recente. Em algumas áreas, por exemplo,

não havia desmatamento algum. Outras eram pastagens", disse Maggi, que pretende lançar o relatório na próxima semana.

O governador anunciou que irá levar o documento em audiências com o presidente Lula e com os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura).

Com base no levantamento do Inpe, o Estado teve 19 municípios incluídos na lista dos 36 maiores devastadores nos últimos cinco meses de 2007. Todos ficaram impedidos de fazer desmatamentos.

Maggi disse o governo Lula "tem razão" em se preocupar com a questão ambiental. Porém, sem "exageros".

Outro lado - Por telefone, da Alemanha, o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, disse que não pretende "polemizar" com o governador pela imprensa. Segundo ele, as divergências são fundamentadas em "uma confusão" sobre os critérios empregados na análise das imagens de satélite.

Câmara disse que o órgão sustenta os dados divulgados em janeiro, mesmo em relação às áreas cujo desmate tenha começado antes dos últimos cinco meses do ano passado. **(RODRIGO VARGAS)**

Sem-terra bloqueiam oito estradas no Sul – Higino Barros – O Globo – O País –
06/03/2008

PORTO ALEGRE. Cerca de 900 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Via Campesina bloquearam oito estradas gaúchas ontem e fizeram manifestações na capital gaúcha, só com mulheres, tumultuando ato público que tinha participação da governadora Yeda Crusius (PSDB). Os atos foram para comemorar o Dia Internacional da Mulher e para protestar contra a atuação da Brigada Militar em ações contra integrantes dos movimentos, anteontem, quando foram invadidas fazendas que plantam eucaliptos no Rio Grande do Sul.

No início da manhã de terça-feira, 300 mulheres integrantes da Via Campesina invadiram as instalações da fazenda Tarumã, em Rosário do Sul, a 386 km de Porto Alegre, propriedade da empresa Stora Enso e da Aracruz, em Barra do Ribeiro, a 30 km da capital, e destruíram plantações de eucaliptos. Incumbida de retirar os invasores, a Brigada Militar usou cães, cavalos, balas de borracha e bombas de efeito moral na ação.

Comandante levou golpe de foice no ombro No conflito em Tarumã, o comandante da Brigada Militar de Livramento, Lauro Birnfield, recebeu um golpe lateral de foice no ombro, e 48 integrantes da Via Campesina ficaram feridos, segundo o ouvidor-geral do governo gaúcho, Adão José Corrêa Paiani. Quatro mulheres consideradas líderes foram presas.

Três foram liberadas em seguida. A Brigada Militar recolheu nos dois locais invadidos 315 foices, 139 facões, 15 machadinhas, 10 machados, nove enxadas, 25 escudos de lata e 50 escudos de madeira

Para o subcomandante da BM, Paulo Roberto Mendes, o uso desses objetos pelas invasoras demonstra que suas ações não eram pacíficas: — Há queixas do comportamento da Brigada. Mas não houve excessos. Quem tem que ser retirado, tem que ser retirado.

Usamos armas não-letais por isso, e até tínhamos pouca munição, diante de nossas necessidades.

Se tivéssemos mais, decerto usaríamos — explicou .

Governadora deixa evento para evitar manifestantes Como protesto contra a Brigada, os dois movimentos ontem bloquearam estradas próximas a assentamentos do MST e pediram a libertação de uma das líderes, Irma Ostrowski.

Sua liberação foi obtida no meio da tarde. Um dos líderes dos sem-terra, Paulo Maracaju, diz que a soltura de Irmã não era garantia que o movimento tenha encerrado as ações.

Em Porto Alegre, cerca de 300 integrantes da Via Campesina realizaram manifestações, congestionando as principais avenidas e ruas. Durante cerimônia no teatro São Pedro, a governadora Yeda Crusius teve que entrar pela lateral do prédio para evitar cerca de cem mulheres da Via Campesina, que protestavam.

No teatro, a cerimônia foi interrompida, quando um manifestante levantou da platéia gritando slogans contra a Yeda. Ao seu lado, outra manifestante, levantou a blusa e mostrou os seios. As duas foram retiradas do local por seguranças.

Agricultores invadem sede do Incra em Petrolina – O Globo – O País – 09/03/2008

JUAZEIRO(BA). Cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da região do sertão de Pernambuco ocuparam, durante 40 horas, o prédio da superintendência regional do Médio São Francisco do Incra em Petrolina (PE), cidade vizinha a Juazeiro. Eles reivindicam melhorias na estrutura dos assentamentos e aceleração do Plano de Desenvolvimento Agrário para que acampados possam ter a terra garantida.

Com lona armada na frente do prédio, cantorias aconteciam reunindo trabalhadores, enquanto na parte interna as famílias ocupavam os espaços com colchões, onde crianças dormiam.

No pátio havia fogões improvisados. A lista de reivindicações, levada a uma reunião com o superintendente do Incra, Emerson Jocate, pelos representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, continha itens como a construção de estradas, escolas e postos de saúde nas áreas dos assentamentos, além de assistência técnica para os produtores.

As solicitações de envio de cestas básicas e lonas aos acampamentos foram providenciadas pelo Incra junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para o presidente da Fetape, Aristides Veras, dentre os pontos levados à reunião, o mais complicado é a emissão de licenças ambientais, que são, segundo ele, de responsabilidade do governo do estado. O Incra negociava ontem com os agricultores.

Bahia bate recorde de ocupações no estado em 2007 – Paulo Magalhães – Sítio Eletrônico do MST – 06/03/2008

O MST da Bahia teve em 2007 um número recorde de ocupações, segundo avaliação do membro da direção estadual, Evanildo Loures Costa. As 93 ocupações ocorridas durante o ano, em 72 municípios, mobilizaram mais de 18 mil famílias. São mais de 25 mil famílias em cerca de 228 acampamentos. O MST-BA tem ainda 123 assentamentos, com cerca de 9 mil famílias. "Pretendemos dobrar o número de famílias nos acampamentos e fazer grandes lutas de massa para que possamos pautar a reforma agrária no estado e pressionar os governos estadual e federal a cumprirem com seus compromissos assumidos", projeta Evanildo para este ano.

Ainda há no estado casos emblemáticos, como os acampamentos Santa Luzia em Arataca, que em seus 10 anos sofreu 16 despejos violentos, Itatiaia em Guaratinga, que em 10 anos sofreu 16 despejos, Carlos Marighela em Ipiaú, que em 12 anos sofreu 17 despejos, e o Rosa do Prado, no Prado, com mais de 15 anos e 19 despejos.

Evanildo acredita que o Nordeste concentra a maioria dos acampamentos do Brasil porque "o nordestino é um povo mais sofrido, menor priorizado em educação e emprego".

A Bahia lidera em quantidade porque é um dos estados que mais possui concentração de terra, como afirma: "Só a Veracel e a Aracruz têm mais de 700 mil hectares de terra só com eucalipto, a cana também está chegando na região. São monoculturas que não geram emprego e expulsam o povo do campo, criando um grande contingente de desempregados, que vão pros centros urbanos inchar as favelas".

Segundo ele, "o nosso desafio aumenta a cada dia, de organizar o povo menos favorecido, pois só com organização e mobilização popular é que os trabalhadores conquistarão sua dignidade".

Descenso nos movimentos sociais - Evanildo analisa que houve um aceleração do descenso dos movimentos sociais durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. "FHC trabalhou com três táticas: cortar os recursos da reforma agrária, cooptar os movimentos sociais e liquidar quem não aceitava a cooptação, com tentativas de desmoralizar e criminalizar, a fim de justificar qualquer tipo de repressão".

Neste período, em 17 de abril de 1996, aconteceu o emblemático massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram barbaramente assassinados pela polícia, em um saldo sinistro que ainda deixou 69 mutilados e centenas de feridos. O professor Bernardo Mançano Fernandes denuncia também a manipulação de dados feita pelo governo da época, em que assentamentos da década de 80 eram apresentados como novos para recheiar as estatísticas: "A clonagem representou a astúcia do governo FHC em produzir dados para atender as metas".

Expectativas e frustrações - A eleição de Lula, segundo Evanildo, provocou uma grande expectativa, e muitas pessoas que tinham "se inscrito para fazer a reforma agrária pelo correio" decidiram se juntar ao movimento e participar de ações de massa. "Fizemos

grandes ocupações em beira de BR, mas muitos companheiros se frustraram pela falta de conquistas e dificuldade de produzir nestas condições". Outro fator de desmobilização foi a Medida Provisória editada por FHC em maio de 2001 e ainda não revogada por Lula, que impede o latifúndio ocupado de ser desapropriado por dois anos. Analistas apontam ainda que a ampliação de programas sociais como o Bolsa Família pode ter contribuído para a acomodação e arrefecimento da luta por parte de um setor da população.

A reeleição de Lula e a eleição de Jacques Wagner na Bahia, que sepultou uma hegemonia de 16 anos de "carlismo" no Estado, criaram uma nova expectativa para os movimentos sociais, que voltaram a massificar suas ações em atividades como o II Fórum Social Nordestino, que reuniu de 6 a 10 mil participantes em agosto de 2007, em Salvador. O MST-BA, além de ampliar as ocupações e voltar a fazê-las dentro do latifúndio, efetuou uma série de ocupações simbólicas de prefeituras, órgãos públicos e multinacionais.

A ocupação da Petrobrás em S. Sebastião do Passé garantiu os recursos para a abertura do curso de Agronomia. A do Projeto Salitre e da Suzano Papel e Celulose vieram questionar a exportação de água via agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. A ocupação da Fazenda Mariad, em Juazeiro, veio pressionar o governo pela desapropriação de terras envolvidas com o tráfico de drogas. A marcha de Feira de Santana a Salvador (a maior já realizada no estado, com cerca de 5.000 pessoas) conseguiu aprovar uma ampla pauta de reivindicações com o governo estadual, debater e propagandear a reforma agrária com a sociedade. As lutas contra a transposição do Rio São Francisco tiveram contribuições de movimentos e entidades de todo o país.

Repressão - O início do governo Wagner também foi marcado por uma das mais violentas desocupações já ocorridas no estado, a da Fazenda Conjunto Aliança, em Itapitanga. As 150 famílias que estavam no local receberam a reintegração de posse e começaram a se retirar pacificamente. A Companhia de Ações Especiais da Região Cacaueira (CAERC) cercou o último caminhão e começou a agredir os trabalhadores com spray pimenta, gás lacrimogêneo, balas de borracha e golpes de cacete, espancando-os em plena praça pública.

Vinte e quatro militantes foram detidos e quatro deles foram sistematicamente torturados na delegacia de Itapitanga durante quatro horas. O dirigente regional Isaías Nascimento teve sua prisão preventiva expedida na hora, e passou 13 dias na Penitenciária de Ilhéus.

"Pocaram minha cabeça com o cacete, sangrou tanto que me levaram pro hospital onde levei 14 pontos. Depois continuaram nos batendo na delegacia, fazendo pressão psicológica, durante mais de quatro horas. Aí me botaram em cima da Ranger da Caerc pra sair desfilando pela cidade e ir me batendo na frente do povo, pra que o povo da cidade visse e não voltasse pro acampamento. Queriam que eu repetisse uma palavra de ordem que eles inventaram na hora: não 'vamo' invadir terra não, a Caerc é porradão!", conta Isaías.

A traumática desocupação, articulada por fazendeiros locais, aliados a políticos e juizes, gerou uma troca de comandos na região e alguns oficiais deixaram de ser promovidos. O governo da Bahia, por meio da Casa Militar, vem construindo uma

mediação de conflitos, dialogando com os movimentos sociais e tentando esgotar as possibilidades de diálogo antes de usar a força policial em ações de reintegração de posse.

"Pelo seu perfil e origem, o governo popular fica inibido de tratar os movimentos através da polícia, e tem criado mecanismos para esgotar o dialogo antes de usar a repressão", comenta Evanildo Costa. "O Poder Judiciário, através da sua estrutura montada há 500 anos, a serviço da propriedade privada, do capital estrangeiro e das grandes elites, sempre concede liminares de despejo, além de ameaçar de processo administrativo os comandos de polícia que buscam a negociação".

Com a globalização do capital, os velhos latifundiários vêm se unindo cada vez mais às grandes empresas multinacionais, tornando o agronegócio um inimigo cada vez mais poderoso e perverso. Onde não conseguem mobilizar o Estado para reprimir os trabalhadores, contratam os tradicionais pistoleiros ou as modernas empresas particulares de segurança, como ocorreu em outubro passado no Paraná, quando forças de segurança a serviço da "Syngenta Seeds" invadiram um acampamento a tiros, assassinando o companheiro Keno (Valmir Mota de Oliveira) e deixando inúmeros feridos.

Terra a estrangeiros terá restrição - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008

O governo decidiu ampliar a restrição legal para a compra e arrendamento de terras no Brasil às empresas brasileiras controladas por acionistas estrangeiros. Hoje, apenas as companhias de não-residentes ou com sede no exterior têm restrições para essas operações com terras no país.

Em audiência pública no Senado, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que, diante da elevação da procura por terras em nome de estrangeiros, prepara a revisão de um parecer publicado em 1997 que eximia as controladas por estrangeiros de pedir autorização antes de comprar ou arrendar terras no Brasil. "O parecer merece, sim, ser revisto. É uma questão de soberania nacional, de dotar o Estado do que é estratégico e que merece regramento", afirmou o consultor-geral da AGU, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Filho. O advogado lembrou aos parlamentares que o "interesse por biocombustíveis" reacendeu o debate sobre a legalidade da aquisição de terras por empresas com controle acionário estrangeiro.

A revisão do parecer, que deve ficar pronta em até 45 dias, obrigará as empresas a pedir autorização ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Congresso Nacional para adquirir terras no país. Na prática, a nova norma equipara essas empresas nacionais com capital estrangeiro às companhias controladas por acionistas não-residentes no país ou com sede no exterior. Em áreas situadas ao longo da faixa de 150 quilômetros das fronteiras é necessária autorização do Conselho de Defesa Nacional. Empresas multinacionais, como a sueca-finlandesa Stora Enso, terão problemas.

Mesmo sob protestos de senadores ruralistas, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, corroborou a tese da urgência em reformar a legislação ao afirmar que o Brasil não tem controle total sobre as compras de terras por estrangeiros. "Ninguém sabe exatamente sobre quem e quantos são os estrangeiros." Na vaga idéia que tem sobre os dados, o Incra registra

33.228 imóveis em nome de estrangeiros, o que soma um total expressivo de 5,57 milhões de hectares. Segundo o presidente do Incra, 3,16 milhões de hectares estão situados na área da Amazônia Legal. "É uma questão de soberania nacional, não de xenofobia", repetiu Hackbart. "E saber qual o destino do território, as regras e as definições". Ele afirmou que os cartórios de registro de imóveis descumprem a lei ao não informar ao governo, nem manter registros atualizados, sobre a compra de terras por estrangeiros. Além disso, o cadastro exigido pelo Incra é declaratório, sem fiscalizações.

Para legalizar a compra por estrangeiros, em caso de novo parecer da AGU, os imóveis rurais com áreas entre 250 e 5 mil hectares serão obrigados a ter registro no Incra, projeto específico aprovado e autorização expressa do Congresso Nacional. "O investimento estrangeiro não é tributado, mas quando alguém produz aqui há esse preconceito retrógrado", protestou a senadora ruralista Kátia Abreu (DEM-TO). "Temos que tirar o véu desse preconceito", disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O coordenador-geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, Fernando Queiroz Segovea, informou ao Senado que a corporação não tem condições de investigar os desvios nas aquisições de terras no país por falta de legislação sobre o tema. "A Polícia Federal recebeu denúncias e pedidos para investigar empresas e ONGs na Amazônia, mas não tem instrumentos legais." Segundo ele, a PF já abriu inquéritos para apurar denúncias por uso de dinheiro público, estadual e federal, para o desenvolvimento de áreas nos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Segovea informou que a PF vê indícios de crimes de estelionato, evasão de dinheiro público, apropriação indébita e evasão fiscal. "Precisamos de regras claras para uma atuação mais firme para caracterizar esses crimes".

Via Campesina faz protesto contra 'deserto verde' no RS - Sandra Hanh – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008

Mulheres também acusam Brigada Militar de ter agido com violência em reintegração de posse

Mulheres ligadas à Via Campesina realizaram três marchas simultâneas ontem no Rio Grande do Sul, para protestar contra o "deserto verde" que estaria se formando no Estado com o plantio de grandes áreas de reflorestamento. Elas também protestaram contra "a violência da polícia" na ação de desocupação da Fazenda Tarumã, em Rosário do Sul, na terça-feira. Na ocasião, ao retirar um grupo de mulheres que havia invadido a propriedade, a Brigada Militar utilizou balas de borracha e bombas de efeito moral. Segundo informe da Via Campesina, 50 mulheres ficaram feridas.

Em Encruzilhada do Sul, a 176 quilômetros da capital, cerca de 300 manifestantes caminharam em direção à Fazenda Bota, do grupo Aracruz, fabricante de papel e celulose, e montaram um piquete diante do portão de entrada. Elas deixaram o local cerca de uma hora mais tarde, após um ato público.

De acordo com informações de Mari Costa, uma das porta-vozes do grupo de mulheres, elas querem impedir o avanço das áreas com eucalipto no Estado. A Aracruz

informou que a Fazenda Bota tem 1.223 hectares, dos quais 442 são cultivados com eucalipto. O restante é destinado à área de preservação permanente.

INVESTIGAÇÕES - Em Porto Alegre, cerca de 150 mulheres marcharam até a sede da Polícia Federal, para cobrar investigações sobre as compras de terras que estão sendo efetuadas pela empresa Stora Enso no sul do Estado, na chamada faixa de fronteira. Representantes da Via Campesina, que já teria pedido investigações há um ano, afirmam que as compras são ilegais - por se tratar de empresa de capital estrangeiro, à qual é proibida a compra de terras em áreas próximas à fronteira, a menos que tenham autorização especial do Conselho de Defesa Nacional.

A caminhada foi feita em uma das pistas da Avenida Ipiranga, liberada pela Empresa Pública de Transporte e Circulação. As demais faixas da via estavam abertas ao trânsito, mas mesmo assim houve congestionamento.

Segundo o padre Rudimar Dalastra, que integra a Via Campesina, um grupo de mulheres foi recebido pelo superintendente substituto da PF no Estado, Ademar Stocker. Ainda de acordo com informações do padre, a PF marcou audiência para 19 de março, da qual deve participar o delegado encarregado do caso, a fim de dar esclarecimentos sobre a denúncia.

ATROPELAMENTO - Em Santana do Livramento, outro grupo de mulheres deixou o Ginásio Municipal, em que estavam instaladas desde terça-feira e seguiram até a Praça Binacional, na fronteira com Rivera (Uruguai), para um ato público. Uma assentada foi atropelada enquanto tentava atravessar a rua, mas não houve incidentes ligados ao protesto, segundo informações do Movimento dos Sem Terra (MST). Em todos os lugares as manifestantes retornaram aos locais de origem depois do ato.

No Rio Grande do Sul, este foi o segundo dia de protestos capitaneados pela Via Campesina, organização que defende a reforma agrária e os direitos de pequenos agricultores em diversas partes do mundo e é representada no Brasil pelo Movimento dos Sem-Terra. Na quarta-feira, oito trechos de estradas foram bloqueados no Estado.

Ontem, a Via Campesina divulgou, em sites de organizações internacionais a ela vinculados, os fatos ocorridos na Fazenda Tarumã. O enfoque das notícias era para a “violência contra mulheres que lutam pela terra no Brasil”. ***COLABOROU ROLDÃO ARRUDA**

Brigada Militar nega violência - Sandra Hanh – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008

Porta-vozes da Brigada Militar negaram que tenha havido atos de violência durante a ação de despejo na Fazenda Tarumã, em Rosário do Sul (RS), na terça-feira. De acordo

com suas informações, os policiais utilizaram armas não-letais durante a missão de desocupação.

Ontem, duas mulheres continuavam internadas na Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento. Eles foram encaminhadas para o hospital logo após o conflito com a Brigada, que não foi acompanhado pela imprensa.

Segundo o diretor-geral do hospital, João Antônio dos Santos, Lorena Catarina de Abreu, de 49 anos, tem histórico de acidente vascular cerebral e foi internada porque seu quadro estava alterado. E Joice da Silva Mello, de 25 anos, teve lesões no braço e na perna e ficaria em observação até hoje, por suspeita de fratura.

Santos disse que a Santa Casa atendeu 58 mulheres e 10 crianças, nenhuma em estado grave. A maioria tinha ferimentos causados por balas de borracha e estilhaços de bomba ou passou mal por causa da tensão decorrente do conflito com a polícia. Duas crianças permaneceram internadas na noite de terça-feira, mas por desidratação.

Ontem, em Brasília, representantes da Via Campesina tiveram um encontro com o ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Firmino Fecchio, para protestar contra as ações da polícia gaúcha.

Grupos ocupam sede da Codevasf e engenho - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2008

Manifestantes incendiaram prédio de usina em Pernambuco para exigir sua desapropriação

Mulheres do Movimento dos Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocuparam ontem, por sete horas, a sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em Petrolina, no sertão do São Francisco, a 780 quilômetros do Recife.

À tarde, outro grupo de mulheres ocupou o Engenho Cachoeira Dantas, no município de Água Preta, zona da mata sul pernambucana, e incendiou a sede da propriedade. Agentes policiais e bombeiros foram até o local e a expectativa era de que retirassem os manifestantes, mesmo que à força.

Mas o promotor do município, Darwin Silva, também chamado ao local, garantiu a permanência das mulheres, enquanto uma comissão do MST negociava com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A intenção das mulheres é permanecer no engenho até conseguirem a promessa de desapropriação do imóvel pelo Incra. “Vamos resistir”, disse, por telefone, no início da noite, a coordenadora regional do MST, Betânia Cardoso. De acordo com suas informações, 200 pessoas participaram do ato.

Tanto a ocupação da Codevasf quanto a invasão da fazenda foram programadas pela Via Campesina como parte de uma jornada de lutas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no sábado. De acordo com informes da organização, ontem também ocorreram manifestações nos Estados de Rondônia e Alagoas.

Em Maceió, as mulheres fizeram uma passeata pelas ruas da cidade e foram até a sede do Incra, onde entregaram uma pauta de reivindicações de famílias assentadas.

Hoje à tarde, no Recife, mulheres ligadas a movimentos de defesa da reforma agrária devem fazer uma caminhada pelo centro da cidade. Em Salvador, na Bahia, a Via Campesina espera reunir 1.500 mulheres num acampamento na área central da cidade.

REPRESÁLIA - Ontem, ao falar sobre a invasão do Engenho Cachoeiro Dantas, a coordenadora do MST disse que o propósito era destruir a sede. “A intenção era fazer com eles a mesma coisa que fizeram com 26 trabalhadores do engenho que foram expulsos e tiveram suas casas totalmente destruídas”, disse Betânia.

Em Petrolina, cerca de 500 mulheres participaram da ocupação da Codevasf, segundo o MST. Mas, de acordo com a diretoria da companhia, o número não ultrapassou 150.

As mulheres invadiram a sede por volta das 10h30, danificando o portão eletrônico da Codevasf, segundo o superintendente regional Luiz Frota. Acompanhadas de carro de som e portando faixas “pela vida e contra o agronegócio e as transnacionais”, elas ocuparam o pátio do estacionamento interno, de onde só saíram no fim da tarde.

Em reunião com Luiz Frota, as mulheres protestaram contra o modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado na região, “simbolizado pelos grandes projetos de irrigação para o agronegócio”. O MST quer que a área dos projetos Salitre, em Juazeiro (BA), e Pontal, em Petrolina (PE), que totalizam 37,5 mil hectares, seja destinada ao assentamento de 5 mil trabalhadores rurais, num programa de agricultura familiar.
***COLABOROU ROLDÃO ARRUDA**

Mulheres sem terra invadem estatal e dois engenhos em PE – Renata Baptista – Folha de São Paulo – Brasil – 07/03/2008

Policiais cercam 150 mulheres que incendiaram uma casa-grande em Água Preta - Bombeiros controlaram o fogo no engenho Cachoeira Dantas, mas os móveis e os eletrodomésticos foram atingidos; ninguém se feriu

Mulheres ligadas à Via Campesina invadiram ontem a sede da estatal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em Petrolina e dois engenhos na mata sul de Pernambuco. Em um deles, elas colocaram fogo na casa-grande.

As invasões fazem parte das manifestações promovidas pela Via Campesina devido ao Dia Internacional da Mulher. Na terça-feira, mulheres ligadas ao movimento invadiram a fazenda Tarumã, em Rosário do Sul (RS), e foram retiradas pela Brigada Militar (a PM gaúcha).

Na ação em Petrolina, ontem, cerca de 400 mulheres de acampamentos de Pernambuco e da Bahia invadiram a sede da Codevasf no início da manhã e instalaram-se na recepção e no pátio do órgão, em protesto contra projetos que, segundo a Via Campesina, favorecem o agronegócio, como o da transposição do rio São Francisco.

Apesar da invasão, os funcionários da Codevasf trabalharam normalmente, e a polícia apenas acompanhou a ação. A superintendência recebeu um grupo com dez representantes das manifestantes. No final da tarde, o grupo deixou o local em marcha pelo centro de Petrolina até a sede regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde realizaram uma assembléia.

Ainda na manhã de ontem, um grupo de cem mulheres invadiu o engenho Pereira Grande, em Gameleira (110 km de Recife). Outras 150 mulheres invadiram o engenho Cachoeira Dantas, em Água Preta (140 km de Recife), e foram cercadas pela Polícia Militar após colocar fogo na casa-grande.

O Corpo de Bombeiros foi acionado e conseguiu controlar o incêndio, mas móveis e eletrodomésticos ficaram destruídos. Ninguém ficou ferido.

Algumas sem-terra afirmaram que os policiais atiraram na direção dos manifestantes, mas ninguém foi atingido. O comando da operação disse que não foram efetuados disparos. Não houve presos nem feridos.

Até o início da noite, as mulheres não haviam deixado os engenhos. Um representante do Incra foi a Água Preta para conversar com o grupo.

Há cerca de 20 dias, a Justiça de Água Preta determinou o despejo de 66 famílias ligadas ao MST que viviam no local há mais de 20 anos, de acordo com o movimento. Segundo o MST, eles eram trabalhadores do engenho, que, depois de demitidos, não receberam as indenizações trabalhistas e invadiram a propriedade após ela ser penhorada. O novo proprietário ajuizou ação reivindicatória com tutela antecipada. O Incra não confirmou as informações.

Via Campesina invade a Codevasf – Letícia Lins – O Globo – O País – 07/03/2008

RECIFE. Em Petrolina, a 769 quilômetros de Recife, cerca de 500 mulheres ligadas à Via Campesina invadiram ontem a sede da Companhia de Desenvolvimento do Rio São Francisco (Codevasf), para protestar contra o modelo implantado na região, conhecida como a Califórnia brasileira, onde há cultivo da fruticultura irrigada para exportação.

Elas reclamaram do modelo “excludente” que, segundo elas, beneficia as empresas.

Cerca de 150 mulheres ligadas ao MST ocuparam o engenho Cachoeiro Dantas e incendiaram sua sede, no município de Água Preta, a 170 quilômetros da capital. Elas destruíram a residência com a ajuda de companheiros do Movimento e da Via Campesina. A Polícia Militar enviou 30 homens ao local, houve tiros para o alto, correria e ameaças de prisão. Até ontem à noite, elas permaneciam no local, mas disseram que os proprietários do engenho estavam cercando o acampamento com milícias privadas. No início da tarde, a situação havia sido contornada com a presença do promotor de Água Preta, Darwin Silva.

Segundo o MST, a presença de seguranças era ostensiva por volta de 19h. O proprietário não foi localizado por telefone. A residência ficou parcialmente destruída: eletrodomésticos, móveis e outros utensílios foram queimados. Antes de se dirigirem a Água Preta, as mulheres haviam ocupado o engenho Pereira Grande, em Gameleira, a 99 quilômetros de Recife. Segundo um dos coordenadores do MST, Joba Alves, as manifestações protestavam contra a monocultura de cana no estado.

Ele disse que, em fevereiro, 66 famílias que moravam no engenho Cachoeira Dantas, onde cultivavam lavouras de subsistência em pequenos sítios, foram despejadas pela Justiça, “sem que houvesse chance, sequer, dos camponeses apresentarem suas defesas”.

Via Campesina destrói pesquisa da Monsanto - Brás Henrique – Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008

Grupo de mulheres invade área no interior de SP, rende porteiro e arrasa viveiro e campo de milho transgênico

Um grupo de mulheres da Via Campesina invadiu na madrugada de ontem uma unidade de pesquisa da empresa Monsanto, localizada em Santa Cruz das Palmeiras, município do interior de São Paulo, na região de Ribeirão Preto. Elas cortaram a cerca, renderam e amarraram o porteiro e depois destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico da empresa. Antes de sair, elas picharam as paredes da guarita de entrada com expressões como “mulheres em luta” e “transgênico mata”.

A Monsanto é uma das maiores empresas do mundo na área de biotecnologia, produção e comercialização de sementes. Em fevereiro ela e a Bayer, outra gigante do setor, haviam obtido uma importante vitória no Conselho Nacional de Biossegurança, que, depois de um longo debate, liberou para produção e venda duas variedades de sementes que vinham sendo pesquisadas em campos experimentais. Um deles era o de Santa Cruz das Palmeiras. O protesto das mulheres da Via Campesina, portanto, não foi somente contra a Monsanto. Ele mirou também as autoridades que regulam o setor de biotecnologia.

A Polícia Civil abriu inquérito para investigar o caso. Em nota, a Monsanto, que não permitiu o acesso da imprensa à área de plantio, condenou o ato.

Foi a segunda vez que aquela unidade foi invadida. Em julho de 2001, integrantes do Greenpeace foram até lá e jogaram tinta vermelha na área plantada, afirmando que o cultivo de transgênicos era irregular.

A invasão de ontem, que faz parte de uma jornada de lutas da Via Campesina para lembrar o Dia Internacional da Mulher, ocorreu por volta das três horas. Foi quando as mulheres chegaram à guarita, depois de atravessar um trecho de 50 metros de mato. “Nosso objetivo é protestar contra a decisão do conselho de ministros que liberou o cultivo de duas variedades de milho transgênico - o que pode trazer várias conseqüências aos pequenos produtores e à reforma agrária do País”, disse em Brasília a coordenadora nacional da Via Campesina e do Movimento dos Sem-terra (MST), Marina dos Santos. “O cultivo dos transgênicos tira a autonomia dos produtores brasileiros, que ficam reféns da Monsanto, que quer dominar o mercado de sementes no mundo.”

A coordenadora do MST também disse que persistem divergências entre os cientistas a respeito do impacto ambiental e os danos à saúde que as sementes transgênicas podem causar: “O Brasil teria de esperar o resultado final desse estudo.”

A Monsanto registrou boletim de ocorrência pela manhã. De acordo com o relato de Marcos Palhares, representante da área de biotecnologia, à polícia, cerca de 40 mulheres teriam invadido a área com paus e foices, danificando em seguida três experimentos e a estufa, deixando bandeiras do MST e da Via Campesina para trás.

DEPENDÊNCIA - A Via Campesina, organização internacional que no Brasil é representada principalmente pelo MST, é contrária à liberação dada pelo conselho de ministros, em fevereiro, para as duas variedades de milho transgênico (a Guardian, da linhagem MON810, da Monsanto, e a Libertlink, da alemã Bayer). Seus líderes vêem no avanço das pesquisas com transgênicos o risco de uma dependência cada vez maior dos produtores rurais diante dos grandes grupos da área da biotecnologia e do agronegócio. De acordo com nota da entidade internacional, “os transgênicos não são simplesmente organismos geneticamente modificados, mas produtos criados em laboratórios que colocam a agricultura nas mãos do mundo financeiro e industrial”.

Múlti diz que ação é 'atentado à propriedade' – Milton F. da Rocha Filho - Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008

A Monsanto divulgou nota de protesto contra a invasão da sua unidade de Santa Cruz das Palmeiras pela Via Campesina. “A Monsanto condena veementemente atos ilegais como este, inclusive desrespeitando recentes decisões do Judiciário”, diz. “A empresa acredita que, num regime democrático como o que vivemos, discordâncias - ideológicas ou não - devem ser expressas por meio dos caminhos legais e de livre forma de expressão e não por atentados aos indivíduos e à propriedade privada.”

A empresa defendeu os experimentos com transgênicos. “A biotecnologia contribui para uma agricultura sustentável e com menor uso de agroquímicos”, argumenta na nota. “É aprovada no Brasil, onde três culturas já tiveram pareceres conclusivos emitidos pelos órgãos federais competentes para tal, a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, composta por 27 cientistas) e o CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança, formado por 11 ministros). Seus benefícios já promovem soluções sustentáveis para o meio ambiente e para a agricultura no Brasil e no mundo.”

Mulheres divulgam imagens da invasão – Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008

A ação da Via Campesina, realizada na madrugada de ontem no campo experimental da Monsanto, não foi acompanhada por repórteres, fotógrafos nem cinegrafistas. Mas contou com um eficiente serviço de divulgação. Logo pela manhã, os principais veículos de comunicação já tinham sido avisados da ação pelos assessores de imprensa da Via Campesina e do Movimento dos Sem-Terra.

Paralelamente, foram postas à disposição dos interessados fotos com o registro da ação das mulheres - feitas pelo próprio serviço de divulgação do movimento. A foto no alto desta página foi cedida pela Via Campesina. Agências internacionais de notícias também puderam distribuir o material. O alvo da Via Campesina era principalmente a Europa, onde existe uma sensibilidade maior para a questão dos transgênicos.

Esse tipo de ação é bastante utilizado pelo Greenpeace, em ações relâmpagos e em locais de difícil acesso. No Brasil, o MST usa a tática de invadir os locais sem avisar e logo em seguida chamar a imprensa.

No caso de ontem foi uma ação relâmpago - na qual se procurou proteger também a identidade das mulheres, para evitar seu indiciamento em inquérito policial, como ocorreu após a invasão de um viveiro experimental de mudas de eucalipto, no Rio Grande do Sul, em março de 2006.

Outra explicação para a tática de ontem foi o temor de que a Monsanto não desse divulgação ao fato, evitando assim levantar mais poeira em torno da polêmica sobre os transgênicos. De acordo com relatos de representantes da Via Campesina, que reúne movimentos de defesa da reforma agrária e contra o agronegócio em diversas partes do mundo, a empresa já utilizou essa tática em outros países.

Criada em 1901, a Monsanto é uma das principais empresas do mundo na área de biotecnologia. Segundo informações de seu site, investe US\$ 1,5 milhão por dia na área de pesquisas.

Sem-terra agiram em 4 Estados durante a semana - Evandro Fadel, Angela Lacerda e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008

Após uma invasão no Rio Grande do Sul na terça-feira, seguida de ação policial que deixou vários feridos, a Via Campesina fechou a semana com ações em quatro Estados. Além do protesto contra a Monsanto, no interior paulista, houve atos ontem no Paraná e em Pernambuco.

A Via Campesina promoveu manifestações em cinco municípios paranaenses, com grande participação de mulheres, já que hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Segundo o movimento, foram mobilizadas 1,5 mil pessoas. Os atos foram diante de escritórios da multinacional Syngenta Seeds, que acusam de crime ambiental e violência.

Em Londrina, no norte do Estado, um grupo com aproximadamente 300 pessoas ocupou uma praça e chegou a entrar no prédio onde fica o escritório da multinacional, mas depois saiu sem causar danos.

A Syngenta confirmou, por nota, que escritórios de venda foram alvo de manifestações e a unidade de Santa Teresa, à tarde, continuava invadida. “Reafirmamos nossa preocupação com as manifestações e os atos que tentam impedir o desenvolvimento da agricultura, trazendo prejuízos a todos: agricultores brasileiros, comunidade e economia do País”, diz a nota. “Esperamos que não ocorra violência e acreditamos que por meio do diálogo sejam buscadas as soluções.”

No Recife, aos gritos de “usineiros assassinos” e “basta de trabalho escravo”, um grupo de mulheres jogou tinta vermelha na porta e nas paredes da sede do Sindicato do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar). No protesto, elas queimaram um molho de cana-de-açúcar e colaram cartazes na fachada do sindicato, contra o trabalho escravo e a monocultura da cana. A porta do sindicato foi fechada e não houve conflito.

No centro de Porto Alegre, cerca de 50 militantes do PSOL do Rio Grande do Sul protestaram contra a violência sofrida pelas mulheres da Via Campesina durante a desocupação da Fazenda Tarumã pela Brigada Militar, na terça-feira.

Promotor pede prisão preventiva de Stedile - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 08/03/2008

O promotor de Barra do Ribeiro (RS), Daniel Indrusiak, pediu à Justiça a prisão preventiva do líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stedile, acusado de participar da organização da depredação de um viveiro de mudas e um laboratório da Aracruz Celulose, por cerca de 1.500 mulheres da Via Campesina. A invasão completa dois anos hoje. O juiz Jonatas de Oliveira Pimentel ainda não se manifestou sobre o pedido.

Indrusiak está convencido de que há uma estratégia de Stedile para frustrar o processo, porque a Justiça não consegue notificá-lo para que apresente sua defesa desde abril de 2006, quando aceitou a denúncia. Segundo o promotor, o líder do MST nunca está em seus endereços conhecidos nem compareceu a uma audiência marcada por edital em maio passado.

“Ele tem o direito de se defender, mas deve fazer isso na Justiça”, disse. “Como dificulta a citação, há condições para pedir a prisão preventiva”, explicou, ressaltando que isso não corresponde a um julgamento de culpa na depredação, apenas a submissão de Stedile ao processo.

No Dia Internacional da Mulher em 2006, mulheres ligadas à Via Campesina saíram de ônibus de diferentes lugares do Rio Grande do Sul até a Aracruz. Lá renderam motoristas e vigias, entraram na área de expedição e num laboratório e destruíram 3 milhões de mudas de eucaliptos e equipamentos. O prejuízo foi calculado em US\$ 700 mil.

Em Porto Alegre, onde participava de conferência sobre reforma agrária, Stedile deu entrevistas saudando as mulheres por chamarem a atenção da sociedade para os problemas causados pela monocultura do eucalipto. Depois disse que não poderia ser condenado por expressar sua opinião num país em que há liberdade de expressão.

Depois da investigação policial, Indrusiak denunciou 37 pessoas como líderes ou organizadores da depredação. Dois anos depois, a Justiça ainda não conseguiu ouvir Stedile e outros oito acusados. O processo pode se arrastar e alguns crimes podem prescrever. Só depois da apresentação da defesa prévia de todos os réus é que começam os depoimentos das testemunhas de acusação e defesa, que são muitas e, em geral, de difícil localização. “Não tenho como dar prazo para o julgamento, mas imagino, por alto, que demorará ao menos uns dois anos”, admitiu o juiz Pimentel.

Para tentar acelerar o trabalho, o processo foi dividido. Desde o ano passado estão fora do processo principal Maria Rodrigues e Maria Leonor Batista, de paradeiro desconhecido. Em fevereiro, Indrusiak pediu a passagem de mais sete acusados para o processo secundário.

Além de Stedile, não foram localizados Manuela Bailosa, procurada em Mato Grosso do Sul e Bahia, e Oracélia Chaves, procurada no Rio Grande do Sul. Loiva Rubenich, morreu em outubro de 2006. Outros três moram no exterior. Da Indonésia, a polícia avisou à Justiça que não localizou Henry Saragyh. A República Dominicana e a Suíça ainda não responderam às cartas que pediam o interrogatório de Juana Ferrer de Sanchez e Corinne Chantal Dobler. Já as autoridades espanholas conseguiram ouvir o britânico Paul Nicholson e enviaram as respostas, que foram anexadas ao inquérito.

No segundo aniversário do ataque, a Aracruz preferiu guardar silêncio. Anteriormente, diretores já haviam deixado claro que a empresa vai pedir reparação de danos às pessoas que forem condenadas pela Justiça.

MARCO - A invasão da Aracruz é considerada um marco para a Via Campesina. Daquele dia em diante, os projetos de plantação de 400 mil hectares de eucaliptos para abastecer futuras fábricas de celulose provocam polêmicas no Rio Grande do Sul. Movimentos de pequenos agricultores, sem-terra e ambientalistas condenam o que chamam de “deserto verde da monocultura de eucaliptos” e defendem o uso das terras para a reforma agrária. O governo gaúcho, prefeitos, ruralistas e industriais defendem os projetos, alegando que poderão tirar a metade sul do Estado da estagnação econômica.

Para o frei Sérgio Gorgen, ex-deputado estadual pelo PT e uma espécie de porta-voz da Via Campesina, as mulheres que participaram da invasão da Aracruz merecem uma estátua por terem mostrado o problema da monocultura à sociedade. “Infelizmente o poder público está totalmente curvado ao capital”, lamenta, citando a mobilização da bancada

federal pela redução da faixa de fronteira para facilitar a aquisição de terras pela sueco-finlandesa Stora Enso.

A própria Via Campesina trata de manter vivo o tema com protestos periódicos. Depois da depredação da Aracruz, voltou à carga invadindo quatro plantações de eucaliptos de diferentes empresas por algumas horas em março do ano passado e destruindo quatro hectares da plantação da Stora Enso na Fazenda Tarumã, na terça-feira. “Ameaças como as que temos assistido representam um retrocesso, principalmente no momento em que governo e empresários buscam superar obstáculos ao desenvolvimento sustentável do país”, argumentou em nota divulgada ontem a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Para a entidade, ações como a destruição do viveiro da Aracruz em 2006 constituem uma “atitude criminosa de agressão e desrespeito aos direitos constitucionais”.

Sem limites – Folha de São Paulo – Opiniões – Editorial – 08/03/2008

MST reedita tática covarde de arregimentar grávidas e crianças para enfrentar a polícia em invasões de propriedade

SOB PRETEXTO de comemorar o Dia Internacional da Mulher, que o MST traveste de "dia de luta contra a opressão da mulher e do sistema que agudiza tal opressão", seus dirigentes reincidiram na prática covarde de erigi-las em bucha de canhão. Multiplicaram ações violentas, com grávidas e crianças na linha de frente. E ainda se escondem detrás dessa internacional da depredação chamada de Via Campesina.

Os líderes dos sem-terra parecem querer, a todo custo, repetir aquilo que na sua óptica alucinada devem qualificar como estrondoso sucesso: a invasão de uma área de pesquisa da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, há dois anos, quando milhões de mudas de eucaliptos e equipamentos foram destruídos.

Fantasiadas de camponesas com chapéus de palha e lenços lilases no pescoço, as militantes se prestaram docilmente ao papel de vanguarda do atraso. Marcharam até uma unidade experimental da empresa Monsanto em Santa Cruz das Palmeiras (SP), onde destruíram viveiro e campo de testes com milho transgênico. Não encontraram resistência.

Já a invasão da fazenda Tarumã em Rosário do Sul (RS), três dias antes, terminou mal. Da investida da Brigada Militar gaúcha saíram feridas 69 pessoas. Ainda se investiga se houve abuso policial, suspeita reforçada pelo emprego de meios drásticos (bombas de efeito moral e balas de borracha). Segundo o MST, foi um protesto contra o plantio de eucaliptos (outra encarnação do demônio para os luditas do MST) pela multinacional Stora Enso em faixa de fronteira. A área está a 80 km do Uruguai.

O artigo 20 da Constituição define uma faixa de 150 km junto aos limites nacionais como "fundamental para defesa do território nacional". A venda dessas terras a estrangeiros está sujeita a aprovação prévia (entre outras restrições). O Inbra considera irregular a

compra da propriedade pela empresa, transação que está sob investigação do Ministério Público Federal.

Assim como no caso dos transgênicos, a Via Campesina não é parte legítima na questão. Poderia protestar de modo pacífico contra a lentidão decisória do Incra, ou fazer lobby no Congresso contra a proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que visa a reduzir a faixa a 50 km. Trata-se de manobra casuística, que mina a soberania em toda a fronteira para favorecer interesses particulares, sob pretexto de promover o desenvolvimento regional. Mas não cabe ao MST arvorar-se em poder de polícia.

Ocupar propriedade privada para fazer valer na marra seu ponto de vista constitui usurpação que já não causa surpresa, tamanha a sem-cerimônia com que o MST recorre ao expediente. Que o faça pondo na linha de frente mulheres e crianças só acrescenta um quê de vilania à temeridade de suas ações.

Via Campesina depreda Monsanto em SP – Maurício Simionato – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008

Sem-terra destroem campo de milho transgênico em protesto contra liberação de duas variedades do grão pelo governo - Multinacional relata em boletim de ocorrência que foi invadida por cerca de 40 pessoas; movimento afirma que eram 300 manifestantes

Um grupo de manifestantes -na maioria mulheres- ligados à Via Campesina invadiu na madrugada de ontem a unidade de pesquisa da empresa norte-americana Monsanto, em Santa Cruz das Palmeiras (244 km de São Paulo), e destruiu um viveiro e um campo experimental de milho transgênico.

A Monsanto registrou boletim de ocorrência na Polícia Civil da cidade, no qual relatou que um vigia da empresa, que estava na guarita, foi rendido e ficou amarrado durante 40 minutos. Ninguém ficou ferido.

No boletim, a empresa registrou que foi invadida por cerca de 40 pessoas. No entanto, um funcionário disse à Folha que foram cerca de cem pessoas. Já a direção nacional do movimento afirmou que 300 pessoas participaram da invasão. A Polícia Civil abriu inquérito para apurar os crimes de dano ao patrimônio e de cárcere privado. Segundo o boletim de ocorrência, antes de amarrar o vigia, os manifestantes o renderam "com foices e paus".

Em 2001, o Greenpeace já havia realizado um protesto nessa mesma área contra o plantio de milho geneticamente modificado. Na ocasião, os ativistas cercaram uma plantação experimental e coloriram as sementes com tinta atóxica.

Na terça-feira, 69 pessoas ligadas à Via Campesina ficaram feridas durante reintegração de posse feita pela PM em fazenda da multinacional Stora Enso em Rosário do Sul (RS).

Ontem, os manifestantes chegaram por volta das 3h e derrubaram parte de um alambrado que dá acesso à empresa. Em seguida, destruíram o viveiro e o campo experimental. A ação durou cerca de uma hora. Quando a PM chegou, não havia mais ninguém no local.

A Via Campesina disse que o objetivo era protestar contra a liberação de duas variedades de milho transgênico pelo Conselho Nacional de Biossegurança. Segundo nota do movimento, "o governo Lula cedeu às pressões das empresas do agronegócio e liberou, em fevereiro, o plantio e comercialização das variedades Guardian (da linhagem MON810 da Monsanto) e Libertlink (da alemã Bayer)".

A invasão faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina. Uma guarita da empresa foi pichada com dizeres "Mulheres em luta", "Fora Monsanto", "MST" e "Movimento Via Campesina".

"O objetivo foi protestar contra a decisão do Brasil de produzir milho transgênico. Não existe nenhum estudo conclusivo que diga se tem ou não tem problemas para a saúde e para o ambiente", disse uma das coordenadoras da Via Campesina, Marina dos Santos.

Multinacional condena ação dos sem-terra – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008

A Monsanto divulgou nota ontem condenando a invasão: "A Monsanto condena veementemente atos ilegais como este, inclusive desrespeitando recentes decisões do Poder Judiciário", diz. "A empresa acredita que, num regime democrático, como o que vivemos, discordâncias -ideológicas ou não- devem ser expressas por meio dos caminhos legais e de livre forma de expressão e não por meio de atentados aos indivíduos e à propriedade privada."

Segundo a Monsanto, "a biotecnologia é uma tecnologia que contribui para uma agricultura sustentável e com menor uso de agroquímicos", e foi "aprovada no Brasil com pareceres conclusivos (técnicos e socioeconômicos) emitidos pelos órgãos federais competentes". A empresa diz que "o segmento de pequenos agricultores é um dos que mais poderia se beneficiar da biotecnologia como já têm demonstrado os exemplos no Brasil e no exterior".

CANA: CERCA DE 500 MULHERES PROTESTAM CONTRA A MONOCULTURA – Folha de São Paulo – Brasil – 08/03/2008

As manifestantes são ligadas à Via Campesina, e os protestos, no centro de Recife, marcaram o encerramento da semana da mulher. Pela manhã, o ato foi em frente ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de PE. À tarde, se reuniram com cerca de 500 militantes de outros movimentos e foram à sede do governo do Estado. Um grupo foi recebido pela secretária da Mulher, Cristina Buarque.

Via Campesina invade Monsanto e destrói viveiros – O Globo – O País – 08/03/2008

SÃO PAULO. Um grupo de aproximadamente 300 mulheres da Via Campesina ocuparam, ontem, uma unidade de pesquisa de biotecnológica da empresa americana Monsanto e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico, em Santa Cruz das Palmeiras (na altura do km 229 da Anhanguera), no interior de São Paulo. A Via Campesina protesta contra a liberação de duas variedades de milho transgênico pelo Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). O protesto durou meia hora. Por volta das 7h, as mulheres deixaram as instalações da Monsanto. A empresa disse que a invasão é uma agressão ao “regime democrático”.

Em manifesto, a Via Campesina diz que o governo Lula “cedeu às pressões das empresas do agronegócio” ao liberar, em fevereiro, o plantio e a venda de variedades transgênicas de milho.

Em nota, a Monsanto repudiou a invasão, e afirmou que a destruição de seus experimentos prejudica o desenvolvimento científico no país.

Integrantes da Via Campesina também ocuparam, ontem, a sede da Superintendência Regional de Agricultura no Rio, próxima à Praça Mauá.

Sem-terra ocupam fazenda da Vale – Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Nacional – 09/03/2008

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram, na manhã de ontem, uma unidade da Ferro Gusa Carajás (FGC), empresa da Vale, no Maranhão. Segundo a empresa, os invasores depredaram as instalações da Fazenda Monte Líbano, localizada no município de Açailândia. O MST não foi localizado para comentar a invasão.

Essa é a terceira invasão a empresas ligadas ao agronegócio nesta semana promovida por movimentos em defesa da reforma agrária. A fazenda é a sede administrativa da operação florestal da FGC no Estado e produz carvão vegetal.

Peritos da Polícia Militar foram enviados à fazenda para avaliar os danos. Segundo nota divulgada pela Vale, um empregado da empresa foi cercado pelos invasores, ameaçado

com foices e porretes e obrigado a entregar uma máquina fotográfica com a qual registrava a invasão.

O trânsito na rodovia Belém-Brasília foi interrompido pelos invasores. Segundo a empresa os manifestantes atearam fogo a pneus e troncos de árvores.

A nota diz ainda que os sem-terra ameaçaram invadir outra fazenda, na qual a Vale mantém um centro de pesquisa de reflorestamento. “Essa invasão pode pôr abaixo mais de 20 anos de pesquisas desenvolvidas pela empresa”, diz a nota. Ainda segundo o comunicado da mineradora, a Justiça de Açailândia concedeu liminar para a reintegração de posse da Fazenda Monte Líbano, determinando o cumprimento da medida judicial pela Polícia Militar.

No Rio Grande do Sul, cerca de 150 produtoras rurais realizaram ontem, em Rosário do Sul, um ato simbólico contra a invasão da Fazenda Tarumã por um grupo de mulheres da Via Campesina na terça-feira. Na ocasião foi destruída parte da plantação de eucaliptos. A fazenda pertence à multinacional finlandesa Stora Enso.

Via Campesina ocupa trilhos de ferrovia em Minas Gerais – Sítio Eletrônico da CPT – 10/03/2008

Mais de mil mulheres ligadas à Via Campesina de Minas Gerais e do Espírito Santo ocuparam, na manhã do dia 10 de março, os trilhos de uma das principais ferrovias da empresa mineradora Vale, em Minas Gerais. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a ocupação é um protesto contra a construção da barragem de Aimorés, pela Vale e Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). A obra tornaria inviável o sistema de esgoto do município mineiro de Resplendor. O MST alega que a Vale é uma das grandes responsáveis pela destruição do meio ambiente no Estado e pela concentração de terras com o plantio de eucaliptos em larga escala.

Conquistada área emblemática para a reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 10/03/2008

Depois de quase nove anos de conflitos e disputas judiciais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assegurou no último sábado (8) a conquista de mais uma área emblemática no estado de Sergipe. A Fazenda Caraíbas, localizada no município de Japarutuba, teve sua posse imitada ao Incra pela Justiça e agora dará lugar a um novo projeto para o assentamento de famílias sem terra.

Os trabalhos do Incra para a obtenção da área de 2,3 mil hectares que compõe o imóvel começaram em 1999. Dois anos mais tarde, em junho de 2001, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, decretou a fazenda como área de interesse

social para fins de reforma agrária, dando novo impulso ao processo de criação do assentamento.

No mesmo ano, no entanto, os proprietários do imóvel recorreram à Justiça, contestando os trabalhos realizados pelo Incra para a desapropriação. Com a contestação, o processo judicial acabou sendo paralisado, o que provocou a interrupção de todas as ações da autarquia no imóvel.

Desde então, conflitos envolvendo os proprietários da fazenda e as famílias que reivindicavam a área foram registrados, tendo sido necessária, em várias oportunidades, a intervenção e a mediação da Ouvidoria Agrária Regional para dissipar tensões. Ao final de 2006, porém, o processo judicial foi reaberto, renovando as esperanças das famílias que viviam nas proximidades da fazenda.

Decisão favorável - Com a decisão favorável ao Incra divulgada no último sábado, a fazenda passou definitivamente a integrar o Programa Nacional de Reforma Agrária em Sergipe, devendo nos próximos dias receber nova visita dos peritos agrários da autarquia. Os peritos farão uma avaliação da área e das benfeitorias realizadas no local. O Projeto de Assentamento a ser implantado pelo Incra nesse imóvel terá capacidade para abrigar cerca de 120 famílias.

Trabalhadoras páram fábrica da Cargil no MS – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008

No sábado (8/3), mais 300 Sem Terra, em sua maioria mulheres, realizaram um protesto em frente à transnacional Cargil, na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul e pararam a fábrica por algumas horas para protestar contra o avanço do agronegócio, que penaliza o trabalho de camponeses da região e em todo o país.

As mulheres realizaram também uma passeata pela avenida principal em direção à Câmara dos Vereadores. Antes porém, fizeram uma parada em frente a um shopping da cidade, para portestar contra a discriminação de populações pobres e indígenas, que são proibidos de freqüentarem as instalações. Na Câmara, as trabalhadoras marcaram posição contra os transgênicos e pela reforma agrária como forma de acabar com o grande latifúndio improdutivo no Brasil.

Após a passeata, foi realizado um ato publico na praça principal da cidade de Dourados onde estavam presentes varias entidades como o sindicato dos bancários, o DCE da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) e a Prefeitura da cidade, que manifestaram apoio às ações do movimento.

Sem Terra da Bahia ocupam Secretaria da Agricultura – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008

Hoje pela manhã cerca de três mil companheiros e companheiras ocuparam a Seagri (Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia), para reivindicar o cumprimento de pautas negociadas e aprovadas pelo Governo Estadual no ano

passado, fruto da grande marcha que os movimentos fizeram de Fera de Santana a Salvador, com mais de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras.

Cerca de 70% da pauta aprovada durante a marcha não foi cumprida pelo governo, como a construção e recuperação de todas as casas dos assentamentos do MST e do CETA (Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados). "Só sairemos daqui com a vitória" diz a militante do MST Auziria, do assentamento Nova Panema, em São Sebastião do Passé. "Chega de enrolação desse povo, marchei descalça de Fira de Santana a Salvador, estamos dispostas a ir até as últimas conseqüências", reforça. A direção dos Movimentos está tentando fechar uma audiência com o Governador Jacques Wagner para hoje à tarde.

No sábado (8/3) cerca de 350 mulheres que participavam do 8ª Acampamento das Trabalhadoras Rurais e Indígenas tomaram as ruas de Salvador. No domingo foram realizadas diversas oficinas no acampamento: capoeira, samba de roda, artesanato, renda no fundo de quintal e contadoras de história.

À noite, houve o encerramento do acampamento, em seguida duas mil mulheres do MST e da CETA ocuparam o Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), massificando a ocupação que foi realizada dia 6/3. De lá, as trabalhadoras seguiram para a Seagri.

Nota da Via Campesina sobre acusações falsas da Vale – Sítio Eletrônico do MST – 10/03/2008

Em relação as acusações da empresa mineradora Vale (ex-Companhia Vale do Rio Doce), a Via Campesina vem a público esclarecer:

1. A ocupação dos trilhos da Vale, no município de Resplendor, por 1.000 camponesas, nesta segunda-feira, ocorreu de forma pacífica, como forma de denunciar os impactos sociais e ambientais da construção da barragem de Aimorés, no Rio Doce. Concluída em 2005, pela Vale e pela CEMIG, a barragem alagou 2 mil hectares, prejudicando diretamente 2.000 famílias e, indiretamente, 100.000 famílias. Apenas 40 famílias foram reassentadas, enquanto os demais desalojados permanecem abandonados pelas empresas.

2. Ao contrário da nota divulgada pela Vale, não houve reféns no protesto, respeitando os direitos humanos dos funcionários da empresa, que puderam sair da área logo depois da ocupação dos trilhos da empresa. Jornalistas de diversos meios de comunicação circularam durante todo o dia, durante a ocupação, e são testemunhas de que nenhum trabalhador da empresas ficou detido.

3. As falsas informações divulgadas pela Vale, depois encerrada a ocupação e liberados os trilhos, pretendem evitar que a sociedade tome conhecimento das denúncias das camponesas contra a empresa. Trata-se de uma "cortina de fumaça" para esconder os impactos sociais da atuação da Vale, que busca preservar a falsa imagem de que a Vale está ao lado do povo brasileiro e trata problemas sociais como caso de polícia.

10 de março de 2008,
Via Campesina Brasil

Fórum Estadual de Reforma Agrária faz protestos em Goiás – Sítio Eletrônico da CPT
– 11/03/2008

Integrantes do Fórum Goiano pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (da qual faz parte a CPT) bloquearam rodovias em Goiás e ocuparam a Superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Goiânia, no dia 10 de março. As mobilizações eram uma forma de protesto contra a permanência do superintendente do Incra em Goiás, Ailtamar da Silva, no cargo. Não houve confrontos ou depredação durante a ocupação do Incra. Mais de três mil pessoas participaram das quatro ações de bloqueio de estradas. O Fórum alega que “o Incra foi loteado ao PTB, na pessoa do seu deputado Jovair Arantes, como moeda de troca pela votação a favor do governo federal na disputa do CPMF”. Arantes teria proposto que seu sobrinho, proprietário de uma concessionária de carros no interior do Estado, assumisse a superintendência do órgão. “Repudiamos esta forma do governo tratar ilegalmente o Incra como propriedade privada e como balcão de negócios, ao invés de respeitá-lo como instrumento constitucional de realização da Reforma Agrária”, afirmou o movimento em nota.

MST pára estrada de ferro da Vale - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional –
11/03/2008

Empresa afirma que 2.500 pessoas foram prejudicadas com a invasão

Manifestantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) invadiram e obstruíram ontem, durante 12 horas, os trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), em Resplendor, a 445 quilômetros de Belo Horizonte, no Vale do Rio Doce mineiro. Conforme a Polícia Militar, a ocupação teve início às 5 horas e só terminou por volta de 17 horas, após o juiz substituto Braulino Corrêa Neto conceder liminar de reintegração de posse em pedido feito pela mineradora.

A ação levou à paralisação do transporte de passageiros e carga da ferrovia, que possui 905 quilômetros de extensão e corta 51 municípios em Minas e no Espírito Santo. A Vale alegou que a invasão de ontem prejudicou cerca de 2,5 mil pessoas, atendidas por dois trens que partem diariamente de Vitória e Belo Horizonte, passando por 29 cidades. Cerca de 300 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas.

O maquinista de um trem cargueiro foi impedido pelos manifestantes de deixar o local da ocupação, mas a PM informou que não foram registradas agressões ou atos de violência. A Vale alegou em nota que os manifestantes arrancaram placas de sinalização da ferrovia e jogaram pneus sobre a linha.

Enquanto a polícia informou que cerca de 600 pessoas - a maior parte mulheres, incluindo crianças - participaram da invasão, o MST disse que “mais de mil mulheres da Via Campesina” de Minas e do Espírito Santo participaram da ação.

Os manifestantes disseram que a construção da Barragem de Aimorés, pela Vale e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), iria “inviabilizar o sistema de esgoto da cidade, inundando dois mil hectares de terra”.

Segundo comunicado veiculado pelo MST, a ocupação da estrada de ferro integra a jornada nacional das mulheres da Via Campesina, “que denuncia o modelo que privilegia o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar e impede a realização da reforma agrária”.

A nota acusa ainda a Vale de ser uma das principais responsáveis pela destruição do meio ambiente em Minas e pela concentração de terras, por meio do plantio de eucalipto em larga escala.

ILEGALIDADE - Além de conceder a liminar de reintegração de posse, o juiz substituto de Resplendor expediu interdito proibitório quanto à possível invasão e ocupação de algum outro ponto da ferrovia. No despacho ele observa que não havia nenhuma dúvida sobre a “ilegalidade da ocupação”.

De acordo com o juiz, “o ordenamento jurídico brasileiro não elegeu a paralisação dos meios de transporte como forma legítima de pressão”. Ele destacou, também, que o bloqueio da linha e o impedimento do tráfego impôs “elevado prejuízo” à Vale, “de difícil reparação”.

Com novas ações, protestos chegam a 17 Estados – Tiago Décimo e José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 11/03/2008

Cerca de dois mil integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados da Bahia (Ceta) promoveram manifestação, ontem, na frente da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador. Desde a semana passada já houve protestos e invasões em 17 Estados, coordenados pela Via Campesina. As ações contra o agronegócio e em defesa da reforma agrária fazem parte da jornada pelo Dia Internacional da Mulher.

Segundo a coordenadora do protesto em Salvador, Vera Lúcia Barbosa, a manifestação é pacífica e tem o objetivo de cobrar o cumprimento de uma pauta de reivindicações do movimento, entregue ao governo baiano em abril do ano passado.

Entre as exigências estão desde a criação de escolas em assentamentos até a construção de 3 mil residências e a reforma de outras 5 mil casas dos assentados, passando por recuperação de estradas. De acordo com Vera Lúcia, cerca de 1.500 manifestantes vão ficar acampados no local até que haja proposta para solução dos problemas.

O titular da secretaria, Geraldo Simões, se reuniu com as lideranças. “Mostramos que muitos itens da pauta foram atendidos ou estão em andamento”, afirmou. “Existem, porém, algumas dificuldades por causa da complexidade da pauta.” Novo encontro acontecerá hoje.

FAZENDA - Setenta integrantes do MST invadiram ontem a Fazenda Kankan, em Riversul (SP), a 370 km da capital. A área de 115 hectares é considerada de herança vacante, ou seja, os proprietários morreram sem deixar herdeiros. Nesses casos, as terras passam a integrar o patrimônio do Estado. A Kankan seria transferida à Universidade de São Paulo.

De acordo com o MST, a USP nunca assumiu a fazenda que, há décadas, é explorada por um criador de gado. As famílias acampadas querem que a fazenda seja retomada pelo Estado e destinada à reforma agrária.

Empresa vai processar líderes – Fabiana Cimieri – Estado de São Paulo – Nacional – 11/03/2008

O diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, acusou ontem o Movimento dos Sem-Terra (MST) de usar a empresa para garantir visibilidade política para as suas reivindicações. Ele disse que processará os líderes nacionais e estaduais do movimento, que nos últimos dias fizeram duas ações contra a mineradora - no sábado, depredaram uma unidade da ferro-Gusa no Maranhão; ontem, bloquearam a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

“Eles querem atingir a Vale para dar cunho político a um movimento que não reconhecemos como legítimo. Discordamos desses atos de banditismo e não negociamos com bandidos”, declarou Martins, acrescentando que o departamento jurídico da empresa está estudando a melhor forma de processar os chefes do movimento no âmbito criminal e cível.

Na paralisação da ferrovia, o maquinista Pedro Jesus Simão, de 63 anos, teria sido impedido de deixar o vagão. No final do dia, quando a empresa já tinha obtido a ordem de reintegração de posse, os manifestantes liberaram a pista e o funcionário. “Não quiseram deixar comida. É um calorão insuportável e um momento muito tenso aqui”, contou o maquinista, pelo rádio, ao centro de controle. Por nota, os manifestantes negaram ter retido Simão no local.

FAMÍLIAS - A Vale afirma que todas as famílias retiradas da região da Barragem de Aimorés - um dos motivos alegados pelo MST para a invasão de ontem - já foram reassentadas. “Até as pessoas que não tinham casa receberam o imóvel ou a opção de ganhar uma carta de crédito, se optasse por comprá-la em outro lugar”, respondeu a diretora de energia, Vânia Somavilla. Segundo ela, a empresa construiu a estação de tratamento de esgoto, que está em fase de finalização. “Só faltam as ligações familiares”, afirmou.

No sábado, cerca de 600 camponeses invadiram uma unidade da Ferro Gusa Carajás, empresa da Vale no Maranhão. Eles depredaram a sede da empresa, exigindo a paralisação de 71 fornos que prejudicariam a saúde de 1.800 assentados nas proximidades.

A mineradora disse ter informações de que, depois de paralisar a ferrovia, os manifestantes invadiriam a mina de Brucutu, uma das principais produtoras de minério da empresa na região. “Não temos como fazer nada baseado em rumores. A Justiça precisa dos nomes para agir”, lamentou o diretor de assuntos corporativos.

Sem-terra bloqueiam ferrovia da Vale para pedir reestatização – Cíntia Acayaba e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008

Cerca de 300 mil toneladas de minério de ferro deixaram de ser transportadas de MG para porto de Tubarão (ES) - Empresa disse que protesto é mais uma "ação criminosa do MST"; maquinista relata que foi refém por 12 horas, mas manifestantes negam

Dois dias após invadir uma carvoaria da Vale do Rio Doce no Maranhão, sem-terra ligados à Via Campesina e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra invadiram e bloquearam ontem uma ferrovia da mineradora, em Resplendor (465 km de Belo Horizonte).

Cerca de 800 manifestantes, a maioria mulheres, segundo a Polícia Militar, fecharam a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Mil pessoas, segundo os movimentos, estavam na manifestação. Integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) também protestaram.

O protesto faz parte da série de manifestações em razão do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Desde terça ocorreram atos em ao menos 15 Estados e no Distrito Federal.

Com a paralisação da ferrovia, cerca de 300 mil toneladas de minério de ferro deixaram de ser transportadas para o porto de Tubarão, no Espírito Santo. O embarque de passageiros, cerca de 2.500 por dia, também foi suspenso. A Vale chamou o protesto de mais uma "ação criminosa do MST".

Nos trilhos - Por volta das 4h, 25 ônibus levando os invasores chegaram à ferrovia, em Resplendor. Segundo a PM, uma composição estava parada no local, por causa da troca de turno dos maquinistas. Os manifestantes, então, invadiram os trilhos e interromperam o tráfego com pneus. Também cercaram os trilhos com arame farpado e montaram barracas no local.

Durante o ato, dezenas de sem-terra subiram no teto do trem. Com bandeiras dos grupos, cantaram hinos dos movimentos, gritaram palavras de ordem e pediram o fim do agronegócio e a reestatização da Vale. A Vale informou que o maquinista Pedro Simões, 63, foi mantido refém na locomotiva, onde ficou sem comer e beber por horas. Os invasores negam.

Em entrevista por telefone, o maquinista disse que os manifestantes impediram que ele saísse da locomotiva por 12 horas e não permitiram que outro maquinista assumisse: "Eles falavam que eu não podia descer. Por volta das 12h, a Vale tentou negociar. A empresa levou um maquinista até lá, mas eles não aceitaram a troca". Segundo Simões, ao dizer que estava com fome, os sem-terra levaram uma "marmita fria e azeda".

Sobre as ações judiciais que a Vale promete mover contra os líderes, a coordenação da Via Campesina disse que "a empresa está fugindo do debate".

Os invasores reivindicaram também indenização e moradia para cerca de 2.000 famílias desalojadas em 2005 devido a construção da barragem de Aimorés, de cerca de 2.000 hectares resultado de um consórcio entre a Vale e a Cemig. Segundo a Via Campesina, só 40 famílias foram assentadas.

A Justiça de Resplendor concedeu liminar de reintegração de posse à Vale. Os sem-terra desocuparam os trilhos por volta das 16h30. Os manifestantes terminaram o ato com uma passeata pela cidade. A ferrovia tem 905 km e transporta 37% da produção nacional da empresa.

GOIÁS: GRUPO DE SEM-TERRA BLOQUEIA ESTRADAS E INVADE SEDE DO INCRA – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008

Trabalhadores rurais e sem-terra bloquearam ontem quatro rodovias em Goiás e invadiram a superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Goiânia. Eles pedem a permanência do superintendente do Incra no Estado, Ailtamar da Silva, indicado pelo PT. Até o início da noite de ontem, os manifestantes permaneciam no Incra.

Vale afirma que vai processar líderes envolvidos na invasão – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 11/03/2008

A mineradora Vale classificou os episódios de invasão da ferrovia Vitória-Minas ontem e de uma unidade de produção de ferro-gusa em Carajás no sábado como "atos de banditismo". A mineradora afirmou que pretende identificar os líderes das invasões e processá-los.

A Vale listou sete invasões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a instalações da companhia em vários Estados desde o fim de agosto de 2007. Uma outra invasão, segunda a empresa, foi feita pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Segundo o diretor ambiental da Vale, Walter Cover, todas as vezes que sofreu invasões a empresa recorreu à via judicial, mas a idéia agora é responsabilizar as próprias organizações, por meio das lideranças.

"Não dá para processar o movimento porque não tem entidade, não tem CGC [CNPJ]. A idéia é saber quem são os líderes, todos os que estiverem envolvidos direta ou indiretamente nós vamos processar", afirmou Tito Martins, diretor de assuntos corporativos.

A Vale diz que existem rumores de uma nova invasão em 15 de março na ferrovia da empresa em Carajás e que pretende notificar as autoridades.

A Vale classificou o debate como uma "questão política", diz que não aceita discutir com o movimento e que as reivindicações não têm relação com a mineradora.

Onda de invasões do MST atinge exportação da Vale – O Globo – Capa – 11/03/2008

Bloqueio de ferrovia da mineradora em MG durou cerca de doze horas. Integrantes do MST e da Via Campesina fecharam por cerca de doze horas uma das principais ferrovias da Vale, em Resplendor (MG), impedindo o transporte de 300 mil toneladas de minério de ferro e afetando a programação de exportações da mineradora. O diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, chamou os integrantes do MST de “bandidos, criminosos que querem perturbar a ordem”. O maquinista Pedro Jesus Simões foi feito refém. MST e Via Campesina dizem que a ação foi pacífica.

Esta é a sétima invasão de instalações da Vale desde agosto de 2007. Página 3
Dentista dirigirá Inbra de Goiás O dentista Rogério Arantes, sobrinho do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), foi indicado pela bancada federal de Goiás para o cargo de superintendente do Inbra. Sua nomeação deve sair nos próximos dias. Página 3

MST bloqueia ferrovia da Vale – Chico Otávio – O Globo – O País – 11/03/2008

A mineradora Vale pretende processar os dirigentes do MST e da Via Campesina que, desde sábado, já comandaram duas invasões à empresa. Na última, 800 ativistas ocuparam ontem, por 12 horas, os trilhos de uma das principais ferrovias da Vale, em Resplendor, município mineiro do Vale do Rio Doce. Cerca de 300 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas, afetando a programação de exportações da empresa no Porto de Tubarão (ES). Ao condenar as ações, o diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, chamou os dirigentes do MST de “bandidos, criminosos, que querem perturbar a ordem”.

Os manifestantes puseram pneus sobre os trilhos para impedir a passagem do trem. Eles chegaram ao local em ônibus. Foram acusados pela Vale de fazer refém o maquinista Pedro Jesus Simões. A empresa divulgou uma gravação na qual o maquinista, de 63 anos, se diz impedido de sair, mas os invasores negaram ter feito reféns.

A Via Campesina informou que o grupo era formado por mulheres de Minas e do Espírito Santo. O objetivo foi denunciar os impactos sociais e ambientais da construção da barragem de Aimorés, no Rio Doce.

Os manifestantes reivindicavam a presença de representantes da Vale e do governo federal para discutir o reassentamento das famílias retiradas da zona rural para a implantação da barragem

Desde agosto, Vale sofreu sete ataques

A barragem, sustenta a Via Campesina, teria alagado dois mil hectares, prejudicando diretamente duas mil famílias e outras milhares indiretamente.

Apenas 40 famílias teriam sido reassentadas. A manifestação também marcou a campanha pela desprivatização da Vale.

Em nota, a Vale disse que foi a sétima ação do MST contra a empresa desde agosto de 2007. O diretor Tito Martins classificou a penúltima, sábado, na Ferro Gusa Carajás, no Maranhão, de “extremamente violenta” e organizada, uma vez que os manifestantes, que não seriam da região, depredaram toda a sede.

— Era um grupo grande. Ficamos preocupados com a ação organizada.

A princípio, achávamos que era uma ação isolada, em região que não tem tradição de mobilização social — acusou o diretor.

Os invasores do Maranhão pediam a paralisação de 71 fornos de carvão, que prejudicariam a saúde de 1.800 assentados a 800 quilômetros do local. Martins disse que, se não tivesse condições de funcionar, a unidade seria fechada: — Não tem nenhuma operação que não seja licenciada

Ocupação só acaba com liminar

A ocupação em Minas durou cerca de 12 horas. Os invasores liberaram a ferrovia depois que a Vale obteve liminar de reintegração de posse.

De acordo com a polícia, a manifestação foi pacífica, mas o tráfego ficou suspenso durante todo o dia, no trecho que liga Belo Horizonte a Vitória. A empresa informou que a invasão também prejudicou o transporte de passageiros. Diariamente, cerca de 2.500 pessoas são atendidas por dois trens que partem de Vitória e Belo Horizonte e passam por 29 municípios.

Martins disse que a obstrução da ferrovia deveria ser tratada como caso de polícia. Ele chamou os líderes do MST e da Via Campesina de “um bando de covardes”, por terem supostamente usado mulheres e crianças na ocupação.

O diretor executivo disse que a empresa está desconfiada de que haveria outro “grande movimento” para ocupar mais uma ferrovia da Vale no sábado que vem, desta vez em Carajás, no Pará. O dirigente nega que os movimentos sociais — incluindo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) — tenham uma pauta de reivindicações específica para a Vale.

Para ele, as ocupações são uma estratégia para ganhar espaço na mídia, usando o nome da Vale como instrumento de pressão. Martins disse que as comunidades vizinhas também sofrem com as ações: — Em nome de uma série de coisas, como reforma agrária e questão ambiental, tentam afetar a Vale.

PTB indica dentista para Incra em GO – Evandro Éboli – O Globo – O País – 11/03/2008

BRASÍLIA. Deputados federais de Goiás que integram a base do governo indicaram o dentista Rogério Papalardo Arantes para o cargo de superintendente do Incra no estado. Rogério, que pouco sabe de reforma agrária, é sobrinho do líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), que apadrinhou sua indicação e levou seu nome ao ministro das Relações Institucionais, José Múcio, também do PTB. A nomeação deve sair nos próximos dias no Diário Oficial, assinada pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, que não teria sido consultado sobre a escolha.

Movimentos sociais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaeg) e o Movimento dos Sem Terra (MST) protestam contra a indicação de Rogério Arantes, e defendem a manutenção do atual superintendente, Ailtamar Carlos da Silva. Cerca de 400 manifestantes ocuparam ontem a sede do Incra em Goiânia e também estradas na região. A demissão de Ailtamar foi uma das razões dos protestos.

— Ele (Rogério) não tem vínculo com os movimentos sociais e desconhece o tema reforma agrária — disse Sandra Pereira, secretária de Política Agrária da Fetaeg.

Rogério Arantes foi vice-prefeito de Aparecida de Goiânia (2001-2004), candidatou-se a deputado estadual pelo PSDB em 2002, mas não se elegeu.

Depois, filiou-se ao PTB e hoje é vice-presidente da legenda em Goiás.

Jovair é o presidente. Rogério tem uma clínica odontológica em Goiânia e faz até três cirurgias dentárias por dia. Ele atribui a resistência dos movimentos sociais a uma orquestração do atual superintendente: — É natural que a pessoa que ocupe o cargo lute por ele com as armas que tem e não queira abandoná-lo.

Receita declarou inidôneos recibos emitidos pelo dentista O petebista negou que desconheça assuntos da reforma agrária. Ele disse que, quando foi chefe de gabinete da Secretaria Estadual do Trabalho do governo de Goiás, por um ano, em 2005, tinha contato com assentados: —Tenho conhecimento, sim. Com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) fazíamos cursos em assentamentos.

Meu nome não foi achado por aí, não. Conheço o assunto.

Em 18 de outubro de 2007, a Receita Federal publicou ato no Diário Oficial declarando inidôneos para efeitos tributários recibos de tratamento odontológico que teriam sido emitidos por Rogério, entre 2001 e 2004. Ele alega que foi um engano, e que ele teria comprovado à Receita que o seu carimbo e sua assinatura foram falsificados.

Em Salvador, cerca de três mil integrantes do MST e do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (Ceta) ocuparam ontem o pátio da Secretaria estadual de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador. Eles chegaram a tentar ocupar o saguão da secretaria, mas foram impedidos pela Polícia Militar.

O objetivo é pressionar o governo a cumprir acordo assinado em abril de 2007. Segundo o dirigente nacional do MST Márcio Matos, o governo do estado prometeu reformar cinco mil casas e construir outras três mil em assentamentos. Seriam ainda recuperados 1.200 quilômetros de estradas de acesso a assentamentos.

Incra vai recadastrar assentados no País – Sítio Eletrônico do MDS – 11/03/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) inicia nesta quarta-feira (dia 12/03/08) uma ação de recadastramento de assentados da reforma agrária. A medida visa aperfeiçoar a base de dados existente, de modo a possibilitar maior agilidade e controle no desenvolvimento dos programas.

O trabalho teve sua realização decidida em reunião dos Ministros Guilherme Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União (CGU), e visa ampliar ações iniciadas pela CGU, em suas auditorias normais, que

detectaram lacunas e inconsistências nos sistemas informatizados e nos controles da autarquia.

Atualmente, o cadastro é realizado através do Sipra, um sistema existente desde 1994, que substituiu os antigos controles manuais e que vem sofrendo sucessivas atualizações ao longo dos últimos 14 anos. Para tanto, já foram adotadas providências visando aumentar a segurança e a confiabilidade do sistema de cadastramento do Incra. Uma das ações mais significativas foi a implantação, em 2004, do Sipra Web, que passou a considerar obrigatória a inclusão do CPF dos beneficiários, possibilitando um controle mais completo da regularidade do assentado.

Paralelamente ao recadastramento, a CGU, com o apoio MDA/Incra, fará auditorias nos assentamentos, buscando identificar deficiências que possam comprometer o bom andamento dos programas, inclusive com inspeções “in loco”, sempre que necessário, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho do órgão.

Cruzamento de dados - A partir de agora, o Incra adotará um sistema mais apurado de controle, com validações centralizadas, como consistência do CPF e cruzamento com outras bases de dados federais disponíveis, tais como cadastro nacional de informações sociais (CNIS) e relação anual de informações sociais (RAIS).

A campanha de recadastramento envolverá todas as superintendências regionais e unidades avançadas do Incra. O Incra notificará os beneficiários da reforma agrária que apresentem algum tipo de inconsistência ou falta de informações para que regularizem sua situação junto à autarquia, em um prazo de 60 dias, nas respectivas superintendências regionais.

Essas medidas deverão contribuir para o aperfeiçoamento e maior segurança dos processos de trabalho do Incra e, também, para a identificação e correção de situações irregulares. Ao longo dos últimos cinco anos, o Incra já retomou cerca de 20 mil lotes que estavam ocupados irregularmente, tomando o lugar de outras famílias que reúnem as condições legais de habilitação.

Atingidos por barragens ocupam termelétrica da Eletronorte – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008

Na manhã desta terça-feira (11/3), cerca de 700 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocuparam a Unidade Termelétrica Rio Madeira no Bairro Nacional, em Porto Velho. A ação faz parte da jornada de lutas do 14 de março – dia internacional de luta contra as barragens, pelos rios e pela vida.

A manifestação tem como objetivo reivindicar da estatal Eletronorte a solução de problemas antigos das famílias atingidas pelas barragens de Samuel, e das famílias ameaçadas pela construção do Complexo Madeira.

A UHE de Samuel está localizada sobre o Rio Jamari, a 47km da capital do Estado, Porto Velho. Construída pela Eletronorte durante a década de 80, a barragem expulsou

cerca de mil famílias de suas terras, a maioria aguarda reparação até hoje. Segundo levantamentos feitos na região, 650 famílias esperam reassentamento.

O Complexo Madeira prevê a construção das barragens de Santo Antônio, cujo aproveitamento hidrelétrico foi leiloadado em dezembro do ano passado, e Jirau, com o leilão previsto para maio deste ano. Segundo cálculos do MAB, o conjunto das obras deve deslocar 5 mil famílias de suas terras.

Dia internacional de luta contra as barragens

O 14 de março é, todos os anos, um dia de atos e protestos mundiais contra a construção de barragens, em defesa da vida e da natureza e pelos direitos dos atingidos. Segundo o relatório final da Comissão Mundial de Barragens (órgão ligado a ONU), no mundo, cerca de 80 milhões de pessoas foram atingidas direta ou indiretamente pela construção de barragens. No Brasil, as grandes hidrelétricas existentes já expulsaram cerca de 1 milhão de pessoas, e destas, 70% ainda não foram devidamente indenizadas.

MAB faz mobilização na barragem de Machadinho – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008

Cerca de 400 pessoas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Machadinho iniciaram, na manhã de hoje (11/3), uma manifestação na entrada da usina, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ação faz parte da Jornada de lutas do 14 de março – dia internacional de lutas contra as barragens.

Os agricultores e agricultoras reivindicam a solução de problemas acarretados pela construção da usina que são: questões de infraestrutura comunitárias, solução para problemas ambientais, melhora na qualidade de energia, diminuição da tarifa de energia elétrica e questões de desenvolvimento regional.

Segundo Edson Bitencourt, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao contrário do que afirmam as empresas e o governo, as barragens não desenvolvem as regiões e sim expulsam pessoas das terras e impedem o fortalecimento da economia local. Bitencourt afirma que, se de fato houvesse preocupação com o desenvolvimento da região, o recurso utilizado na construção da obra, cerca de 1,2 bilhões de reais, (grande parte financiado pelo BNDES) poderia ser investido na população da região e não em empresas estrangeiras. A Usina Hidrelétrica de Machadinho é de propriedade do consórcio Maesa, formado por grandes grupos econômicos, na sua maioria estrangeiros: Votorantim (33,10%), Alcoa (25,75%), Tractebel Suez (19,25%), Vale (8,50%), Camargo Correia (5,25%). Por ano, estas empresas têm um faturamento R\$ 550 milhões com a venda da energia elétrica.

Via Campesina paralisa obras da Hidrelétrica de Estreito – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2008

Hoje pela manhã, cerca de 400 manifestantes de movimentos que integram a Via Campesina, como MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e MST, ocuparam o canteiro de obras e paralizaram as atividades de construção da Hidrelétrica de Estreito, localizado na BR 010, no Maranhão.

Os Movimentos Sociais exigem a paralisação das obras da usina e demais ao longo do rio Tocantins, para que seja feito um novo levantamento de impacto ambiental, pois o realizado anteriormente omite que cerca de 21 mil pessoas serão atingidas diretamente pela barragem, além de comunidades quilombolas do Bico do Papagaio. A mobilização se estenderá pelos próximos dias e mais manifestantes chegarão até que o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e o Ibama discutam a pauta levantada pelos movimentos.

Comissões da CNA discutem ADA, recadastramento e regularidade de imóveis – Sítio Eletrônico da CNA – 12/03/2008

As Comissões Nacionais de Assuntos Fundiários e de Assuntos Indígenas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizam nesta quarta-feira (12/03) a segunda reunião conjunta de 2008. Na pauta, discussões sobre o Ato Declaratório Ambiental (ADA) e a Instrução Normativa 44/2008, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que trata do recadastramento de imóveis no Bioma Amazônia. Os integrantes das duas comissões debatem ainda a regularidade de imóveis junto à Secretaria de Patrimônio da União e a compra de terras por estrangeiros. A reunião acontece das 9h às 17h, na sede da CNA, em Brasília.

MST desembestado – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/03/2008

A pretexto do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, o Movimento dos Sem-Terra (MST), em parceria com a Via Campesina - uma espécie de holding internacional do crime organizado contra o sistema econômico de que o agronegócio é o principal expoente -, vem comandando há uma semana uma seqüência de ações violentas que espoucaram em uma dezena e meia de pontos do território nacional, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Mulheres - de preferência grávidas - e crianças foram escaladas para formar na vanguarda das manifestações, o que se destina a funcionar como escudo contra intervenções policiais e a “provar” a espontaneidade das incursões.

Não há como negar que o MST e os seus associados constituem hoje um empreendimento clandestino cada vez mais bem estruturado. Desde a escolha dos alvos, a fabricação de razões de ressonância social para justificar os ataques caso a caso, passando pelos aspectos logísticos da arregimentação e transporte da tropa, ao espetáculo da operação em si - nada parece deixado ao improvisado. O planejamento inclui até mesmo a convocação da mídia e a produção de material jornalístico para assegurar ampla publicidade aos atentados, no País e no exterior. Tome-se o episódio da invasão de uma unidade de pesquisa da Monsanto, em Santa Cruz das Palmeiras, no interior de São Paulo.

Na madrugada de sexta-feira, um destacamento feminino de cerca de 40 ativistas armadas de paus e foices ocupou o lugar o tempo estritamente necessário para destruir uma estufa e três campos experimentais de milho transgênico, fincar bandeiras e pichar os slogans “mulheres em luta” e “transgênico mata”. Quando o dia amanheceu, os organizadores da razzia alertaram a imprensa, oferecendo-lhes, à maneira de uma assessoria de comunicação, fotos do ocorrido. Em Brasília, a coordenadora nacional da Via Campesina e do MST, Marina dos Santos, estava a postos para explicar que o ato foi um

protesto contra a recente decisão do governo - que é o financiador do MST - liberando o cultivo de duas variedades de milho geneticamente modificado, uma delas da Monsanto.

Nessa ofensiva contra a ordem econômica, como em todas as outras, a Vale do Rio Doce não foi poupada. Na segunda-feira, cerca de 800 militantes, mulheres na maioria, bloquearam, pela enésima vez, durante 12 horas, na região de Resplendor, no interior mineiro, a Estrada de Ferro Vitória a Minas, utilizada pela Vale para o transporte de minério de ferro, atrasando a remessa de cerca de 300 mil toneladas do produto destinadas à exportação, além de prejudicar 2,5 mil passageiros dos trens que ligam Belo Horizonte à capital do Espírito Santo. O pretexto, dessa vez, foi a construção da Barragem de Aimorés, um consórcio da Vale com a Cemig. Mas, naturalmente, não poderia faltar a exigência de reestatização da mineradora, também acusada de atentar contra o meio ambiente.

A empresa, como faz sempre, denunciou os “atos de banditismo” de que tem sido vítima - sete, a contar de agosto passado - e avisou que processará os líderes nacionais e estaduais das organizações responsáveis. Vamos ver se consegue. Há dois anos a Justiça tenta encontrar o número um do MST, João Pedro Stédile, para intimá-lo como responsável pela depredação de um laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, por 1.500 mulheres da Via Campesina, em março de 2006. Numa ação de grande envergadura, foram destruídos 3 milhões de mudas de eucaliptos, além de equipamentos avaliados em US\$ 700 mil. Em Porto Alegre, à época, Stédile celebrou a operação vandálica em entrevistas para quem quisesse ouvi-lo.

Segundo o promotor Daniel Indrusiak, do município gaúcho de Barra do Ribeiro, Stédile nunca está nos seus endereços conhecidos e ignorou uma audiência marcada por edital em maio passado. Por isso, requereu a sua prisão preventiva (sobre a qual o juiz a quem se dirigiu ainda não se manifestou). Essa situação, ainda mais pela violência do atentado que a originou, é um retrato da impunidade que apenas incentiva o movimento delinqüente a prosseguir com as suas ações predatórias - onde, quando e como os seus chefes determinarem - e a aumentar seu poder de fogo. Com os recursos que o governo não lhe nega.

Via Campesina cerca usina da Vale - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/03/2008

Em nova onda de protestos, movimento age em sete Estados e resiste à desocupação em Estreito, entre MA e TO

Após a jornada de luta das mulheres, que atingiu 17 Estados, com protestos contra o agronegócio, a Via Campesina iniciou ontem uma nova onda de ações no País - desta vez contra a construção de usinas hidrelétricas. Foram registradas manifestações em sete Estados. A mais ousada foi a ocupação da principal via de acesso ao canteiro de obras da Usina de Estreito - na divisa entre os Estados do Tocantins e do Maranhão.

A Polícia Militar foi chamada e tentou, sem sucesso, negociar com representantes da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a retirada dos quase 300 invasores. De acordo com Cirineu Rocha, da coordenação do MAB, a ocupação deve prosseguir até que o governo aceite discutir a pauta de reivindicações dos movimentos.

O representante do MAB também disse que outros manifestantes deveriam chegar hoje à área da usina. Diante da ameaça, a PM passou a vigiar as outras entradas, para impedir novas invasões.

Os advogados da usina recorreram à Justiça com uma ação de reintegração de posse. No início da noite ontem, o juiz Gilmar Everton Vale, de Estreito, atendeu ao pedido, determinando a reintegração a partir de hoje, sob pena de multa.

A pauta que os invasores desejam negociar com o governo é extensa. Inclui temas como o reassentamento das famílias deslocadas pela represa, a situação dos quilombolas e grupos indígenas na região, um novo levantamento sobre impacto ambiental e até o valor das tarifas de energia a ser cobrado, entre outros.

Em entrevista ao Estado, o presidente do Consórcio Estreito Energia, concessionário da hidrelétrica, José Renato Ponte, classificou a invasão como “lamentável”. Ele também observou que a maior parte dos invasores não é da região. “Vieram de fora, para conturbar o clima de bom entendimento e transparência que conseguimos com os moradores”, afirmou.

Estreito terá capacidade total de 1.087 MW e faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). É uma das mais importantes obras na área de energia elétrica em andamento no País, devendo iniciar as operações em 2010.

ATRASSO - Mas, segundo o presidente do consórcio, a invasão pode atrasar o cronograma da obra. Ele também manifestou preocupação quanto à segurança das pessoas no local da invasão. “Tenho medo de conflitos com os trabalhadores da obra, dos quais 80% são da região. Também preocupa o fato de termos explosivos e fios de alta tensão na área, além de maquinário pesado em movimentação.”

O consórcio responsável pela obra é formado pelas empresas Vale (30%), Alcoa (25,5%), Tractebel (40%) e Camargo Corrêa (4,5%). Esta foi a segunda vez na semana que a Vale foi atingida por ações da Via Campesina. Na segunda-feira, seus militantes tinham paralisado uma ferrovia da empresa em Minas.

As manifestações iniciadas ontem pela Via Campesina e o MAB devem prosseguir até sexta-feira - Dia Internacional de Luta contra as Barragens. De acordo com o material de divulgação sobre a data distribuído pelas duas organizações, no Brasil as grandes hidrelétricas já expulsaram cerca de 1 milhão de pessoas de suas terras e, destas, 70% não foram devidamente indenizadas.

Na Hidrelétrica de Machadinho, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um grupo de manifestantes acampou pela manhã diante do portão principal. Eles não impediram, no entanto, o trânsito de pessoas e veículos. Em conversa com dirigentes da empresa, disseram que o objetivo é chamar a atenção para os problemas decorrentes da construção de hidrelétricas.

No Paraná, manifestantes tentaram ocupar a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. Impedidos pelos seguranças, realizaram um ato de protesto diante dos portões.

Em Porto Velho (RO), os militantes conseguiram entrar na área da Unidade Termelétrica Rio Madeira, onde montaram acampamento. No Ceará, ocuparam um canteiro de obras do Canal da Integração - que deverá levar as águas do Açude Castanhão para o complexo portuário e industrial de Pecém, onde se localizam algumas empresas siderúrgicas. Segundo o MAB, o que está ocorrendo ali é a “privatização da água”.

No Rio Grande do Sul, moradores de dois bairros de Erechim deslocaram-se até a sede da empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado para reivindicar sua inclusão na chamada lista da tarifa social - que permite descontos de até 65%. Na Paraíba, comunidades de João Pessoa também começaram a se mobilizar ontem para reivindicar tarifas diferenciadas.

Segundo o MAB, as tarifas sociais para consumidores que utilizam pouca energia estão previstas em lei, mas as concessionárias relutam em cumpri-la.

Sem-terra invadem Incra em GO – Rubens Santos – Estado de São Paulo – Nacional – 12/03/2008

Um grupo de 800 integrantes do Fórum Estadual da Reforma Agrária - que reúne o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Pastoral da Terra (CPT) e outros ativistas - invadiu ontem a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiânia. O protesto visava a acelerar os assentamentos em Goiás e tentar impedir a troca de comando no escritório regional do Incra.

De acordo com o instituto, porém, nos últimos cinco anos 7.800 famílias foram assentadas, em 63 projetos.

Da foice para a motosserra - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008

Cada um tem o direito de acreditar no que quiser sobre o movimento dos sem-terra. Pode achar até que o MST está aí para fazer reforma agrária. Mas não dá para levá-lo a

sério quando levanta foices contra plantações de eucalipto, canaviais transgênicos e outros espantalhos do meio ambiente, escolhidos como pragas agrícolas nesta safra 2008 de atentados.

Disso, na melhor das hipóteses, o MST não entende. Se entendesse mesmo, não tocaria num assunto que só serve para incriminá-lo. O braço do movimento, cada vez mais cheio de dedos como a Via Campesina, deixou marcas nas frentes brasileiras de desmatamento para falar dos pecados alheios. Não faltam toras de assentamentos, por exemplo, no último recorde de devastação ilegal da Amazônia.

Mas isso o País está cansado de saber. Só quem não sabe é o governo. No fim dos anos 90, uma comissão parlamentar que avaliava os estragos produzidos na região por serrarias asiáticas, tropeçou na evidência de que 16 milhões de hectares da floresta haviam caído, nas últimas três décadas, em nome da reforma agrária. Era notória “a interface entre os projetos de assentamento e a extração de madeira”. E também faz tempo que Adalberto Veríssimo, do Imazon, chamou de “desastroso” o “histórico dos projetos de desenvolvimento sustentado na Amazônia”.

Nada disso impediu, evidentemente, que o engenheiro gaúcho Guilherme Cassel assumisse em 2006 o Ministério do Desenvolvimento Agrário dizendo: “A máquina está montada, só falta agora colocar mais lenha na fogueira.” A fogueira está lá para todo mundo ver. Mas, para Cassel, continua a ser “obrigação do Estado assentar gente no Norte e em terras públicas” porque, à luz do fósforo oficial, “o assentamento combate o desmatamento”.

No ano passado, o biólogo Fábio Olmos fez o inventário desse programa de colonização “extrativista” e “socioambiental”, no jargão de Brasília. Segundo Olmos, os assentamentos viraram rivais do agronegócio na “destruição de habitats no País, com a agravante de serem financiados pelo contribuinte”. Pudera. No Brasil, as últimas fronteiras que se poderiam chamar de colonizáveis estão na floresta amazônica, nos saldos da mata atlântica, nas escarpas mais ínvias da Serra do Mar e no que sobra do Pantanal matogrossense. São, todos eles, nomeados um a um, lugares que o artigo 225 na Constituição declara “patrimônio nacional”, a ser ocupado com cautela.

Mas é neles, de preferência, que o Incra desova seus assentados, geralmente sem dar a mínima a quesitos legais, como relatórios de impacto ou licenças do Ibama. O Incra é torto até no nome. O C de sua sigla vem de colonização, coisa que, pela Constituição, ele deveria ter deixado de fazer há 20 anos.

A sopa de letras bóa no anacronismo burocrático. Sem esse C, apesar do superfaturamento de fazendas e do permanente motim de seus quadros contra as leis vigentes, o Incra talvez fizesse reforma agrária de vez em quando, sob pena de fechar as portas por caduquice e desuso. Com o C, virou pau para toda obra. Morde terras devolutas, privatiza florestas, sitia reservas e inventa quilombos. Faz qualquer coisa para não fazer reforma agrária. E para isso conta com o apoio tácito do MST. O movimento dos sem-terra denuncia tudo com muito barulho. Mas abafa em discussões internas seu próprio desvio

oficioso da foice e da enxada para a motosserra. * **É jornalista e editor do site O Eco (www.oeco.com.br)**

Manifestantes invadem usina em Rondônia – Cíntia Acayaba – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2008

Com apoio de sem-terra, protestos atingem seis Estados e interrompem obras no Maranhão e no Ceará

O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) invadiu ontem uma usina termelétrica em Rondônia e promoveu ações em mais seis Estados.

Os protestos -que interromperam as obras de uma usina hidrelétrica, no Maranhão, e de um projeto hídrico, no Ceará- antecipam o dia internacional de luta contra as barragens, comemorado em 14 de março. Integrantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que desde o último dia 4 realizam protestos pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março), deram apoio às ações contrárias ao atual modelo energético brasileiro e à construção de barragens.

Segundo o MAB, as ações devem continuar até sexta-feira. Em Rondônia, cerca de 700 pessoas, conforme o MAB, invadiram a unidade termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho.

A Eletronorte, estatal que administra a usina, estima que eram 500 manifestantes. O MAB reivindica o assentamento de 650 famílias que foram desabrigadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, na década de 80, também em Porto Velho.

A Eletronorte disse que "já cumpriu com todas as obrigações com a construção da barragem". Até o fim da tarde de ontem, os manifestantes permaneciam na usina, que não estava gerando energia -ela só é ativada em casos de estiagem.

No Maranhão, cerca de 300 manifestantes acamparam ontem na entrada do canteiro de obras da usina hidrelétrica de Estreito, localizada no município de mesmo nome. O Consórcio Estreito Energia, responsável pela construção da usina, disse que a obra está paralisada e que os 1.500 trabalhadores foram retirados.

Os manifestantes pedem melhorias nas indenizações dos atingidos pela barragem. No Ceará, cerca de 700 pessoas interromperam os trabalhos de um canteiro de obras do Canal de Irrigação, em Morada Nova. Para o MAB, o projeto hídrico para o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza beneficia indústrias siderúrgicas. O governo estadual disse que a obra é "de extrema necessidade e é prioritariamente para o consumo da população da região da capital".

Manifestantes também protestaram em frente à hidrelétrica de Machadinho (RS) e na portaria da hidrelétrica de Salto Santiago (PR). Também houve ações em Erechim (RS) e João Pessoa (PB).

CAMPO MINADO: AÇÕES DO MST EM SP ELEVAM NÚMERO DE INVASÕES EM 2007 – Folha de São Paulo – Brasil – 12/003/2008

O ano de 2007 teve o segundo maior volume de invasões de terra sob o governo Lula. Com 298 ações, o ano passado só perde para 2004, quando houve 327 invasões. Segundo tabela da Ouvidoria Agrária Nacional, São Paulo passou a liderar as estatísticas. Em 2007, os sem-terra do Estado fizeram 91 invasões, seguidos por Bahia (55) e Alagoas (40).

Fora-da-lei – O Globo – Opinião – 12/03/2008

Não surpreendem as ações ilegais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e seu ativo aliado Via Campesina contra a Vale do Rio Doce. O MST e organizações aparentadas, nascidas da conjunção de frações da esquerda radical, temperadas por um tosco projeto de sociedade derivado da Teologia da Libertação, há muito tempo desafiam a lei e o estado de direito, indicando que nutrem um projeto de poder a ser implantado com o uso da violência. Têm, portanto, um traço de terrorismo na sua formação, e que fica cada vez mais explícito.

A surpresa — embora não das maiores — é a persistência com que o governo Lula se mantém passivo diante das absurdas ações desses grupos, que há muito já abandonaram como prioritária a bandeira da reforma agrária. Entendese, pois a modernização do agronegócio acabou com a ociosidade de terras em regiões onde o MST e similares mais atuavam (Sul e Sudeste). Mesmo no Norte e no Centro-Oeste a expansão da agricultura moderna deixa pouco espaço para a execução de um projeto ilusório em que todos serão pequenos e felizes agricultores.

Com o passar do tempo e as facilidades abertas pelo governo Lula, essas organizações, além de aparelharem a máquina do Estado, começaram a se tornar mais agressivas contra tudo aquilo que tenha relação com um Brasil avançado em tecnologia e forte no comércio exterior. Na visão rudimentar dessas organizações, por trás desses avanços está o ogro do “grande capital”.

Daí os assaltos criminosos a laboratórios de experimentos genéticos na agricultura e, mais recentemente, as ações de cunho terrorista contra a Vale do Rio Doce, um dos carros-chefes das exportações brasileiras e prova irrefutável do acerto das privatizações — o que deve ser intolerável para bandos que se alimentam de idéias nascidas de um catolicismo de catacumbas e de um modo de produção comunista primitivo, responsável por ondas de fome que dizimaram milhões na China de Mao e na União Soviética de Lenin e Stalin.

De algum tempo para cá, enfatizemos, o MST e aliados se lançam contra setores estratégicos naquilo que tem de mais avançado no capitalismo brasileiro. Mesmo assim, o governo Lula, e de forma também muito visível o PT, mantêm-se inertes.

Mesmo que eles e o país sejam prejudicados diretamente pela ameaça que representa em termos de retração de investimentos a falta de garantias institucionais à propriedade privada.

Deduz-se que as alianças políticas e as afinidades ideológicas são mais importantes que a Constituição e o estado de direito. Não deve ser por acaso que o governo Lula tem o mesmo comportamento passivo diante das Farc. Por razões políticas, não importa o que façam, a narcoguerrilha, o MST e a Via Campesina conseguem paralisar e silenciar o Palácio.

MST invade hidrelétrica da Vale e 4 usinas – O Globo – Capa – 12/03/2008

Após bloquearem ferrovia da Vale, MST e Via Campesina paralisaram as obras da hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, e ocuparam geradoras de energia. Página 12 e editorial “Fora-da-lei”

Após ferrovia, MST invade hidrelétrica da Vale - Aduari Antunes Barbosa, Chico Otavio e Isabela Martin – O Globo – O País – 12/03/2008

Cerca de 400 manifestantes liderados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST e Via Campesina, ocuparam e paralisaram, na manhã de ontem, as obras da hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins. Uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a geração de energia, a usina é construída pelo Consórcio Estreito Energia, formado pelas empresas Tractebel, Alcoa, Vale e Camargo Correia.

A ocupação do canteiro de obras foi a maior de uma série de ações desencadeadas ontem pelas três entidades. Também houve ocupações em outras quatro geradoras de energia no Paraná, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Ceará e em Rondônia.

Em Estreito, os manifestantes fizeram o terceiro protesto contra uma obra da Vale em menos de uma semana.

— Foi um movimento orquestrado, feito por pessoas de fora. É lamentável que, nesta altura do campeonato, a gente enfrente esse problema — disse o presidente do consórcio, José Renato Ponte.

Cerca de 200 ativistas ocuparam a entrada de acesso ao canteiro de obras, às margens da BR-010, por 11 horas. Quando chegaram, a maior parte dos 1.800 trabalhadores do consórcio já não estava no local — diante dos rumores de invasão, o consórcio os dispensou.

A assessoria de comunicação do Estreito Energia informou que os invasores teriam depredado as futuras instalações de uma batalhão da PM, localizado em frente ao local.

O coordenador estadual do MAB, Cirineu Rocha, disse que, na primeira tentativa de ocupação, os policiais militares que esperavam pelos manifestantes deram tiros para o alto. Os sem-terra, impedidos de entrar, levantaram um acampamento e não permitem a entrada dos funcionários e passagens de veículos.

Juiz concede liminar de reintegração de posse O juiz Gilmar de Jesus Emerton Vale, de Estreito, concedeu liminar ao consórcio Ceste, no fim da tarde, determinando à polícia medidas de reintegração de posse. A ocupação, alega o consórcio, acarreta sérios transtornos ao processo de construção e põe em risco a integridade física dos trabalhadores.

Cirineu Rocha disse que a manifestação tem três reivindicações: a abertura do diálogo com o consórcio e a criação de um fórum de negociação, a aplicação de direitos já conquistados em outras barragens e o respeito aos direitos dos indígenas atingidos.

— O diálogo não existe.

Também queremos os mesmos direitos conquistados na hidrelétrica de São Salvador, onde as famílias atingidas recebem 27 hectares de terras ou carta de crédito de R\$ 70 mil. Aqui, estão oferecendo apenas 12 hectares ou carta de R\$ 35 mil — diz Cirineu.

Maior projeto de geração de energia em curso no país e integrante do PAC, a hidrelétrica de Estreito terá capacidade para gerar 1.087 megawatts a partir de 2010. A barragem deve inundar uma área de 430 quilômetros quadrados, onde estão 12 municípios de Tocantins e do Maranhão. Na área há aldeias indígenas e um assentamento do MST.

— Nosso relacionamento com a população local é o melhor possível. Fizemos 39 convênios socioambientais e temos acordos com a maioria dos municípios da área de abrangência — disse o presidente do consórcio.

Consórcio só mantém trabalhos de concretagem José Renato Ponte disse que, embora os manifestantes não tenham entrado no canteiro, o consórcio decidiu paralisar a obra para não expor os trabalhadores e os próprios ativistas a riscos, uma vez que o local guarda explosivos e opera com caminhões de 90 toneladas.

Uma pequena equipe foi mantida, segundo o consórcio, para não afetar o processo de concretagem. O consórcio alertou que a manifestação pode causar sérios transtornos ao empreendimento e comprometer gravemente o cronograma de obras da hidrelétrica.

Outras obras também foram alvo do MAB, MST e Via Campesina.

No Ceará, uma invasão de aproximadamente 700 pessoas paralisou obras do trecho três do Canal da Integração, que compreende 66 quilômetros, localizado no município de Morada Nova, a 161 quilômetros de Fortaleza.

Os manifestantes apresentaram uma pauta diversificada de reivindicações, desde a conclusão de obras de infraestrutura nas casas dos reassentamentos à implantação de projetos de irrigação com subsídio de água e energia, sem custo para as famílias.

Em Saudade do Iguaçu (Paraná), cerca de mil pessoas ocuparam a hidrelétrica de Salto Santiago. Na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 400 manifestantes ocuparam a hidrelétrica de Machadinho.

Em Porto Velho, capital de Rondônia, outras 700 pessoas ocuparam a hidrelétrica Rio Madeira.

Anteontem, cerca de 800 ativistas bloquearam a ferrovia da Vale que atravessa o município de Resplendor, no vale do Rio Doce, afetando a exportação de minérios da empresa. No sábado, foi ocupada a sede da Ferro Gusa Carajás, da Vale no Maranhão.

Cassel participa de ato contra o trabalho escravo – Sítio Eletrônico do MDA – 12/03/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou nesta quarta-feira (12) do Ato Nacional pela Aprovação da PEC 438/01 e pela Erradicação do Trabalho Escravo, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) altera o artigo 243, que trata da desapropriação, sem direito a indenização, de imóveis onde for encontrado trabalho análogo ao escravo. A PEC pretende que as terras confiscadas nessas condições sejam destinadas ao assentamento de famílias como parte do programa de reforma agrária.

Cassel classificou como absurda e inadmissível a existência de trabalho escravo em pleno século XXI. “Nos últimos cinco anos, mais de 25 mil trabalhadores foram libertados da condição de escravos no País. O trabalho escravo é crime. Nós queremos outro meio rural, um meio rural mais democrático, mais transparente, com terra para trabalho e, de uma vez por todas, livre de qualquer tipo de trabalho escravo”, defendeu o ministro. Conhecida como PEC do Trabalho Escravo, ela é considerada pelos órgãos do governo e entidades da sociedade civil que atuam nas áreas trabalhistas e de direitos humanos como um dos projetos mais importantes de combate à escravidão.

Crianças também em foco - O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, também compareceu ao ato e enalteceu a importância do evento por focar essa proposta. Chinaglia lembrou que o trabalho infantil é uma forma de trabalho escravo que também tem que ser erradicado no País. O presidente da Câmara se comprometeu em estabelecer a PEC do Trabalho Escravo como uma das prioridades dos trabalhos da Casa.

A manifestação reuniu cerca de mil pessoas, entre lideranças políticas e sindicais, bem como representantes dos movimentos sociais e de entidades da sociedade civil. O ato foi organizado por órgãos do governo, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, pelas subcomissões de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal e do Congresso Nacional e por movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Trâmite legal - A proposta de emenda foi feita em 1995 pelo deputado Paulo Rocha. No Senado Federal, a PEC tramitou durante dois anos e foi aprovada em 2001. Na Câmara, teve aprovação em primeiro turno e aguarda, desde 2004, a votação em segundo turno. Como o texto recebeu alteração por emenda da bancada ruralista da Câmara para inserir os imóveis urbanos na expropriação, a proposta, depois de aprovada pelos deputados, deverá voltar para o Senado.

Atingidos por barragens ocupam Ibama em SP – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008

Desde a manhã desta quarta-feira (12/3), cerca de 700 pessoas ocupam a Superintendência do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), em São Paulo. Os manifestantes compõem diversos movimentos sociais, dentre eles o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e vêm principalmente da

região do Vale do Ribeira. Eles protestam contra o parecer técnico do Ibama favorável à liberação das obras da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. Com a implementação da usina, cinco municípios da região do Vale ficarão debaixo d'água.

Apesar do repúdio da população local à construção de hidrelétricas, técnicos do Ibama emitiram, em 26 de fevereiro deste ano, o parecer 07/2008 favorável à implantação da barragem. Essa decisão desconsidera uma série de fatores fundamentais, tais como: pareceres técnicos que indicavam problemas após a construção do reservatório; questões que dizem respeito à segurança da barragem, inundação de cavernas e de áreas agricultáveis, qualidade da água (esgoto e chumbo); redução da pesca da manjuba - base econômica de mais de quatro mil famílias; expulsão de famílias de suas localidades de origem. Os manifestantes somente desocuparão o prédio da Superintendência quando o Ibama voltar atrás em sua decisão e se comprometer em dialogar com a população que será atingida pela barragem da usina.

Além da construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, os inventários hidrelétricos do Rio Ribeira de Iguape apontam para a implantação de mais três usinas: Funil, Itaoca e Batatal. Se construídas, as barragens inundarão permanentemente uma área de, aproximadamente, 11 mil hectares, abrangendo cerca de 26 municípios dos estados de São Paulo e Paraná. A área atingida é conhecida como Amazônia Paulista, isso porque é parte importante do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil.

A energia elétrica gerada pela barragem planejada será exclusivamente utilizada pela CBA/Votorantim (Companhia Brasileira de Alumínio) para produção de alumínio. Grande parte dessa produção será exportada, uma vez que, os maiores produtores de alumínio no mundo (Canadá e Estados Unidos) já esgotaram as possibilidades de produção em seus territórios dada a escassez de água provocada pela utilização em larga escala nesse processo. Dessa forma, os moradores do Vale do Ribeira não terão nenhum benefício com esta grande obra. Ou seja, não há interesse público nela.

O Ribeira de Iguape, rio onde será instalada a usina, é o único de médio a grande porte que ainda corre livre no estado de São Paulo e alimenta o povo da região.

Famílias Sem Terra bloqueiam BR 153 – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008

Na manhã desta quarta-feira (12/3), 100 famílias pertencentes ao Acampamento Simón Bolívar, localizado no município de Promissão, em São Paulo bloquearam a rodovia BR 153 para protestar contra uma ordem de despejo, que ocorre em razão da privatização das rodovias federais.

Em novembro de 2004, cerca de 450 famílias ocuparam a Fazenda Independência, no município de Sabino, dando origem ao Acampamento Simón Bolívar. Após um longo processo entre despejos e novas ocupações, parte deste acampamento se instalou às margens da BR 153, próximo ao Assentamento Reunidas.

Além de manifestarem contra a privatização da rodovia, as famílias reivindicam áreas na região destinadas a implantação de assentamentos de reforma agrária.

Trabalhadores bloqueiam duas rodovias no RN – Sítio Eletrônico do MST – 12/03/2008

Cerca de 700 trabalhadores Sem Terra bloqueiam desde a manhã de hoje as rodovias BR 406, que liga a cidade de João Câmara a Natal, e a BR 304 que liga Natal a Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Com o ato, o MST-RN quer chamar a atenção do Inbra para que sejam resolvidas questões referentes ao Plano de Recuperação de Assentamentos do estado e outros assuntos já encaminhados pelo órgão, porém não cumpridos, como vistoria e desapropriação de áreas destinadas à Reforma Agrária.

Os Sem Terra somente liberarão a rodovia quando o Superintendente nacional do Inbra se comprometer em atender o movimento. "Não acreditamos mais na palavra de Paulo Sidney (superintendente estadual)", diz um integrante do movimento.

Por volta das 10h, a polícia chegou ao local e com uma viatura do 2º Batalhão da Polícia Militar de Mossoró tentou encerrar bloqueio jogando o automóvel para cima dos trabalhadores, felizmente ninguém ficou ferido. Dois Sem Terra foram presos e a ameaça de repressão policial permanece.

MST bloqueia acesso às obras da usina de Estreito – Valor Econômico – Brasil – 12/03/2008

A construção da usina hidrelétrica de Estreito, com potência de 1.087 megawatts (MW) e maior obra de energia em andamento, foi paralisada ontem após invasão de 200 manifestantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e do MST. Eles não chegaram a ocupar o canteiro de obras, mas bloquearam a entrada e saída de funcionários nas vias de acesso do empreendimento, na BR-010, divisa de Tocantins e Maranhão.

O presidente da Consórcio Estreito Energia (Cest), José Renato Ponte, alertou que o cronograma da obra ficará prejudicado se ela não puder ser retomada nos próximos dias. Segundo o executivo, é necessário concluir ainda em março toda a parte de concretagem e de escavação. Sem isso, será impossível fazer o desvio do rio e dar início à construção da casa de força. A hidrelétrica de Estreito - uma sociedade entre Suez, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa - já teve cerca de 20% de sua construção realizada e começa a gerar energia em setembro de 2010, com a ativação da primeira de suas oito turbinas.

À noite, o consórcio obteve liminar da Justiça Estadual do Maranhão que determina a desocupação dos manifestantes, sob pena de multa diária de dez salários mínimos. Até o fechamento desta edição, o Cest não havia conseguido executar a reintegração.

O coordenador do MAB em Tocantins, Cirineu da Rocha, disse que a exigência dos manifestantes é o estabelecimento de um fórum de negociação, com participação do Ibama e da Casa Civil, para melhorar as indenizações oferecidas pelo consórcio e incluir pescadores e ribeirinhos que não vão receber nenhum tipo de compensação. "Os pescadores e extrativistas não têm sido considerados", protestou Rocha.

O consórcio rebateu as queixas e disse que tem cumprido as obrigações impostas na licença de instalação dada pelo Ibama, que permitiu o início da construção da usina hidrelétrica. **(DR)**

O renascimento da agenda agrária - José Graziano da Silva – Agência Carta Maior – 13/03/2008

A preservação do meio ambiente, a produção de energia renovável, o manejo sustentável das reservas naturais e a demanda por alimentos saudáveis são temas que hoje unem toda a sociedade. Esses temas elevam a reforma agrária para um novo nível de relevância histórica e de legitimidade política. A análise é de José Graziano da Silva.

SANTIAGO DO CHILE (IPS) - Algo que não se via desde a década dos anos 70 ocorreu na América Latina e no Caribe entre 2003 e 2007: a economia cresceu, em média, quase 5%. Foram anos de expansão que geraram uma espiral benigna em diversos indicadores sociais. Seria ingênuo, contudo, considerar que o terreno foi definitivamente preparado para deixar passagem a um ciclo estável de crescimento, sem reconhecer certas linhas de continuidade que o tempo não apagou. A pobreza e a fome articulam o fio condutor de desequilíbrios que unem o passado e o presente, fazendo desta região a principal fronteira da desigualdade social do planeta.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estima em 71 milhões o número de indigentes na região. Entre eles, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) aponta que mais de 52 milhões de pessoas estão encurraladas em uma rotina de fome e insegurança alimentar. As populações indígenas são o principal reduto de desigualdade.

Demograficamente dominantes em diversas economias, e a maioria delas fortemente associadas à terra, as comunidades nativas mantêm laços frágeis com a cidadania e com o crescimento. E um padrão de renda entre 45 e 60% inferior à média regional.

O que parece diferenciar a situação atual dos ciclos anteriores é que aos desequilíbrios do passado somaram-se novas demandas. De certa maneira, elas elevam a questão agrária para um novo nível de relevância histórica e de legitimidade política. E isso muda tudo.

A preservação do meio ambiente, a produção de energia renovável, o manejo sustentável das reservas naturais e a demanda por alimentos saudáveis são temas que hoje unem toda a sociedade. A verdade é que a sólida geração de capacidade produtiva no século XX - e sua contrapartida depredadora e contaminante - voltou a aproximar por meio de linhas tortas aquilo que nunca esteve separado: a história natural e a história humana, o rural e o urbano. O saldo dessa reconciliação se traduz na busca de ferramentas para redimir o passado e reinventar o futuro do desenvolvimento.

A elaboração de uma nova agenda agrária é uma delas. Do que se trata é de avançar em um debate retomado em 2006, no Brasil, quando a FAO realizou a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Contudo, não se deve limitar esse instrumento a uma forma residual de luta contra a pobreza. Situada em um horizonte histórico de acelerado processo de mudanças dos paradigmas econômicos e dos valores culturais, a reforma agrária ganha um novo sentido transformador aos olhos da sociedade.

O desenvolvimento só poderá ser chamado de desenvolvimento no século XXI se combinar o velho racionalismo econômico com a harmonia social e o equilíbrio ambiental.

Reconhecer o papel que a reforma agrária pode desempenhar no desenvolvimento regional é examinar as contribuições que ela pode entregar para a reconciliação social, econômica e ambiental de nosso tempo, e é um dos desafios da 30ª Conferência Regional da FAO, que reunirá 33 países no Brasil, entre os dias 14 e 18 de abril.

Entre outros assuntos, seus painéis de discussão irão debater as colaborações entre o setor público e privado para acelerar o desenvolvimento rural, a agroenergia, o combate à fome, o manejo sustentável do agro e as proteções necessárias diante das doenças transfronteiriças. Mas, sem dúvida, uma das maiores responsabilidades de seus participantes será consolidar um novo consenso em torno dos modelos de desenvolvimento agrário para nosso tempo.

(*) *José Graziano da Silva, Representante Regional da FAO para América Latina e o Caribe. Tradução: Naila Freitas / Verso Tradutores*

Trabalhadores pressionam e substituição no Incra é suspensa – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008

No segundo dia de ocupação da sede do Incra em Goiânia, os representantes da Fetaeg entregaram uma pauta de reivindicações ao superintendente do órgão, Ailtamar Carlos da Silva. O encontro foi na tarde da última terça-feira (11), na sede do órgão. O prédio está ocupado com cerca de 800 trabalhadores e trabalhadoras rurais. Eles reivindicam agilidade dos processos de assentamentos em Goiás. Lá, são cerca de 92 acampamentos com 3511 famílias lutando por terra para trabalhar.

Para Sandra Pereira, secretária de Política Agrária da Fetaeg, esse número de famílias de trabalhadores sem terra é devido aos critérios utilizados para medir a produtividade rural. "Não podemos utilizar índices de produtividade da década de 60, hoje a tecnologia é outra, e só quem ganha com isso é o latifúndio que produz de forma precária e se livra do processo de desapropriação, impedindo que outros trabalhadores possam produzir alimentos", diz.

A direção da Fetaeg foi convocada para uma reunião hoje (13), no Palácio do Planalto, no gabinete do Ministro das Relações Institucionais, José Múcio (PTB). O ministro teria recuado da decisão de nomear um membro do seu partido para substituir Ailtamar Carlos da Silva. O presidente do Incra nacional, Rolf Hackbart, já foi comunicado pelo Palácio do Planalto para suspender o ato exoneração do atual superintendente.

Incra vai recadastrar assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciou ontem (12) uma ação de recadastramento de assentados da reforma agrária. A medida visa aperfeiçoar a base de dados existente, de modo a possibilitar maior agilidade e controle no desenvolvimento dos programas.

O trabalho teve sua realização decidida em reunião dos Ministros Guilherme Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União (CGU), e visa ampliar ações iniciadas pela CGU, em suas auditorias normais, que detectaram lacunas e inconsistências nos sistemas informatizados e nos controles da autarquia.

Atualmente, o cadastro é realizado através do Sipra, um sistema existente desde 1994, que substituiu os antigos controles manuais e que vem sofrendo sucessivas atualizações ao longo dos últimos 14 anos. Para tanto, já foram adotadas providências visando aumentar a segurança e a confiabilidade do sistema de cadastramento do Incra. Uma das ações mais significativas foi a implantação, em 2004, do Sipra Web, que passou a considerar obrigatória a inclusão do CPF dos beneficiários, possibilitando um controle mais completo da regularidade do assentado.

Paralelamente ao recadastramento, a CGU, com o apoio MDA/Incra, fará auditorias nos assentamentos, buscando identificar deficiências que possam comprometer o bom andamento dos programas, inclusive com inspeções "in loco", sempre que necessário, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho do órgão.

Cruzamento de dados - A partir de agora, o Incra adotará um sistema mais apurado de controle, com validações centralizadas, como consistência do CPF e cruzamento com outras bases de dados federais disponíveis, tais como cadastro nacional de informações sociais (CNIS) e relação anual de informações sociais (RAIS).

A campanha de recadastramento envolverá todas as superintendências regionais e unidades avançadas do Incra. O Incra notificará os beneficiários da reforma agrária que apresentem algum tipo de inconsistência ou falta de informações para que regularizem sua situação junto à autarquia, em um prazo de 60 dias, nas respectivas superintendências regionais.

Essas medidas deverão contribuir para o aperfeiçoamento e maior segurança dos processos de trabalho do Incra e, também, para a identificação e correção de situações irregulares. Ao longo dos últimos cinco anos, o Incra já retomou cerca de 20 mil lotes que estavam ocupados irregularmente, tomando o lugar de outras famílias que reúnem as condições legais de habilitação.

Incra começa a recadastrar assentados - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008

Objetivo é detectar irregularidades e inconsistências no cadastro atual, além de identificar falhas nos sistemas de controle da autarquia

Por solicitação da Controladoria-Geral da União (CGU), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciou ontem o recadastramento de todos os assentados no País. O objetivo é detectar irregularidades e inconsistências no cadastro atual, além de identificar falhas nos sistemas de controle da autarquia.

De acordo com o Incra, o número de famílias assentadas chega a 824.483 - distribuídas por 7.983 assentamentos. No recadastramento, os dados fornecidos pelos ocupantes dos lotes serão cruzados com outras bases de dados federais, como a Receita Federal, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Com o cruzamento será possível descobrir irregularidades, como venda de lotes ou sua ocupação por funcionários públicos. Nos últimos cinco anos o Incra teve de retomar 20 mil lotes ocupados de maneira irregular.

Além do recadastramento, a CGU pretende realizar, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um conjunto de auditorias nos assentamentos. O propósito é apontar as deficiências que impedem o desenvolvimento das áreas de reforma.

O cadastro atual do Incra é mantido por um sistema conhecido como Sipra - que está em operação há 14 anos. Nesse período ele já passou por várias modificações, mas acredita-se que ainda precisa de aprimoramentos para dar conta da tarefa de manter os dados atualizados e identificar com rapidez as irregularidades.

O recadastramento será realizado pelas superintendências regionais do Incra, a partir dos dados disponíveis em seus arquivos. Quando, após o cruzamento de informações, forem constatadas irregularidades, as famílias assentadas serão notificadas e terão um prazo de 60 dias para regularizar a situação.

MST mantém cerco a usina - Roldão Arruda, Roberto Almeida e Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008

Até ontem à noite, o clima de tensão persistia no canteiro de obras da Usina de Estreito, na divisa entre Tocantins e Maranhão. Militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina continuavam ocupando a principal entrada da obra, impedindo a passagem de pessoas e de veículos. Aguardava-se a qualquer momento a

intervenção da Polícia Militar do Maranhão - para o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse.

A tensão aumentou após um ato de violência na noite de terça-feira. Segundo os acampados, um homem, dirigindo um Uno Fiat, entrou no acampamento e fez vários disparos com revólver. Um deles atingiu na perna o acampado Wellington Silva, que foi hospitalizado.

De acordo com a Delegacia de Polícia de Estreito, o autor dos disparos apresentou-se espontaneamente e foi detido. A polícia não confirmou, no entanto, se foi ele quem atingiu Wellington. Até ontem à noite não havia sido aberto inquérito.

De acordo com o consórcio responsável pela usina, que tem a Vale entre seus principais sócios, os disparos ocorreram fora do canteiro de obras. Segundo José Renato Ponte, presidente do consórcio, a segurança dos trabalhadores e dos acampados é a principal preocupação da empresa: “Repudiamos qualquer violência.”

Além da invasão de Estreito, o MAB realizou outros atos para lembrar o Dia de Luta contra as Barragens, que será comemorado na sexta-feira. Na capital paulista, o movimento uniu-se a entidades ambientalistas para a invasão da sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em protesto contra a concessão de licença ambiental para a Hidrelétrica de Tijuco Alto, que será construída pelo Grupo Votorantim, na divisa entre Paraná e São Paulo. O grupo de 200 pessoas só deixou o local depois de receber a promessa de que as comunidades da região serão ouvidas.

O MST também voltou a agir ontem. Na região de Promissão, interior de São Paulo, seus militantes impediram durante três horas o tráfego na BR-153, reivindicando assentamentos na região.

Juiz indefere pedido de prisão de Stedile – Elder Ogliari - Estado de São Paulo – Nacional – 13/03/2008

O juiz Jonatas de Oliveira Pimentel indeferiu o pedido de prisão preventiva contra o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stedile e a militante Oracélia Chaves, feito pelo promotor Daniel Indrusiak, de Barra do Ribeiro (RS). Em despacho de terça-feira, Pimentel preferiu que os réus sejam ouvidos em 26 de junho no Fórum da Barra do Ribeiro e mandou citá-los por carta precatória. Stedile e Oracélia são acusados de participação na organização da depredação do viveiro da Aracruz Celulose, em 2006.

Militante do MST é baleado diante de canteiro de obras de hidrelétrica – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2008

Dois dias após o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) iniciar uma série de protestos no país para marcar o dia internacional contra as barragens, o sem-terra Welinton da Silva Silva, 18, foi atingido anteontem à noite por um tiro no acampamento montado em frente ao canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito (MA). Até a tarde de ontem, Silva permanecia internado no hospital do município, mas não corre risco de morte. Segundo lideranças do MAB, ele é ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Ontem a polícia prendeu um suspeito de ter feito o disparo. Segundo a Secretaria de Segurança Cidadã do Estado, ele trabalha para o Consórcio Estreito Energia, responsável pela construção da usina. A secretária estadual de Segurança Cidadã, Eurídice Vidigal, disse que o tiro resultou de uma briga entre o manifestante e um trabalhador da obra. Segundo ela, o número de manifestantes acampados caiu de 300 pessoas anteontem para cerca de 70.

A assessoria do consórcio disse que por ora não vai se manifestar sobre o episódio e que as obras continuavam paralisadas. Anteontem, o Ceste obteve uma liminar pela qual mantém a posse da área da usina.

A secretária disse que hoje mais 40 policiais devem se deslocar para fazer a segurança da área, mas que eles serão acompanhados por negociadores. Os manifestantes reivindicam o aumento das indenizações pagas aos atingidos pela barragem e ampliação do estudo de impacto ambiental da obra.

Manifestações - No Paraná, cerca de 400 integrantes do MAB e da Via Campesina invadiram ontem o pátio da Tractebel Energia, responsável pela usina Salto Santiago, em Saudade do Iguaçu (PR). O grupo saiu da empresa por volta das 16h30. Manifestantes também bloquearam por duas horas a BR-158.

Na Paraíba, cerca de cem integrantes do MAB fecharam durante duas horas a BR-104, na região de Campina Grande (PB). Em Belo Horizonte (MG), manifestantes ligados ao MAB e outros movimentos protestaram em frente à Cemig para pedir descontos na conta de luz.

Em Rondônia, cerca de 500 pessoas permanecem na termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho. Ontem manifestantes começaram a deixar o canteiro de obras do Canal de Irrigação, em Morada Nova (CE), após negociação. Manifestantes encerraram protesto em frente à usina hidrelétrica de Machadinho, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, após agendarem uma audiência. O MST bloqueou ontem a BR-153, em Promissão (SP).

Grupos pedem desapropriação para reforma – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2008

Um ato foi realizado ontem no Congresso para pressionar pela aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) parada na Câmara há quase quatro anos que prevê a desapropriação para reforma agrária de terras onde sejam flagrados trabalhadores em situação de escravidão.

O evento teve a participação de grupos sociais e entidades de classe, além de parlamentares e ministros, como Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Carlos Lupi (Trabalho).

A PEC 438 já foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara, onde aguarda para ser votada desde agosto de 2004.

Integrantes da bancada ruralista são contrários e vêem a proposta com apreensão. O deputado Ônyx Lorenzoni (DEM-RS) disse que toda proposta que visa restringir o direito de propriedade deve ser analisada com cautela.

Dom Tomás Balduino, conselheiro e um dos fundadores da CPT (Comissão Pastoral da Terra), chamou a bancada de "escravagista".

Cresce a tensão com invasores da obra da usina hidrelétrica de Estreito - Aduari Antunes Barbosa – O Globo – O País – 13/03/2008

SÃO PAULO. Aumentou ontem o clima de tensão na ocupação da usina hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins, por Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Via Campesina. O agricultor Welinton da Silva foi atingido por um tiro na perna.

Segundo testemunhas, o tiro foi disparado por Luiz Carlos Pereira Lima, que seria gerente de Transportes do Consórcio Estreito Energia (Ceste), que constrói a usina. Lima foi preso.

Mas o presidente do Ceste, Paulo Renato Ponte, negou que Lima seja funcionário do consórcio e que a obra tenha um gerente de transportes. Ele garantiu que os disparos não foram registrados no canteiro de obras.

O juiz Gilmar de Jesus Everton Vale, da comarca de Estreito (MA), acatou pedido de liminar do Ceste para “manutenção da posse”, e determinou que a Secretaria de Segurança Pública e a PM do Maranhão disponibilizem efetivo policial suficiente a garantir o cumprimento da medida.

À tarde, no entanto, o próprio juiz comandou uma comissão de negociação.

Em São Paulo, cerca de 250 manifestantes ligados ao MAB e à Via Campesina ocuparam ontem a sede do Ibama na capital, em protesto contra o projeto de construção da usina hidrelétrica Tijuco Alto, planejada para ser construída no Rio Ribeira de Iguape, na

divisa entre São Paulo e Paraná. O empreendimento é da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do grupo Votorantim.

Em Promissão (SP), cerca de 100 famílias do acampamento Simón Bolívar, do MST, bloquearam ontem por três horas a BR-153 para protestar contra a privatização das rodovias federais.

No Rio Grande do Norte 700 militantes do MST bloquearam ontem a BR-406, que liga Natal a João Câmara, e a BR304, que liga Natal a Mossoró.

O MST reivindica a vistoria e desapropriação de áreas destinadas à reforma agrária.

Houve princípio de conflito com a PM, dois agricultores foram presos, mas ninguém ficou ferido.

Incra vai recadastrar assentados da reforma agrária – Sítio Eletrônico do INCRA – 13/03/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) inicia nesta quarta-feira (dia 12/03/08) uma ação de cadastramento de assentados da reforma agrária. A medida visa aperfeiçoar a base de dados existente, de modo a possibilitar maior agilidade e controle no desenvolvimento dos programas.

O trabalho teve sua realização decidida em reunião dos ministros Guilherme Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União (CGU), e visa ampliar ações iniciadas pela CGU, em suas auditorias normais, que detectaram lacunas e inconsistências nos sistemas informatizados e nos controles da autarquia.

Atualmente, o cadastro é realizado através do Sipra, um sistema existente desde 1994, que substituiu os antigos controles manuais e que vem sofrendo sucessivas atualizações ao longo dos últimos 14 anos. Para tanto, já foram adotadas providências visando aumentar a segurança e a confiabilidade do sistema de cadastramento do Incra. Uma das ações mais significativas foi a implantação, em 2004, do Sipra Web, que passou a considerar obrigatória a inclusão do CPF dos beneficiários, possibilitando um controle mais completo da regularidade do assentado.

Paralelamente ao cadastramento, a CGU, com o apoio MDA/Incra, fará auditorias nos assentamentos, buscando identificar deficiências que possam comprometer o bom andamento dos programas, inclusive com inspeções “in loco”, sempre que necessário, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho do órgão.

Cruzamento de dados - A partir de agora, o Incra adotará um sistema mais apurado de controle, com validações centralizadas, como consistência do CPF e cruzamento com outras bases de dados federais disponíveis, tais como cadastro nacional de informações sociais (CNIS) e relação anual de informações sociais (RAIS).

A campanha de cadastramento envolverá todas as superintendências regionais e unidades avançadas do Incra. O Incra notificará os beneficiários da reforma agrária que

apresentem algum tipo de inconsistência ou falta de informações para que regularizem sua situação junto à autarquia, em um prazo de 60 dias, nas respectivas superintendências regionais.

Essas medidas deverão contribuir para o aperfeiçoamento e maior segurança dos processos de trabalho do Incra e, também, para a identificação e correção de situações irregulares. Ao longo dos últimos cinco anos, o Incra já retomou cerca de 20 mil lotes que estavam ocupados irregularmente, tomando o lugar de outras famílias que reúnem as condições legais de habilitação.

MST realiza ato em acampamento de São Paulo – Sítio Eletrônico do MST – 13/03/2008

O MST realizou hoje pela manhã um Ato Político Religioso em solidariedade à Comuna da Terra Che Guevara. O acampamento é fruto da ocupação da fazenda Haras Rosa do Sul, realizada em 1º de março. A área ocupada seria destinada a mais um grande empreendimento imobiliário para as classes abaastadas.

O ato contou com a presença do bispo de Bragança Paulista, Dom José María e foi realizado em frente ao acampamento, no km 108 da rodovia Dom Pedro I, no município de Itatiba.

Desde abril de 2006, as 200 famílias da Comuna Che Guevara realizam lutas para fazer valer seus direitos de acesso à trabalho, moradia, educação e dignidade. Foram cinco ocupações nas regiões de Campinas e grande São Paulo, pressionando o Incra à agilizar as vistorias nos latifúndios e realizar assentamentos.

Movimentos conseguem acordo com o Ibama em SP – Sítio Eletrônico do MST – 13/03/2008

Ontem pela manhã, cerca de 700 pessoas ocuparam a Superintendência do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), em São Paulo. Os manifestantes compunham diversos movimentos sociais, dentre eles o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), e protestavam contra o parecer favorável do Ibama à liberação das obras da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, em São Paulo.

Segundo a população do Vale, com a instalação da usina cinco municípios serão alagados e danos ambientais comprometerão o bioma e as atividades que são base da economia da região.

Após um dia inteiro de ocupação, os movimentos foram recebidos pela presidência do órgão que firmou um acordo em torno de dois pontos fundamentais. O primeiro deles estabelece que nenhuma decisão será tomada sem antes serem ouvidas as questões e dúvidas da população do Vale do Ribeira em relação à barragem. O segundo prevê a

possibilidade de se realizar uma reunião pública na região, para que a equipe técnica do órgão possa justificar seu parecer, ouvir os pontos apresentados pela população e, se for o caso, reformular o parecer.

Além disso, está marcada para hoje, às 14h, uma reunião em Brasília para estabelecer com o Ibama uma agenda para a realização dessas ações acordadas.

Leia abaixo a ata da reunião que chegou ao acordo celebrado entre o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) e o Ibama.

Ata da reunião entre MAB, MOAB e IBAMA

Reunidos na sala da presidência do Ibama em 12.03.08 para tratar do processo de licenciamento da UHE Tijuco Alto, chegamos ao seguinte acordo:

1.O Ibama se compromete a receber, analisar, responder e levar em consideração na sua análise todos os questionamentos sobre aspectos técnicos e sociais do empreendimento que chegarem ao conhecimento do órgão.

2.O Ibama se compromete a se reunir amanhã (13.03.08) novamente com esse colegiado para definir um prazo para receber esses questionamentos.

3.O Ibama se compromete a até o dia 14.03.08 definir se realizará uma reunião pública para discutir o parecer técnico já apresentado e ouvir todos os questionamentos que surgirem. Essa reunião seria na região (Vale do Ribeira) e seus resultados constariam formalmente do processo.

4.O Ibama se compromete, por fim, a não emitir qualquer posição final quanto à viabilidade do empreendimento sem antes responder e analisar todas as questões levantadas pela sociedade.

5.Ficou acertada a realização de uma reunião, até a primeira semana de abril, entre a coordenação nacional do MAB e a presidência do Ibama para tratar de aspectos relacionados ao licenciamento de outras hidrelétricas. O MAB se compromete a enviar ao Ibama, até dia 14.03.08, a pauta de reivindicações.

6.Concordamos em desocupar o prédio do Ibama-SP.

Lemos, assinamos e concordamos com o relatório

Adilson Oliveira Silva

Mayra Jankowsky

Bazileu Alves Margarido

Roberto Messias Franco

André Sartori

Marco Antonio Tievelier

Raul Silva Telles do Valle

Federações denunciam discriminação contra os pequenos produtores rurais – Sítio Eletrônico da CNA – 14/03/2008

As Federações de Agricultura da região Nordeste denunciaram à diretoria do Banco do Nordeste (BNB) a distorção no tratamento entre mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas urbanas em relação ao limite de faturamento para classificação de porte dos empresários. Em reunião, em Fortaleza, solicitaram que os valores adotados

para os pequenos produtores rurais sejam os mesmos que constam na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Segundo o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), José Ramos Torres de Melo Filho, o BNB ficou de analisar a situação apresentada pelas Federações e dar uma resposta ainda este mês quanto aos critérios de definição do tamanho das empresas.

Atualmente, o produtor precisa faturar por ano até R\$ 110 mil para ser enquadrado como mini, enquanto o pequeno deve apresentar faturamento bruto entre R\$ 110 mil e R\$ 220 mil. A Lei Geral de Micro e Pequena Empresa, no entanto, estabelece para os empresários urbanos os limites de renda de R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões, respectivamente. “Esta é uma questão que precisa ser revista, pois por conta da atual classificação, os produtores rurais acabam com encargos financeiros maiores que os pagos por outros setores da economia”, argumentou o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb), João Martins, ao defender o mesmo tratamento para pequenos produtores rurais e empresários do mesmo porte. Segundo os representantes dos produtores, os atuais limites comprometeram a rentabilidade da atividade, em razão dos altos encargos dos financiamentos.

As entidades também solicitaram ações conjuntas para ampliar a demanda de produtores rurais por financiamentos com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), em documento entregue ao presidente do Banco, Roberto Smith, e demais membros da diretoria. Este ano, os recursos do FNE para o setor rural estão orçados em R\$ 6,3 bilhões. “Ficou claro para nós que o banco tem a intenção de aplicar este montante”, enfatizou o presidente da Faec, José Ramos Torres de Melo Filho. Segundo ele, será feita uma agenda de trabalho para discutir as reivindicações do setor.

As Federações de Agricultura do Nordeste apresentaram, também, propostas para a modernização dos procedimentos de concessão de crédito, além da recuperação financeira dos produtores rurais e renegociação das dívidas rurais. Pediram, também, a melhoria das condições operacionais dos financiamentos rurais; conhecimento das linhas de financiamento; revisão na classificação de porte do produtor; estímulo ao financiamento de programas prioritários; proteção aos efeitos climáticos; revisão dos procedimentos de garantias; revisão de parâmetros adotados pelo BNB; crédito orientado; fortalecimento das agências e ampliação da capilaridade do BNB; e a exclusão dos recursos do FNE da avaliação de risco bancário.

As entidades sugeriram, ainda, parcerias com o BNB voltadas ao fortalecimento da assistência técnica, valorização e reciclagem de projetistas. Apresentaram, também, propostas de ação conjunta para estudar alternativas de solução para o endividamento dos produtores do cerrado nordestino, a inadimplência da carcinicultura e o fortalecimento da ovinocaprinocultura.

Área de fazenda no RS se torna assentamento sem-terra – Sítio Eletrônico da CPT – 14/03/2008

A antiga fazenda Cabanha Dragão, em Eldorado do Sul (RS), irá se tornar um assentamento para famílias sem-terra. A propriedade era utilizada para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e de armas. No dia 15 de março, será realizada uma festa na cidade para comemorar a posse da fazenda. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ocupou a propriedade pela primeira vez em junho de 2005, quando foi feita a denúncia de lavagem de dinheiro na fazenda. Segundo a legislação brasileira, as terras e propriedades envolvidas em situações ilícitas, como o tráfico, podem ser desapropriadas para a reforma agrária. Os 760 hectares da propriedade irão abrigar 75 famílias sem-terra.

PM pode despejar militantes sem-terra de hidrelétrica hoje - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 14/03/2008

Depois de várias tentativas, oficial de Justiça de Estreito consegue entregar ordem de desocupação

A Polícia Militar do Maranhão deve efetuar hoje o despejo dos militantes da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que ocupam desde terça-feira a principal via de acesso aos canteiros da obra da usina hidrelétrica de Estreito, na divisa entre Tocantins e Maranhão. Após várias tentativas frustradas, um oficial de Justiça de Estreito conseguiu localizar ontem os líderes da ocupação e entregar-lhes a ordem judicial para que deixem a área.

A ordem de reintegração de posse foi expedida na terça-feira pelo juiz Gilmar Everton Vale, de Estreito. Se os acampados se recusarem a deixar a área, a PM vai intervir. A obra é uma das mais importantes em andamento no País, na área de energia elétrica, e faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A usina deve começar a funcionar em 2010.

Ontem pela madrugada, a ocupação foi engrossada com a chegada de um grupo de índios apinajés, que vivem na região. Durante o dia, líderes indígenas, da Via Campesina e do MAB reuniram-se com procuradores do Ministério Público Federal para apresentar suas reivindicações.

Representantes do consórcio de empresas que constrói a usina foram convidados, mas não compareceram. Disseram que não negociam com invasores e que já existe uma decisão judicial a respeito do assunto.

Por outro lado, o delegado de polícia de Estreito, Antonio Gomes Pereira, confirmou a prisão de um funcionário do consórcio, o técnico em transportes Luiz Carlos Silva. Segundo o delegado, na noite de terça-feira ele fez vários disparos contra os acampados, atingindo um deles na perna. “Não conseguimos localizar a arma, mas temos testemunhas e provas de que ele foi o autor”, disse Silva.

Além de manter o acampamento na usina, o MAB realizou ontem outras ações. De manhã, um grupo de manifestantes fez uma marcha pela Rodovia BR-428, em Pernambuco, para protestar contra a construção da Barragem de Riacho Seco, prevista no projeto da transposição do Rio São Francisco.

À tarde, em Florianópolis, outro grupo reuniu-se na sede da Centrais Elétricas de Santa Catarina para reivindicar a aplicação da chamada tarifa social, que permite descontos de até 65% na conta de luz de famílias que consomem até 160 kw/h.

Hoje, o MAB deve promover novas manifestações, para marcar o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Restauração da terra – José Renato Avzaradel – O Globo – Opinião – 14/03/2008

O Instituto Terra propõe uma ação original e ousada de restauração da terra. Tendo adquirido uma fazenda devastada que pertencera à família, Lélia e Sebastião Salgado se propuseram a devolver às terras devastadas as suas condições naturais.

Num momento em que tanto preocupam as queimadas na Amazônia, eles nos põem a pensar. Buscou-se devolver à terra condições de plantio e o próprio plantio de mudas para restabelecer a flora original. Dessa forma realizam um trabalho de restauração, trazendo para o homem uma responsabilidade não acusatória, tanto pelo que fez à Natureza quanto por seu restauro.

É bastante interessante o paralelo que há entre a tarefa do Instituto Terra e o desenvolvimento emocional do ser humano. Evidentemente não é coincidência. De início, o bebê experimenta um inenarrável prazer ao ser amamentado e cuidado. Toda a paz do mundo lhe cabe. Mas vai, também, experimentar um inenarrável desespero quando sente fome e dor. Basta olharmos com atenção quando um bebê grita. O sentimento é de total devastação.

É claro que esses sentimentos se dirigem para a mãe: de imenso amor quando amamentado, de imenso ódio quando com dor e fome. Mas, à medida que cresce, dá-se conta que as duas mães, a que amou, e a que odiou, são a mesma. Um dos primeiros grandes dramas do ser humano. O bebê se percebe dono de seus sentimentos e desejos. Com isso, ao reconhecer suas responsabilidades ganha a possibilidade do remorso, a capacidade de perdoar e de se perdoar pelas raivas sentidas. Tornando-se capaz de, assumindo suas responsabilidades, exercer o que chamamos de reparação.

Essa capacidade se faz para fora, mas também para dentro. Nisso vai residir, na psicanálise, a possibilidade de cura. Poder experimentar a responsabilidade para consigo mesmo, para com quem ama e a sua interdependência para com esses.

O que o Instituto Terra nos propõe é assumirmos nossa responsabilidade para com a terra e devolver-lhe as condições originais. Reparar os estragos e experimentar a relação de dependência com a terra, como só com um desenvolvimento emocional maduro pode ser realizado. É exatamente isso que nós, os psicanalistas, temos como objetivo quando tratamos nossos pacientes.

É na falha de se estabelecer a capacidade de reparar que residem as patologias. Cuidar de mentes devastadas, nossa função, é realizar algo parecido com o que Lélia e Sebastião Salgado estão fazendo na fronteira de Minas com Espírito Santo.

Atingidos por barragens – Jerson Kelman – O Globo – Opinião – 14/03/2008

No dia do leilão da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, muitos servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não puderam trabalhar devido à ocupação da portaria da Agência por integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Via Campesina e de outros movimentos supostamente populares, mas pouco conhecidos. Eles protestavam contra o leilão. E, adicionalmente, contra a transposição do Rio São Francisco, que nem sequer é de alçada da Aneel. A expulsão dos invasores pela Polícia Militar do Distrito Federal foi firme e serena, o que evitou a ocorrência de alguma tragédia.

Durante a ocupação, que durou quatro horas, os militantes praticaram atos de vandalismo e entoaram palavras de ordem.

Essas serviram mais para manter a turma animada do que para ajudar a entender o que pretende o movimento.

Seria assegurar a justa compensação às comunidades reassentadas ou arregimentar os atingidos por barragens para engrossar o exército dos que lutam contra o capitalismo? A Aneel e o movimento convergem no entendimento que uma usina hidroelétrica só é bem-feita quando há respeito pela população a ser reassentada.

Pagar a justa indenização é condição necessária, mas não suficiente.

Tratar com respeito significa também compreender que não há dinheiro que pague o constrangimento de uma senhora que, na velhice, é forçada a abandonar a casa onde viveu toda a sua vida. Nesse tipo de situação é preciso atenção e carinho. Não arrogância.

O problema surge quando essa mesma senhora não quer a construção da barragem e ponto final. Nesse caso, o movimento entende que o desejo dela tem que ser respeitado, não importa que, em substituição à hidroelétrica, se construam usinas térmicas, que geram energia mais cara e poluente.

A Aneel, por outro lado, entende que o interesse legítimo dessa senhora não pode se sobrepor ao de milhões de brasileiros que desejam uma economia competitiva, com energia abundante a baixo custo, para garantir mais empregos e boa qualidade de vida.

Tanto quanto o movimento, a Aneel também entende que “as águas são para a vida”. Todavia, não há como concordar com a postura do movimento, e das demais entidades invasoras, em querer impor o seu ponto de vista pela força, sem atentar que o ponto de vista oposto não é o de um regime ilegítimo. Ao contrário, é de um governo democraticamente eleito, que tem o direito e a obrigação de materializar as obras que interessam à maioria da população, desde que respeitados os direitos das minorias. E entre esses direitos não se inclui o de veto.

Sem Terra são cercados e ameaçados pela polícia em PE – Sítio Eletrônico do MST – 14/03/2008

Cerca de 50 famílias Sem Terra que reocuparam hoje pela manhã a fazenda Serraria, em Caruaru, agreste de Pernambuco, foram cercadas e ameaçadas pela polícia militar do estado.

A área, de 371 hectares, é reivindicada pelo MST para realização de Reforma Agrária há mais de 10 anos. A fazenda já foi ocupada diversas vezes, e as famílias já sofreram vários despejos, o último ocorreu no início desta semana.

Hoje, logo depois de mais uma ocupação, a polícia chegou fortemente armada, e cercou a área. Mesmo sem possuir mandato judicial de reintegração de posse, a polícia manteve as famílias sob a ameaça de mais um despejo violento.

Por não terem nenhuma sustentação legal para qualquer ação contra os Sem Terra, a polícia teve de deixar a área. As famílias afirmam que vão continuar resistindo e lutando pela área.

Ocupação também em Ibimirim

Também hoje pela manhã, cerca de 100 famílias Sem Terra ocuparam a fazenda Carnaúba, localizada no município de Ibimirim, sertão de Pernambuco.

Fazenda usada em lavagem de dinheiro vira assentamento – Sítio Eletrônico do MST – 14/03/2008

Depois de quase três anos de luta, a antiga fazenda Cabanha Dragão, que usada para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e de armas, vai se tornar um assentamento. Neste sábado 15/3 acontece, em Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul, a festa de posse da fazenda pelas famílias Sem Terra. A comemoração está marcada para iniciar às 10h na sede da fazenda, que fica na BR-290, próxima ao Aeroclube de Guaíba.

Às 11h, acontecerá uma mística e um ato político, em que as famílias beneficiadas, lideranças do MST e autoridades falarão sobre a importância da reforma agrária e da desapropriação de uma área ilegal para beneficiar a população. Um almoço ao meio-dia fechará a festividade.

A fazenda Cabanha Dragão, área de 760 hectares, irá abrigar cerca de 75 famílias Sem Terra. A posse da área é uma vitória para trabalhadores e trabalhadoras, que finalmente terão um local para viver e plantar. A população também é beneficiada, pois o esquema de lavagem de dinheiro foi desmontado e a área que era utilizada para fins ilícitos terá uma função social, que é a de produzir alimentos saudáveis para os gaúchos.

Histórico

O MST ocupou a fazenda Cabanha Dragão pela primeira vez em junho de 2005, quando denunciou a utilização da área para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e armas. A legislação brasileira garante que terras e propriedades envolvidas em situações ilícitas, como o tráfico, podem ser desapropriadas para a reforma agrária. Baseado na lei, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou a Fazenda Dragão por interesse social no início de 2006.

No entanto, em agosto daquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o processo de desapropriação, baseado na lei que impede vistorias em áreas ocupadas pelos Sem Terra, dentro do prazo de dois anos.

O Incra pediu reconsideração da decisão e, desde então, a situação se arrastava na Justiça até os dias de hoje.

A Cabanha Dragão foi seqüestrada pela justiça pelos indícios de ligação com uma organização criminosa. O proprietário da área, chegou a ser preso em 2004 por tráfico de armas.

Empresas podem ir à Justiça contra danos em ações do MST - Cibelle Bouças e Marta Watanabe – Valor Econômico – Brasil - 14/03/2008

O movimento social pela reforma agrária mudou sua estratégia. As fazendas improdutivas (a maioria já desapropriadas) deixaram de ser o alvo principal de grupos como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Agora, o principal alvo são empresas privadas. As primeiras mobilizações ocorreram em 2006, com cinco ocupações. No ano passado foram 23 e, neste ano, já são 17. Diante dessa estratégia, empresas deixam de contar apenas com as ações movidas pelo Ministério Público e buscam uma proteção jurídica mais efetiva, para evitar futuras perdas.

No dia 8, a Vale foi alvo de duas ações da Via Campesina, que ocupou os trilhos da ferrovia da empresa em Resplendor (MG) e uma carvoaria, em Açailândia (MA). Após os protestos, a Vale anunciou que pretende processar os dirigentes do MST, responsabilizando-os direta ou indiretamente pelos ataques. Advogados ouvidos pelo Valor acreditam que a iniciativa deverá ter mais cunho político do que resultados. "Para a Vale a indenização não é representativa, mas é possível que um pedido de ressarcimento desencoraje as lideranças dos movimentos a novas ações desse tipo", diz um advogado próximo à empresa.

Antonio Lawand, do escritório Braga & Marafon, lembra que o caminho do Judiciário não costuma ser usado pelas empresas porque é demorado e desgastante. "Mas essa é uma prática que pode mudar com a maior frequência de ocupações e danos." Mas há obstáculos jurídicos. Movimentos como o MST e Via Campesina não têm personalidade jurídica e por isso não podem ser réus em ações judiciais. A saída é buscar o ressarcimento contra os líderes do movimento.

O promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul em Barra do Ribeiro (RS), Daniel Indrusiak, dá testemunho de como a ida à Justiça pode ser tortuosa. Ele acompanha duas ações penais contra 37 líderes do MST e da Via Campesina em razão da ocupação feita em março de 2006 em uma fazenda da Aracruz no município. Entre os crimes relacionados pelo Ministério Público estão dano e formação de quadrilha.

Dois anos depois, a Justiça ainda não analisou o assunto. Originalmente havia apenas um processo. Com a dificuldade de citar alguns líderes, entre os quais João Pedro Stedile, do MST, a ação foi desmembrada em dois processos. "Um deles está mais adiantado, com vários acusados já ouvidos." No segundo, diz o promotor, foram reunidos os que a Justiça tem tido dificuldade de citar.

Para Lawand, a mudança no tipo de atuação dos movimentos pode motivar nas empresas uma iniciativa no Judiciário que vá além da mera proteção da propriedade e de seus funcionários. A fabricante de papel Stora Enso, por exemplo, tem a seu favor uma decisão judicial que declara protegida uma de suas propriedades, a Fazenda Tarumã, localizada em Rosário do Sul (RS). Isso torna mais rápido, explica sua assessoria de imprensa, a emissão de uma decisão judicial que garanta a reintegração de posse da propriedade. No último dia 4, a fazenda foi ocupada por cerca de 900 mulheres da Via Campesina e não houve necessidade de solicitar a reintegração de posse. As manifestantes deixaram a propriedade após destruir, segundo a empresa, cerca de 4 hectares de eucaliptos. Até o início da semana a papeleira não sabia se pediria indenização na Justiça.

A maioria das ações contra empresas desde 2006 foi pacífica, mas ocorreram casos sérios de destruição de plantações ou depredação do patrimônio - em 7 dos 45 casos de ocupação. "Foram atos para demarcar uma posição política, seja contra o plantio de transgênicos, seja contra a privatização", afirma Antonio Julio de Menezes Neto, sociólogo e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O sociólogo observa que a mudança de estratégia dos movimentos rurais é mais antiga. Nos anos 90, foram realizadas mais ações em áreas urbanas e sobre temas que ultrapassavam a questão agrária - entre eles a privatização da Vale e a pulverização de ações da Petrobras. Para Menezes, o MST acredita que a reforma agrária só será possível dentro de outro modelo sócio-econômico. Daí a inserção em discussões políticas mais amplas. "Não que a questão da reforma agrária tenha sido deixada de lado. Mas há um interesse em mudar a estrutura do país para que a reforma seja possível", diz.

Marina dos Santos, membro da coordenação nacional do MST e da coordenação da Via Campesina Brasil, corrobora a tese de Menezes. "Quando a gente faz esse tipo de ação, não estamos conversando com o governo. Não se trata da reforma agrária. Estamos falando de soberania nacional."

No processo de mudança de foco, no entanto, um questionamento antecede a avaliação sobre o formato das manifestações: por que dirigir as ações contra empresas. Para Menezes, o "MST busca uma crítica ao governo, mas sem romper com ele, por isso direciona a ação às empresas privadas. Eles ainda estão vinculados ao Lula. E o governo é um pouco conivente, porque precisa que a esquerda cresça no Congresso e precisa se preservar da influência de grandes empresas no parlamento."

De acordo com Marina dos Santos, as ações têm por objetivo alertar a sociedade sobre a concentração de poder econômico nas mãos de grupos transnacionais e, por esse motivo, a decisão de protestar em unidades de empresas como Monsanto, Stora Enso e Suzano.

Plínio Arruda Sampaio, presidente da Ação Brasileira da Reforma Agrária (Abra), é simpatizante dos movimentos, mas reconhece que a depredação de propriedades dificulta à Via Campesina ganhar simpatias. "Criou-se um círculo vicioso da barbárie. Se não quebrar nada, a mídia não divulga, as pessoas não reagem. Chegamos em um ponto onde, às vezes, a violência se torna o único meio de se fazer ouvir", diz.

OIT receberá dossiê sobre trabalho escravo - Ricardo Rodrigues – Estado de São Paulo – Nacional – 15/03/2008

O procurador do Trabalho Geraldo Emediato vai elaborar dossiê, com base na fiscalização - chamada Operação Zumbi dos Palmares - feita por força-tarefa do Ministério Público do Trabalho, que será enviado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), relatando as péssimas condições dos trabalhadores em usinas e canaviais de Alagoas.

Emediato disse que já fiscalizou canaviais em outros Estados, mas nunca viu situação tão degradante quanto a de Alagoas. "Em pleno século 21, os trabalhadores da cana são submetidos a trabalho escravo e essa situação será denunciada na próxima reunião anual da OIT", afirmou.

Segundo ele, o dossiê terá fotos, depoimentos e documentos sobre a exploração da mão-de-obra nas usinas e nas lavouras de cana-de-açúcar em Alagoas. O documento será entregue por um representante do Ministério Público à OIT, em maio, em Genebra, na Suíça. Para o procurador, o Ministério Público do Trabalho não tem mais o que conversar ou negociar com os usineiros ou fornecedores de cana alagoanos. "Já cansamos de tantos acordos celebrados e não cumpridos pelos empregadores, que são reincidentes no desrespeito à legislação trabalhista. Portanto, vamos começar a impetrar ações civis públicas a partir da próxima segunda-feira contra todos os infratores", garantiu Emediato.

Os procuradores do Trabalho encontraram ilegalidades que vão da falta de registro em carteira, passando por jornadas de trabalho muito acima da permitida por lei, sem receber horas extras; condições insalubres; além da utilização de crianças e adolescentes para ajudar a família no corte da cana já que o pagamento é feito por produção.

A fiscalização começou no dia 21 de fevereiro e vai até quinta-feira que vem.

Das 28 usinas de Alagoas, pelo menos 15 foram fiscalizadas pela força-tarefa e quatro foram interditadas. Entre as usinas visitadas está a Seresta, da família do governador Teotônio Vilela Filho (PSDB). “Lá também encontramos irregularidades, como falta de equipamentos de segurança e direitos trabalhistas não respeitados”, afirmou Emediato. Teotônio disse que está afastado do comando da usina e quem cuida da administração é seu irmão Elias Vilela.

MST invade duas fazendas em cidades pernambucanas – Silvi Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2008

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu ontem, pela segunda vez nesta semana, a fazenda Serraria, em Caruaru (132 km de Recife). Segundo a Polícia Militar, cerca de cem agricultores participaram da ação. Na quarta-feira, a PM disse ter cumprido uma reintegração de posse determinada pela Justiça e retirado as famílias pacificamente da área.

Conforme o MST, com famílias também invadiram a fazenda Carnaúba, em Ibimirim (350 km de Recife), mas a PM não confirmou a ação. Até a tarde de ontem, o Incra não havia sido informado das ações.

MAB - O MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) continuou ontem à série de manifestações em alusão ao dia de luta contra barragens.

Segundo o MAB, ocorreram protestos ontem em Uruaçu (GO), em Porto Alegre e Erechim (RS), para pressionar as distribuidoras de energia a darem descontos na conta de energia elétrica dos consumidores de baixa renda. **(SÍLVIA FREIRE)**

Fiscalização aponta trabalho precário em lavouras de cana – Juliana Coissi – folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008

Blitz do Ministério do Trabalho vê falta de equipamentos de proteção e interdita moradias por falta de condições de higiene - Fiscalização envolve 2.989 trabalhadores ligados a sete empresas, entre usinas e empresas de transporte de bóias-frias

Botas rasgadas pelo golpe do facão, turmas trabalhando sem equipamento de proteção e ônibus em condições precárias.

Essas foram algumas das irregularidades encontradas por auditores do Ministério do Trabalho durante fiscalizações feitas na terça e na quarta em lavouras de cana na região de São José do Rio Preto (438 km ao norte de SP).

As usinas dizem que vão apurar os problemas detectados para corrigi-los (leia texto nesta página). A equipe também vistoriou 12 moradias de cortadores ligados à Usina Moreno. Quatro precisaram ser interditadas por estarem superlotadas e em más condições de higiene. Os moradores dessas casas -em torno de 50 bóias-frias- terão de ser transferidos a outros imóveis, custeados pela usina.

A blitz nos canaviais, a primeira deste ano no setor, integra uma seqüência de ações deflagradas há três anos depois da denúncia de que trabalhadores morreram em canaviais paulistas, por suspeita de excesso de esforço.

Ao todo, a fiscalização envolveu 2.989 trabalhadores ligados a sete empresas, entre usinas e empresas de transporte de bóias-frias. Foram lavrados 56 autos de infração e cinco ônibus foram interditados.

A fiscalização detectou mais problemas com os trabalhadores da Usina Moreno, que recebeu 20 multas. No primeiro dia, fiscais encontraram no corte de cana em Monte Aprazível 60 trabalhadores da Moreno. Segundo os auditores, praticamente todos os itens de segurança dos trabalhadores estavam irregulares -a multa mínima é R\$ 6.000 por descumprimento, mas o valor final ainda será calculado.

Os dois ônibus que todos os dias viajavam 60 km (ida e volta) com os bóias-frias estavam com a lataria toda destruída e tinham vidros quebrados. "Quando chove, molha tudo ou então fica muito frio dentro. Já reclamamos, mas não adianta nada. Sem contar o problema no freio, que às vezes não funciona", disse o cortador Adeílson Félix, 25.

O transporte é feito por uma empresa terceirizada. Pelas condições precárias, os dois veículos foram interditados.

No campo, trabalhadores usavam EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) desgastados. As luvas de pano eram indicadas para o plantio, e não para a colheita. Além disso, não havia barracas sanitárias nem galões de água fornecidos pela usina -cada trabalhador precisou comprar o seu.

O grupo trabalhava debaixo de uma chuva fina constante, o que, segundo eles, desrespeita acordo firmado em convenção coletiva com o sindicato.

Houve denúncia também de pagamento irregular, segundo o auditor fiscal Antônio Carlos Avancini. "Quando chove ou por outra razão, não podem trabalhar, eles precisam

ganhar a diária mínima, de R\$ 14. Mas alguns contaram receber só R\$ 10, ou seja, a usina nem está pagando o valor mínimo."

Com 18 anos de safra, José Agnaldo dos Santos, 33, de Aracaju (SE), diz não suportar mais a carga de trabalho. "Quero me mandar, não vou morrer aqui. Estou ficando velho. Isso é coisa para menino novo, arrebenta o peão." Em outra lavoura, em Onda Verde, da usina Vale, os fiscais encontraram os bóias-frias trabalhando no plantio sem equipamentos de proteção -só tinham luvas.

A equipe de auditores ainda fiscalizou canaviais em Planalto, também da Moreno.
*Colaborou **SILVA JÚNIOR**

Empresa diz que vai verificar irregularidades – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008

O assessor da direção do grupo Central Energética Moreno, Walter Bigi, disse à Folha que a empresa irá verificar as irregularidades apontadas pelos auditores do Ministério do Trabalho.

O grupo Moreno possui duas unidades no Estado de São Paulo, em Monte Aprazível e em Luiz Antônio, onde fica a sede. Na unidade de Monte Aprazível, emprega 580 nos canaviais.

Em nota, o assessor disse que as normas trabalhistas "são regularmente cumpridas pela empresa, sendo que eventuais irregularidades são prontamente corrigidas, tão logo constatadas".

Bigi disse que a usina não dispõe de alojamentos próprios, "sendo que os trabalhadores é quem alugam diretamente casas em seus próprios nomes nas cidades vizinhas, sem que a usina tenha participação na locação". O assessor afirmou que foram detectados problemas de superlotação em somente em uma casa. A Folha não conseguiu contato por telefone com a usina Vale, de Onda Verde. Para o diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Antônio de Pádua, se as empresas não estão cumprindo a legislação, elas devem ser punidas. "Nossa orientação é para que se cumpra a legislação." (JC)

Mortes por suposto excesso de esforço ampliam blitz – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – 15/03/2008

As fiscalizações no campo foram ampliadas após o registro de mortes de trabalhadores supostamente por causa do excesso de esforço físico na colheita da cana. A partir de abril 2004, a Pastoral do Migrante de Guariba começou a contabilizar as mortes no campo. Desde então, foram 22 mortes, investigadas por órgãos como o Ministério Público Federal e a ONG Dhesc Brasil, parceira da ONU. Outros 13 organismos passaram a apurar ou acompanhar as mortes suspeitas, o que elevou o total de blitz em lavouras, principalmente nas regiões de Ribeirão Preto e Piracicaba (SP).

Ações civis públicas foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e audiências públicas foram realizadas, para exigir o cumprimento de normas na safra. Desde então, melhoraram as condições dos trabalhadores, com a adoção de equipamentos de proteção individual, banheiros e sombra para os repousos durante as refeições -toldos são esticados tendo como base os ônibus usados pelas turmas de bóias-frias. Desde então, no entanto, discute-se ainda o fim do pagamento por produtividade, apontado como um dos fatores responsáveis pelo excesso de esforço no campo, mas não há consenso entre as partes.

Fórum pede compromisso e ação pela reforma agrária – Sítio Eletrônico da Contag - 17/03/2008

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, do qual a Contag faz parte, elaborou uma carta para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Nela, os movimentos sociais reivindicam ações mais enérgicas para o avanço da reforma agrária. Confira:

Brasília-DF, 22 de janeiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Presidente da República Federativa do Brasil

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, cumpre, em primeiro lugar, registrar o reconhecimento do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pelos esforços empreendidos por Vossa Excelência e pelo seu governo com vistas a reduzir o quadro de desigualdades desde sempre marcante na história do nosso País.

A política social posta em prática desde o ano de 2003, combinada com o processo mais recente de recuperação da dinâmica da economia brasileira, tem resultado em avanços

inquestionáveis em termos de elevação do padrão de vida de milhões de brasileiros antes totalmente excluídos da cidadania.

Todavia, e Vossa Excelência certamente comunga desta percepção, o desenvolvimento brasileiro, na acepção democrática, contemporânea e cidadã do termo, somente será alcançado com a implementação de um conjunto de reformas estruturais capazes de romper com as fontes históricas do nosso atraso e desigualdade.

Nestes termos, as entidades, movimentos e organizações democráticas de um modo geral que lutam pela paz no campo, clamam por um programa de reforma agrária no Brasil à altura das demandas pela superação de uma estrutura agrária que há cinco séculos conspira contra o nosso desenvolvimento e impede padrões aceitáveis de simetria social no Brasil.

Até pelo apoio e confiança que depositamos em sua pessoa e em seu governo, nos sentimos no dever de externar o sentimento de frustração de vários segmentos da sociedade com a timidez do programa de reforma agrária em curso, o qual sequer consegue alcançar a performance do programa executado pelo governo anterior contra o qual conjuntamente nos insurgimos de forma enfática.

Em particular, lamentamos a atual revogação prática do instrumento de desapropriação das terras improdutivas (a imprensa noticiou com destaque os pífios números da reforma agrária em 2007) em atitude que não se coaduna nem com as reivindicações populares do campo, nem mesmo com as metas estabelecidas por seu próprio governo. Este fato se deve aos efeitos de fatores, como: a manutenção dos dispositivos legais que criminalizam as pressões sociais pela reforma agrária e a falta de atualização dos parâmetros, índices e indicadores que informam a produtividade das grandes propriedades conforme determina legislação aprovada com o apoio mesmo dos setores mais conservadores do Congresso Nacional.

Neste caso específico, Senhor Presidente, vivenciamos situação *sui generis*, pois, os senhores da terra, quando conveniente para a barganha política de novos benefícios com recursos públicos, não hesitam em destacar como prova do virtuosismo do agronegócio "os extraordinários ganhos de produtividade" obtidos pela atividade agropecuária nas últimas décadas. De outra parte, quando se trata de desapropriação para fins sociais comemoram a posição do governo de mensurar a produtividade de um latifúndio, nos dias atuais, mediante parâmetros técnicos de quase 40 anos atrás.

Ante o exposto, Senhor Presidente, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo solicita de Vossa Excelência a urgente correção desta anomalia via a edição de ato definindo a atualização dos índices de produtividade com base nos estudos correspondentes já disponíveis pelo governo.

Resultaria em inegável agregação social e política ao governo de Vossa Excelência a edição concomitante de Medida Provisória eliminando da legislação brasileira os atos do governo anterior que transformaram em crime o legítimo e democrático direito dos trabalhadores rurais de lutarem por uma vida digna no campo. Como também seria da

maior importância a definição de limites à propriedade da terra abrindo espaço para o assentamento de milhares de famílias sem terra, fortalecendo desta forma a agricultura familiar que é a responsável pela produção de alimentos neste país.

Atenciosamente,

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

CONTAG - MST - FETRAF - CUT - CPT - CÁRITAS - MMC - MPA - MAB -
CMP - CONIC - CONDSEF - Pastorais Sociais - MNDH - MTL - ABRA - ABONG - APR
- ASPTA - ANDES - Centro de Justiça Global - CESE - CIMI - CNASI - DESER -
ESPLAR - FASE - FASER - FEAB - FIAN-Brasil - FISENGE - IBASE - IBRADES -
IDACO - IECLB - IFAS - INESC - MLST - PJR - REDE BRASIL - Rede Social de Justiça
- RENAP - SINPAF - TERRA DE DIREITOS - EMPÓRIO DO CERRADO - COIABE

Via Campesina denuncia violência à ministra – Sítio Eletrônico da CPT – 17/03/2008

Mulheres ligadas à Via Campesina entregaram para a ministra-chefe da Casa Civil, Dima Rousseff, CDs com fotos das mulheres que sofreram com a violência por parte da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. No início de março, pelo menos 45 mulheres foram feridas por militares durante uma manifestação da Via Campesina na fazenda da empresa Stora Enzo, no Rio Grande do Sul. O A entrega dos CDs aconteceu quando Dilma chegava à Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, para apresentar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Estado. As trabalhadoras rurais aproveitaram a ocasião para criticar a redução da Faixa de Fronteira de 150km para 50 km, que é defendida por Dilma. Elas acreditam que a mudança vai prejudicar o desenvolvimento do sul do Estado. “Desenvolvimento tem nome, se chama reforma agrária, e não empresa de celulose”, afirmou uma das manifestantes. A ministra afirmou que irá analisar o caso quando voltar para Brasília.

Sem-terra destroem 3 mil pés de café em SP - Sandro Villar – Estado de São Paulo – Nacional – 17/03/2008

Cerca de 3 mil pés de café da Fazenda Macaé, em Andradina, no noroeste paulista, foram destruídos no sábado por um grupo de pelo menos 80 sem-terra ligados ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf). Eles disseram que era um protesto pela demora da reforma agrária e prometeram deixar a área hoje.

O oficial de Justiça Paulo José Furlan entregou ontem intimação solicitando a retirada imediata do grupo, que colocou tratores na porteira para impedir a entrada da polícia. O dono da fazenda, Eduardo José Bernardes Filho, já obteve a reintegração de posse na Justiça.

Também no sábado, cerca de 50 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) ocuparam a Fazenda Alvorada, em Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema. Segundo a Polícia Militar, o grupo estava acampado em uma estrada vicinal e entrou pela porteira da fazenda.

Preço da terra alcança média de R\$ 3.998 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008

Áreas de grãos se destacam; valorização do hectare chega a 16,5% em 12 meses e a 26% em três anos

O agronegócio brasileiro vive um momento raro, puxado por preços internacionais recordes e volumes internos de produção nunca atingidos.

Melhor ainda, os bons ventos sopram para todos os setores, de grãos e produção de carnes a reflorestamento.

Esse cenário altamente favorável ao agronegócio puxa os preços da terra, que voltaram a registrar novas valorizações no primeiro bimestre do ano. É o que mostra o mais recente estudo do Instituto FNP sobre o setor de terras no país.

Nas avaliações de José Vicente Ferraz e Jacqueline Dettmann Bierhals, engenheiros agrônomos e analistas do Instituto FNP, o início deste ano vem sendo marcado por grandes eventos no mercado brasileiro, com investimentos tanto de empresas nacionais como de internacionais.

Em janeiro e fevereiro, o preço médio da terra foi a R\$ 3.998 por hectare no Brasil, com valorização acumulada de 26,3% nos últimos 36 meses. Em um período mais curto -de 12 meses-, a alta foi de 16,5%.

Segundo os analistas do IFNP, as terras para cultivo de grãos são as que mais têm movimentado o mercado, principalmente nas fronteiras agrícolas. E os preços estão bastante elevados, principalmente porque a soja é um dos patamares de negociação. Como a oleaginosa vive momentos de preços recordes tanto no mercado interno como no externo, acaba empurrando para cima o valor das terras destinadas ao grão. Essa disparada dos preços faz com que haja poucos negócios à vista.

Além de incentivos internos para a valorização, as áreas de grãos também são disputadas por investidores estrangeiros, principalmente de fundos. Mesmo que esses negócios acabem não se realizando, a própria prospecção torna o mercado especulativo. A presença de estrangeiros na compra de terras começa a ser mais bem avaliada, inclusive com audiência pública no Senado, como a que ocorreu no início deste mês. O Brasil não

dispõe de uma legislação própria sobre a aquisição de terras por estrangeiros, mas a tendência é a ampliação das restrições, segundo analistas.

O setor de terra vive outra preocupação: o firme combate ao desmatamento da floresta amazônica. A divulgação de uma lista em janeiro, pelo Ministério do Meio Ambiente, de 36 cidades que mais desmataram, provocou a paralisação dos negócios no médio-norte de Mato Grosso e no Pará.

Outro fator de movimentação no setor de terras é a intensificação de reflorestamentos empresariais em Mato Grosso do Sul. No curto prazo, com a consolidação do setor de celulose e papel e da demanda maior por carvão, devido à entrada de uma siderúrgica na região, devem ser intensificadas as negociações de terras.

Ao contrário do setor de grãos, o de cana-de-açúcar segue em ritmo lento. Após ter puxado as valorizações nos últimos anos, a procura por terras para cana diminuiu devido à redução de preços do açúcar e do álcool. As usinas pisaram no freio nos projetos.

O que mais sobe - O estudo do IFNP mostra que as terras que mais se valorizaram nos últimos 36 meses foram as destinadas à agricultura, na região de Bauru (SP). Procurado devido à alta produtividade em grãos, o hectare dessas terras subiu para R\$ 19.030, contra R\$ 8.223 no bimestre março/abril de 2005.

Entre as maiores quedas, o IFNP aponta as terras destinadas à laranja, em Bebedouro (SP). Nessa região, o hectare de terra recuou de R\$ 22.727 em março e abril de 2005 para R\$ 17.678 neste ano.

As terras mais valorizadas continuam sendo as de Campinas (SP). Um hectare para fruticultura custa R\$ 22.436. Nos últimos 12 meses, as maiores altas ocorreram nas regiões Norte (26,9%), Centro-Oeste (23,6%), Nordeste (21,3%), Sul (16,3%) e Sudeste (11,4%).

Produtores de tomate são autuados em SP – Claudia Rolli e Fatima Fernandes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008

Fiscalização da DRT e do Ministério Público do Trabalho aponta contratação irregular de empregados na região de Itapeva - Produtores assinam Termos de Ajustamento de Conduta e se comprometem a regularizar a situação de todos os trabalhadores

Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo em quatro cidades da região de Itapeva, uma das maiores produtoras de tomate do Estado de São Paulo, resultou em 87 autos de infração para 13 produtores que empregam trabalhadores rurais de forma precária e irregular. Esses produtores vendem para centrais de abastecimento de São Paulo e de Campinas. A blitz,

acompanhada pela Polícia Federal, ocorreu entre terça e quinta-feiras da semana passada nos municípios de Ribeirão Branco, Guapiara, Capão Bonito e Itapeva. Foi motivada por denúncias de trabalhadores rurais dessa região. Durante a operação, fiscais encontraram até adolescentes trabalhando nas lavouras.

Após a ação fiscal, os produtores assinaram 11 TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público do Trabalho. Eles se comprometendo a regularizar a situação de todos os trabalhadores. Os empregadores terão prazo de 60 dias para treinar e orientar os rurais quanto à manipulação, preparo e aplicação de produtos químicos nas lavouras. "Encontramos adolescentes aplicando agrotóxico na plantação, o que é proibido por lei. O menor pode ser aprendiz, em alguns ambientes de trabalho, mas nunca estar exposto a ambientes insalubres", diz João Batista Martins César, procurador do Trabalho. "Ao menos seis trabalhadores foram internados por intoxicação de agrotóxicos nos últimos meses."

Fiscais também constataram que os produtores não fornecem equipamentos de segurança adequados para o uso de agrotóxicos -como máscara com filtro, luvas, botas, chapéu e macacão impermeável.

Falta ainda, segundo os fiscais, orientação para que os trabalhadores utilizem esses equipamentos da forma correta. "Não adianta dar o macacão, sem explicar que ele tem uma vida útil, não deve ser lavado com sabão e tem de ser descartado diante normas de segurança", afirma Mario Tanaka, fiscal do Trabalho.

José Celso de Vieira Soares, auditor do Trabalho que integra a equipe de fiscalização, afirma que os trabalhadores estão misturando agrotóxicos, reutilizando e descartando as embalagens de maneira incorreta e até mesmo lavando roupas contaminadas em córregos e riachos da região.

"Os trabalhadores estão usando um verdadeiro coquetel de inseticidas e fungicidas que podem reagir quimicamente e causar danos sérios à saúde e ao ambiente."

Um dos agrotóxicos que estão sendo usados antes do plantio, segundo relataram agricultores aos fiscais, é o Furadan -inseticida de grau tóxico elevado usado para combater pragas-, além de Astro, Meotrim, Tecto, Akito, Sportak, Lorsban e Pirate. "Esses produtos estão sendo usados sem equipamentos de proteção individual."

Em uma das fazendas, um produtor contratou um motoqueiro para avisar antecipadamente sobre a chegada de fiscais para que os empregados que trabalham de forma irregular possam ser "escondidos", segundo relatam os fiscais.

Mesmo assim, foi encontrado um adolescente trabalhando porque a moto atolou no caminho. Na contratação, auditores do Trabalho encontraram trabalhadores rurais sem registro em carteira e casos de falsas parcerias agrícolas. "Os trabalhadores são parceiros apenas para a fiscalização. Não dividem os lucros nem têm contratos com os donos das propriedades. Têm jornadas longas e péssimas condições de trabalho", afirma Tanaka. "São falsos meeiros." Foram constatados ainda problemas com fornecimento de notas fiscais

irregulares -são emitidas com talões de uma fazenda, mas em nome de outras. Na região de Itapeva trabalham cerca de 20 mil pessoas nas lavouras de tomate, segundo estimativa da Secretaria de Agricultura da cidade. "A maior parte da mão-de-obra é formada pela agricultura familiar", diz o secretário Cassiano Toffoli. Cada produtor cultiva, em média, 30 mil pés de tomate, emprega cerca de 20 pessoas e paga salário de R\$ 420, segundo os produtores consultados pela **Folha**.

Os trabalhadores colocam os filhos para ajudar no orçamento da família. "Precisa haver um treinamento intenso sobre saúde e segurança do trabalhador rural. E os cursos precisam ser realizados pelas empresas que vendem os produtos", afirma Toffoli. A produção de tomate em sete cidades da região de Itapeva chega a 9 milhões de caixas (25 quilos) por ano e abastece principalmente as centrais da capital paulista, de Campinas e do interior do Estado.

Produtor diz que vai se adequar à lei trabalhista

DA REPORTAGEM LOCAL

Os produtores de tomate da região de Itapeva, Ribeirão Branco, Guapiara e Capão Bonito vão tomar as providências necessárias para se adequar à legislação trabalhista, segundo José Osmar Rodrigues Machado, contador de cerca de 200 produtores de tomate de Ribeirão Branco. Na cidade, existem cerca de 1.250 produtores. "O diabo não é tão feio como eles pintam", diz o contador, ao se referir à fiscalização realizada pela Delegacia Regional do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho nas lavouras de tomate.

Segundo o contador, cerca de 2.000 trabalhadores de Ribeirão Branco dependem do tomate para sobreviver. "Coitado do povo da região se não existissem esses produtores. Eles trabalham direitinho. Algumas falhas existem, mas são mínimas."

Carmelino Domingues de Almeida, dono do sítio Alecrim, em Guapiara, um dos produtores de tomate que assinaram o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o MPT, diz que teve, por determinação dos fiscais, de demitir um empregado "com quase 18 anos" -faltam, segundo ele, cerca de 20 dias para esse funcionário completar 18 anos. "Esse rapaz não pára de chorar, já que foi demitido. O pessoal do Ministério Público parece que não quer que a gente trabalhe e dê emprego", afirma o produtor. Dono de um sítio com oito hectares e 40 mil pés de tomate, Almeida afirma que emprega 18 pessoas -todas têm registro em carteira. "Esse pessoal da fiscalização está judiando do povo rural."

Os produtores de tomate, segundo ele, estão tendo prejuízo com a plantação neste ano. A caixa de tomate, com 23 quilos sai da lavoura entre R\$ 15 e R\$ 18. "Só que, para dar algum lucro ao produtor, a caixa deveria estar custando R\$ 25", diz Almeida. O contador Machado diz que o produtor da região de Ribeirão Branco que cultiva, em média, 30 mil pés de tomate, paga R\$ 420 para o trabalhador. "Só que o trabalhador tem também participação nos lucros do sítio."

O contador Diego Geraldo Zuconi diz que três produtores para quem trabalha (sítios Rossi, Chaparral e Juraci) vão contratar uma empresa para assessorá-los sobre normas de saúde e segurança do trabalhador. "As autuações vão fazer com que eles regularizem suas falhas. Já estamos providenciando uma assessoria adequada." **(FF e CR)**

Ruralista toma posse como superintendente do Incra de MS – Sítio Eletrônico do MST – 18/03/2008

Está programada para esta semana a cerimônia de posse do ruralista Flodoaldo Alencar como superintendente do Incra de Mato Grosso do Sul.

Ligado ao MNP (Movimento Nacional de Produtores), Alencar substituirá Luis Carlos Boneli, que em quatro anos assentou mais de 16 mil famílias e desenvolveu diversos programas de assistência aos assentamentos, tornando-se assim o superintendente que mais promoveu a Reforma Agrária durante esse período.

Alencar foi indicado pelo senador Valter Pereira, do PMDB, que, segundo Egídio Brunetto, dirigente estadual do MST, negociou seu voto a favor da CPMF com o governo Lula em troca do cargo. "O acordo já paralisou o programa de construção de casas e a liberação de verbas para o plantio de feijão e milho, o que vai comprometer a alimentação das famílias", pontua.

O MST e outros movimentos sociais do campo que atuam na região não aceitam a troca, principalmente pelo modo como foi orquestrada. Desde janeiro os movimentos vêm realizando ações em protesto à decisão e prometem continuar.

Os movimentos chamaram para hoje, às 9h30, uma audiência pública com o presidente Lula para que discuta-se sobre o impasse.

Nota do MST sobre pedido da Vale na Justiça – Sítio Eletrônico do MST – 19/03/2008

Leia a seguir nota oficial do MST (Movimento dos Sem Terra) sobre a liminar concedida pela 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

1- A diretoria da empresa mineradora Vale (antiga Vale do Rio Doce) deveria trabalhar para resolver os problemas sociais e ambientais das áreas onde está instalada, prejudicando comunidades em Minas Gerais, Maranhão e Pará, em vez de criar obstáculos para a realização de manifestações legítimas que fazem parte da democracia.

2- Os diretores da Vale devem ficar preocupados com a decisão do plenário do Tribunal Regional da Justiça Federal, de dezembro de 2005, em Brasília, que sentenciou pela anulação do leilão de privatização da mineradora, acolhendo um dos 107 processos (entre ações populares, ações civis públicas e mandados de segurança) que ainda correm na Justiça. A decisão do Poder Judiciário pode devolver ao povo brasileiro o controle da empresa e impedir que continuem desrespeitando as comunidades com suas atividades.

3- O MST é formado por trabalhadores rurais Sem Terra, em 24 estados do país, que se organizam para lutar pela reforma agrária, direitos sociais e por transformações estruturais que criem condições para o desenvolvimento social e igualdade.

Justiça do Rio proíbe MST de atacar Vale - Alexandre Rodrigues e Alessandra Saraiva – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008

Medida visa a impedir atos violentos e paralisação de atividades; Stédile diz que liminar não passa de 'idiotice'

A Vale obteve na Justiça do Rio uma liminar contra o Movimento dos Sem-Terra (MST) que proíbe a organização e seu dirigente nacional João Pedro Stédile de 'incitar e promover' atos violentos contra instalações da empresa ou que interrompam suas atividades. A liminar foi expedida terça-feira pela juíza Patrícia Whately, da 41ª Vara Cível da capital fluminense, que fixou multa de R\$ 5 mil por infração. Em visita ao Rio, Stédile afirmou que medidas judiciais não conseguirão deter as ações contra a ex-estatal e classificou a iniciativa de 'idiotice' dos advogados da Vale.

A empresa alegou na Justiça que, sob a liderança de Stédile, o MST vem premeditadamente promovendo incursões violentas, causando prejuízos, além de danos à imagem. A juíza registrou que o MST tem direito a realizar manifestações, mas 'sem causar turbação ou esbulho à posse alheia, nem impedir a consecução das atividades de qualquer empresa', tendo em vista 'os ditames da Lei Maior'.

Ela cita documentos da Vale comprovando a participação do MST, da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em episódios recentes, como a paralisação da obra da hidrelétrica de Estreito, o bloqueio da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e a invasão de uma unidade da Ferro Gusa Carajás, no Maranhão, que são de propriedade da companhia ou de consórcios integrados por ela.

CARAJÁS' - Em nota, a Vale informou que buscou a Justiça 'diante dos sucessivos ataques que vem sofrendo pelo MST desde o início do ano passado'. A empresa conta oito invasões em suas propriedades desde março de 2007. Outra motivação, diz a nota, é a informação veiculada na imprensa e em panfletos de que o MST planeja para 7 de abril nova incursão às instalações da Estrada de Ferro Carajás, no Pará, que pertence à Vale.

A empresa se queixa do que chamou de 'constante desrespeito ao Estado de Direito' e argumenta que o Pará ficará com mais da metade dos 62 mil empregos que quer gerar até 2012.

Após proferir uma aula magna na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Stédile afirmou que não se surpreende com 'medida desesperada' da Vale, a quem acusou de usar 'métodos da época da ditadura'. Ele disse que o MST não vai desistir de sua campanha pela reestatização da companhia. Segundo ele, a Vale tem dívida social com comunidades onde atua e as ações de grupos como o MST e Via Campesina têm como objetivo pressionar para que a ex-estatal cumpra compromissos e abandone projetos prejudiciais ao meio ambiente. Stédile ironizou a ameaça da Justiça de multá-lo. 'Nós ficamos mais bravos ainda. Vocês acham, honestamente, que é o fato de ter um multa de R\$ 5 mil contra mim que vai convencer o povo do Pará a não parar o trem? Isso é uma idiotice. Estão pagando mal os advogados.'

Invasores liberam usina de Estreito - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008

Após a intervenção do Ibama, militantes da Via Campesina e do Movimento dos Atingidos por Barragens, ligados ao MST, desocuparam ontem a principal via de acesso de Estreito, usina hidrelétrica que está sendo erguida entre os Estados de Tocantins e Maranhão. A invasão durou oito dias e prejudicou o andamento das obras da usina - que tem a Vale entre seus principais acionistas.

Os invasores saíram depois de obter do Ibama a promessa de que a fiscalização sobre o impacto ambiental da obra será intensificado. 'Segundo informações dos acampados, a empresa responsável pela obra não estaria cumprindo todas as condicionantes do contrato, especialmente a participação da população atingida pela obra nos comitês de decisão', disse a superintendente do Ibama no Maranhão, Marluze do Socorro.

Representantes do Ibama e dos invasores reuniram-se em duas ocasiões na cidade de Imperatriz, no Maranhão. Integrantes do Ministério Público Federal, do Inkra e da Funai também participaram.

Convidado, o consórcio de empresas responsável pela obra não enviou representantes. Segundo sua assessoria, não fazia sentido participar de uma reunião com invasores, considerando que já no primeiro dia da manifestação foi expedida uma ordem judicial, determinando a liberação da entrada do canteiro de obras. O que a Vale e seus sócios pleiteavam era o cumprimento da ordem judicial pela polícia.

'O Estado é omissivo, faz vista grossa' - Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 20/03/2008

Diamantino Silva Filho: advogado. Para advogado, direito de propriedade no Brasil vem sendo 'absolutamente mal protegido'

A liminar que proíbe o MST de atacar a Vale tem o efeito de um habeas-corpus preventivo da propriedade, compara o advogado Diamantino Silva Filho. Professor de Direito Agrário há 40 anos ele afirma que o Estado 'faz vista grossa' e não cumpre ordens judiciais para desocupar terras invadidas.

Qual a eficácia da liminar? É habeas-corpus preventivo para evitar o abuso, a violência dos sem-terra. O possuidor do bem tem o direito de ser mantido na posse em caso de turbação e de ser protegido contra violência iminente se tiver justo receio de ser molestado.

Mas precisa de liminar para fazer valer o Código Penal? O cidadão tem direito à liberdade. Só pode ser preso em flagrante delito ou por condenação judicial. Mas num

momento de conturbação social passa a correr riscos e busca o habeas-corpus preventivo para não ser preso. É o que estamos vivendo com as ações do MST e violações ao direito de propriedade. O interdito proibitório não substitui a condição de não invadir, mas é impeditivo. O acusado pode sofrer sanções de natureza civil.

Outros alvos do MST devem seguir a iniciativa da Vale? As empresas sob risco devem tomar a mesma medida. Sanções civis costumam funcionar melhor que as penais. Podem inibir a prática do crime porque punem previamente. A medida civil, além de ser uma proteção patrimonial, é tranqüilizadora da exploração da propriedade e dos atos econômicos e empresariais que ali podem ser exercidos. O fato de a invasão ser crime não protege plenamente a Vale. Com o mandado prévio pode ter policiamento e impedir a consolidação do ato que teme. Medida antecipatória.

Por que chegou a esse ponto? Por desmandos absolutos do MST. O Estado é omissivo, faz vista grossa. O direito de propriedade no Brasil vem sendo absolutamente mal protegido. São muitas as reintegrações não cumpridas. É uma política social louca. O juiz decide, mas o Estado-polícia não cumpre.

Justiça proíbe MST e seu líder de incitarem violência contra Vale – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 20/03/2008

Para diretor da mineradora, decisão é "emblemática" por ser a primeira em que dirigente pode ser responsabilizado por atos - Juíza proibiu manifestações violentas contra a Vale sob pena de multa no valor de R\$ 5.000; Stedile tem 15 dias para responder ao processo

A Vale obteve na Justiça uma liminar que proíbe o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e seu principal dirigente, João Pedro Stedile, de incitarem ou fazerem manifestações violentas contra as instalações da empresa ou que interrompam suas atividades, sob pena de multa de R\$ 5.000.

A decisão é da juíza Patrícia Rodriguez, da 41ª Vara Cível da Capital, no Rio. O diretor de Meio Ambiente da Vale, Valter Cover, afirmou que a decisão é "emblemática" por ser a primeira ação da empresa contra o MST em que Stedile pode ser responsabilizado pelos atos do movimento. "Esperamos que as autoridades, tanto do plano federal como do estadual, compreendam que já foi reconhecido que a organização age num plano maior contra as empresas. Esperamos que suba a maneira de enfrentamento político dessas organizações", afirmou.

Nos últimos meses, a empresa foi alvo de oito invasões. Na decisão, a juíza diz que movimentos sociais como MST, Via Campesina e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) invadiram e paralisaram a obra da hidrelétrica de Estreito, construída por um consórcio do qual a Vale faz parte.

Menciona ainda que integrantes do MST bloquearam a estrada de ferro Vitória-Minas, impedindo o transporte do minério de ferro, além de terem invadido uma unidade da Ferro Gusa Carajás, no Maranhão.

Segundo a juíza, o fato de o MST não possuir uma personalidade jurídica não impede a participação do movimento em processo judicial, já que pode ser representado pelo dirigente João Pedro Stedile.

Segundo Cover, a Vale tem pedidos de prisão preventiva de dirigentes regionais do movimento que ainda não foram analisados pela Justiça. O diretor disse também que a empresa sofria "ameaça concreta" de uma nova ocupação em Paraopebas, no Pará, da Estrada de Ferro Carajás em 7 de abril. "Estão chamando esse movimento de "a mãe de todas as lutas". Diante disso precisamos recorrer à Justiça porque as invasões têm sido feitas com atos de violência", disse.

O dirigente do MST foi notificado na tarde de ontem e terá 15 dias para responder ao processo. Stedile disse que a medida tomada pela mineradora é "desesperada", que ela não o "surpreende" nem contém os integrantes do movimento.

Em nota, a empresa afirmou ter investido US\$ 4 bilhões no Pará em 2007 e que os planos incluem investimentos de mais US\$ 20 bilhões de 2008 a 2012 no Estado. Das 62 mil vagas que planeja criar até 2012, 35 mil serão no Pará, diz a Vale.

"Ficamos mais bravos ainda" depois da medida da mineradora, afirma Stedile – Raphael Gomide – Folha de São Paulo – 20/03/2008

O líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile afirmou que a decisão obtida na Justiça pela Vale, de multá-lo em caso de invasão ou depredação de dependências da mineradora, é "uma medida desesperada", que não terá o efeito pretendido, pois deixou-os "mais bravos ainda".

Stedile foi o convidado para dar a aula magna que marcou oficialmente o início do ano letivo na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Discursou e respondeu a perguntas de cerca de 200 pessoas, ao lado do reitor da universidade, Aluizio Teixeira. Foi aplaudido de pé e muito elogiado por Teixeira, professores e estudantes.

O líder do MST afirmou que a medida obtida pela mineradora na Justiça do Rio ontem não o "surpreende" nem contém os integrantes do movimento. "É uma medida desesperada da Vale, que sabe estar em dívida com o povo, que luta para reestatizá-la e a pressiona para cumprir suas obrigações e abandonar seu projeto contra o meio ambiente. Na verdade, essa decisão não nos refreia: ficamos mais bravos ainda", afirmou o dirigente.

João Pedro Stédile disse que a Vale recorreu a "métodos do tempo da ditadura", de "repressão", contra o MST. "São falsos mecanismos judiciais. Eles realmente acham que uma multa de R\$ 50 mil contra mim vai convencer o povo a não parar trem no Pará?", questionou o líder do MST. De acordo com ele, a Vale "vive com paranóias, porque tem culpa no cartório e entende que o povo só se mexe com um motivo justo". "Eles que procurem descobrir por que o povo está assim", afirmou.

Vale consegue liminar para barrar MST – O Globo – Capa – 20/03/2008

A mineradora Vale obteve liminar impedindo o MST e seu coordenador, João Pedro Stédile, de incitar ou praticar atos violentos contra a empresa. Desde março de 2007, houve oito invasões de sem-terra a instalações da Vale. Página 3

Vale 'enquadra' MST e Stédile - Itala Maduell – O Globo – O País – 20/03/2008

Depois de seguidas invasões de suas instalações pelo MST e da demora do governo federal e estaduais para agir, a mineradora Vale obteve, na 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, liminar que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a empresa e de interromper suas atividades em todo o país, sob pena de multa de R\$ 5 mil por ato violento ou interrupção.

A Vale classificou a liminar de “emblemática”. Stédile reagiu ameaçando não cumprir a ordem judicial.

A decisão da Justiça vale para todo o país e cita nominalmente o MST — que não existe judicialmente e, portanto, não seria passível de punição — e seu representante. A juíza Patrícia Rodriguez Whately entendeu que “o fato de o MST não possuir personalidade jurídica não impede sua participação em processo judicial, devendo seu dirigente nacional representá-lo”. Afirma ainda que não importam “os motivos que levaram os integrantes do primeiro (MST) a realizarem tal tipo de manifestação (atos violentos), mas sim se é permitido esse tipo de protesto em um estado democrático de direito”.

— A Vale tem proposto ações possessórias, mas, diante dos recorrentes atos de hostilidade do MST, decidiu ir mais fundo e partiu para esta ação de amplo espectro. Mostramos que o MST, coordenado por Stédile, vem tomando uma série de atitudes contra a Vale, incitando seus membros a perturbar o desenvolvimento das atividades da Vale, tentando obstruir linhas férreas, invadindo instalações ou se apoderando de bens. A juíza acatou a argumentação — disse o advogado Sérgio Bermudes, que propôs a ação.

A Vale informou que tomou a decisão de buscar a Justiça devido aos ataques sucessivos do MST contra a empresa. Foram oito invasões desde março do ano passado. Há ameaças de nova invasão nas instalações da Estrada de Ferro Carajás (EFC) em Parauapebas, no Pará.

Em seu despacho, a juíza afirma que o MST e seus integrantes têm o direito de se expressar “acerca dos atos que consideram impróprios e prejudiciais às pessoas, inclusive de realizar manifestações a respeito.

No entanto, devem observar os ditames da Lei Maior (Constituição), realizando tais manifestações de modo pacífico e sem causar turbacão ou esbulho à posse alheia, nem impedir a consecucão das atividades de qualquer empresa”.

Vale: ‘dificuldades’ com a polícia

O diretor de Meio Ambiente e Projetos Institucionais da Vale, Walter Cover, elogiou a atuação da Justiça nos conflitos envolvendo a empresa e movimentos sociais, mas foi crítico em relação às polícias e aos governos.

— Essa é uma liminar emblemática.

A Justiça tem sido muito incisiva.

No campo policial é que existe dificuldade.

Agora, é a vez de o Estado agir. Se não agir, é caso de desobediência civil — afirmou, citando a ameaça de nova invasão no Pará.

'Multa contra mim é uma idiotice' – O Globo – O País – 20/03/2008

Stédile diz que ações do movimento não vão parar e faz ameaças

Notificado ontem da decisão da Justiça do Rio, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, disse que a medida judicial obtida pela Vale não vai alterar a ação do movimento e classificou a multa de idiotice.

— Não vai mudar de jeito nenhum. Nós ficamos mais bravos ainda.

Eles vivem com essas paranóias porque têm culpa no cartório — afirmou Stédile, que ironizou: — Deveriam contratar um especialista em movimento social para compreender que ninguém se mobiliza contra uma empresa, uma área de latifúndio, se não tiver uma razão. Eles que procurem descobrir por que é que o povo lá do Pará, vira e mexe, pára o trem. Eles que pesquisem isso e parem de usar esses métodos que são da época da ditadura.

Ele afirmou não ter se surpreendido com a ação, que classificou de “medida desesperadora da direção, que está em dívida com o povo brasileiro”.

— O seu (Roger) Agnelli (presidente da Vale) é um preposto do Bradesco, mas a Vale pertence ao povo brasileiro. Então ele tem todo o direito de esperar. E nós temos o direito de continuar a luta para reestatizar a Vale. A Vale está em dívida com várias comunidades onde atua, não honra suas obrigações.

Nós só fizemos essas ações para pressionar a Vale a cumprir suas obrigações e abandonar projetos prejudiciais ao meio ambiente — disse Stédile.

“Multar a mim não vai convencer o povo a não parar o trem” Stédile, que participou ontem de aula magna no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, Zona Norte do Rio, afirmou ainda que tem muitas muito mais altas em outros processos e que multar o MST para tentar conter o movimento “é uma idiotice”: — Você acha honestamente que é o fato de ter uma multa de R\$ 50 (na verdade, R\$ 5 mil) contra mim que vai convencer o povo do Pará a não parar o trem? Isso é uma idiotice.

O MST divulgou nota no fim da tarde sobre a liminar, afirmando que a diretoria da Vale “deveria trabalhar para resolver os problemas sociais e ambientais das áreas onde está instalada, prejudicando comunidades em Minas Gerais, Maranhão e Pará, em vez de criar obstáculos para a realização de manifestações legítimas que fazem parte da democracia”.

O MST destaca que é um movimento formado por trabalhadores rurais sem-terra em 24 estados do país que se organizam para lutar pela reforma agrária, por direitos sociais e transformações estruturais que criem condições para o desenvolvimento social e igualdade.

Vale obtém liminar que proíbe o MST de ocupar suas instalações – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008

A Vale informou ontem que obteve uma liminar que proíbe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como seu principal dirigente, João Pedro Stédile, de incitar e promover a prática de atos violentos contra as suas instalações. A decisão também determina que o movimento e Stédile se abstenham de praticar atos que interrompam as atividades da empresa. A liminar foi concedida pela 41ª Vara da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.

Segundo a empresa, a participação do MST no processo deve ser representada por Stédile, já que o movimento não tem personalidade jurídica. A companhia informou que tomou a decisão de buscar essa garantia na Justiça em razão das sucessivas ocupações que a empresa vem sofrendo pelo MST desde o início do ano passado. Segundo a empresa, foram oito ocupações desde março de 2007. A nota diz ainda que Stédile já foi citado na ação judicial e tem prazo de 15 dias para apresentar sua contestação.

A empresa diz que investiu em 2007 cerca de US\$ 4 bilhões no Pará. Entre 2008 e 2012, serão aplicados no Estado mais US\$ 20 bilhões. Dos 62 mil empregos que a Vale vai gerar entre 2008 e 2012 em todo o mundo, 35 mil, mais da metade, estarão no Pará. A companhia diz que veículos de imprensa anunciam nova ação do MST em instalações da Vale, na Estrada de Ferro Carajás, no Pará. Em nota, o MST diz que as atividades da Vale têm prejudicado comunidades em Minas Gerais, Maranhão e Pará e que o movimento se organiza pela reforma agrária e direitos sociais.

Agressão à lei – O Globo – Opinião – 21/03/2008

Aliminar concedida pela juíza Patrícia Rodriguez Whateley, da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, contra o coordenador geral do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, é um alento, por reafirmar o papel do Poder Judiciário como zelador do estado de direito, função essencial na defesa do regime democrático.

Mas também representa uma prova para as instituições, por enquadrar um movimento político com ramificações dentro da máquina pública, aparelhada por militantes com espaço no arco de alianças que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência.

Emitida a pedido da Vale, o mais recente alvo preferencial de atos violentos do MST e aliados, a liminar obriga o Estado a evitar que Stédile continue a incitar seguidores a

investir contra a empresa, vítima de algumas invasões com depredações nos últimos meses e ameaçada de ser novamente atacada no início de abril, quando a estrada de ferro de Carajás, por onde a empresa escoia milhões de toneladas de minério de ferro, poderá ser mais uma vez paralisada.

Faz tempo que o MST se descolou da questão da reforma agrária e se converteu em uma organização política radical, semiclandestina, com uma face legal representada por organismos ditos sociais, usados para receber recursos públicos que terminam financiando operações ilegais, e uma outra face, operacional, patrocinadora de ações que começam a ganhar roupagem de terrorismo .

Ao enquadrar Stédile — deixando de lado o fato de o MST, malandramente, não ter existência legal, para evitar ações judiciais —, a juíza contrapôs a Constituição a esse movimento infiltrado em governos e que age à margem da lei e contra ela, financiado pelos contribuintes brasileiros, à revelia deles. Veremos se as diversas instâncias de governo, que devem coibir — mas não o têm feito — ações de bandoleiros do MST, desobedecerão à lei.

Pois de Stédile a resposta já foi dada: descumprirá, como sempre, esta e qualquer outra determinação que venha do poder constituído.

Chegou-se, portanto, a um divisor de águas: ou o presidente Lula, ministros e a governadora do Pará, Ana Júlia, desconsideram a Justiça, e, assim, Stédile terá campo livre para escalar na sua agressão ao direito de propriedade, entre outros, e com isso estarão rasgando a Constituição; ou, afinal, farão cumprir a lei, como é do seu dever.

Dependerá do desfecho desse caso um alerta para a sociedade se preparar para tempos difíceis, em que a ordem constituída será cada vez mais desrespeitada pelas próprias autoridades.

Não parece ser esta a postura de Lula, mas depende muito dele a preservação da segurança jurídica no país, sem o que todo o avanço econômico e social ocorrido nos últimos anos se perderá

Sem-terra antecipam 'abril vermelho' em SP – Estado de São Paulo – Nacional – 22/03/2008

Cerca de 70 sem-terra ligados ao MST invadiram ontem a Fazenda Esperança, de 470 hectares, em Iepê, no Pontal do Paranapanema (SP). A ocupação foi pacífica. “Estamos antecipando o ‘abril vermelho’”, afirmou Sérgio Pantaleão, coordenador do MST. No mês que vem, os sem-terra prometem fazer outras invasões, de caráter seletivo, com menos áreas ocupadas, explica Pantaleão. A Esperança foi a terceira fazenda invadida na região em menos de uma semana. No último fim de semana, os sem-terra ocuparam as fazendas Alvorada, em Presidente Epitácio, e Macaé, em Andradina.

MST faz a 20ª invasão do ano no Pontal e antecipa "abril vermelho" – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008

Pouco mais de um mês após as invasões em 14 fazendas no Pontal do Paranapanema (oeste de SP), durante o "Carnaval Vermelho", a ala do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) liderada por José Rainha Jr. invadiu, na madrugada de ontem, a fazenda Esperança, em Iepê. Em 37 dias, é a segunda vez que a propriedade é invadida.

Segundo o MST, 80 militantes entraram no imóvel -a Polícia Militar disse que 40 pessoas estavam na área na manhã de sexta e que não houve destruição de cercas. Foi a 20ª invasão no Pontal neste ano e a 17ª de grupos ligados a Rainha, que, mesmo afastado pela direção do MST, atua em nome da sigla.

O proprietário não foi localizado pela reportagem.

Segundo o coordenador do MST Sérgio Pantaleão, a invasão antecipa o "abril vermelho" (quando o MST intensifica protestos para lembrar o massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás, em abril de 1996). Ele disse que o objetivo é protestar contra o governo de José Serra (PSDB), que enviou à Assembléia projeto que regulariza áreas suspeitas de serem devolutas no Pontal.

O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, Gustavo Ungaro, afirmou que, ao aderir ao projeto, o proprietário cederá parte de sua área para fins de reforma agrária em troca da legalização da titularidade. **(CRISTIANO MACHADO)**

Assentamento do Incra é origem de parte da madeira – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008

Parte da madeira ilegal extraída no Pará tem origem em assentamentos rurais criados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nos últimos três anos.

A afirmação é do Ministério Público Federal no Estado, que aponta que, em pelo menos 25 municípios do oeste do Pará, há 107 assentamentos irregulares.

Segundo o órgão, a área destinada pelo Incra em Santarém a projetos sem licença ambiental é de cerca de 56 mil km² -maior que o Estado do Rio.

A suspeita é que muitos desses projetos foram criados por interesses de madeireiras. As denúncias feitas pela Procuradoria levaram a Justiça Federal a determinar, em fevereiro, o bloqueio dos bens e a quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos de nove pessoas acusadas de responsabilidade no caso, entre elas o ex-superintendente do Incra em

Santarém, Pedro de Santana. A Justiça determinou ainda a suspensão dos R\$ 18,6 milhões destinados à construção de estradas em 15 assentamentos. As investigações apontam que esses projetos de reforma agrária se localizam em áreas de mata virgem. O Incra disse, por meio de sua assessoria, que não iria se pronunciar.

Sem-tora desmatam áreas no Pará a serviço de madeireira, diz secretaria – Folha de São Paulo – Brasil – 22/03/2008

Grupos de posseiros simulam integrar movimentos sociais para invadir terras

A extração ilegal de madeira no Pará e a omissão do poder público em relação à atividade nos últimos anos possibilitaram o surgimento de grupos de posseiros, conhecidos como sem-tora, especializados em invadir terras e desmatar a serviço de madeireiras no Estado.

Os sem-tora, assim chamados porque nunca ficam com a madeira extraída, se passam por membros de movimentos de trabalhadores rurais sem terra e invadem áreas de florestas intactas com o objetivo de fornecer matéria-prima para as madeireiras. Estas, segundo a Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), financiam a estrutura da ação - fornecendo equipamentos como motosserras e caminhões.

Após devastar a área, muitas vezes os sem-tora atuam como grileiros, vendendo as terras degradadas pela ação.

"Há casos em que eles invadem territórios com até 300 homens. São desempregados pagos pelas madeireiras e que contam com logística cara", diz o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega.

Em Tailândia (218 km de Belém), onde, em fevereiro, houve conflito entre população e fiscais de órgãos ambientais por causa da apreensão de madeira, uma área está invadida por sem-tora desde janeiro de 2007. A propriedade, de 2.500 hectares, pertence a Armando Zurita Leão, professor da UFPA (Universidade Federal do Pará). Ele diz ter sido expulso da área e que um empregado foi ameaçado e teve a casa incendiada por invasores. "Tínhamos uma área nativa com mais de 10 mil árvores. Nunca derrubamos nada. Eles chegaram e começaram a devastar", disse o proprietário.

Já no município de Breu Branco (376 km ao sul de Belém), sem-tora promoveram dez invasões à fazenda Reflorestamento Água Azul 2, da empresa Globe Metais. A área possui 11,2 mil hectares -a última invasão, que contou com cerca de 50 pessoas, terminou no final de 2007.

Durante as invasões, a empresa afirma ter registrado 70 boletins de ocorrência, que resultaram em três inquéritos policiais.

De acordo com a Globe, cerca de 30 mil metros cúbicos de madeira em tora foram cortados ilegalmente no local, dos quais 20 mil foram roubados em 40 dias -o que encheria 40 caminhões de toras por dia.

Segundo o subcomandante da PM em Tailândia, Robson Martins de Oliveira, ações de sem-tora se tornaram comuns por conta da degradação das áreas florestais no Estado. "Muitos desses invasores se tornam grileiros. É difícil identificá-los e reprimir as ações, porque estão em áreas grandes, dispersos e misturados com outros movimentos", afirmou. **(FG E MP)**

Perícia conta prejuízos em fazenda invadida – Estado de São Paulo – Nacional – 23/03/2008

Peritos do Instituto de Criminalística concluíram o levantamento dos prejuízos que teriam sido causados por sem-terra que invadiram a Fazenda Macaé, em Andradina (SP), no último dia 15. Segundo os donos da fazenda, os sem-terra arrancaram 6 mil pés de cafés e mataram 600 cabeças de gado, causando danos de R\$ 500 mil. Os sem-terra, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar invadiram a fazenda em protesto contra liminar do Tribunal Regional Federal que bloqueou o decreto expropriatório assinado pelo presidente Lula em 2007. Eles saíram da área no dia 16.

Fazendeiros reforçam segurança no Pontal – Estado de São Paulo – Nacional – 24/03/2008

Fazendeiros do Pontal do Paranapanema (SP) estão contratando seguranças depois que o Movimento dos Sem-Terra retomou as ocupações na região e suas lideranças prometeram reeditar o “abril vermelho”, com nova onda de invasões. “Não adianta entrar com ação de reintegração de posse”, criticou Rodrigo Macedo, dono da Fazenda Iara, que contratou quatro seguranças.

A safra brasileira da cana em 2005 foi de 386 milhões de toneladas. Desde então, com o aumento dos incentivos do governo para a produção de etanol, este número teve um aumento impressionante.

Previsões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que em 2008 o Brasil deve produzir cerca de 561 milhões de toneladas de cana. Em 2008, estima-se que a safra terá um aumento de 9,3% em relação a 2007.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se as denúncias de violações de leis trabalhistas e ambientais no setor sucroalcooleiro. Este tema será discutido durante a 30ª Conferência Regional da FAO (Food and Agriculture Organization) para América Latina e Caribe, que acontecerá em Brasília de 14 a 18 de abril. Organizações sociais de diversos países preparam documentos citando os principais problemas do setor, como trabalho escravo, morte de trabalhadores, destruição ambiental e danos à saúde pública.

No Brasil, na medida em que verificamos a expansão da indústria da cana, aumentam seus impactos negativos. Em relação aos danos ambientais, diversos fatos demonstram que os monocultivos de cana expandem-se para áreas de preservação como a Amazônia e o cerrado.

“O crescimento das fazendas coloca em risco regiões ecológicas inteiras, como o cerrado”, afirma um relatório do Programa de Meio Ambiente da ONU (Organização das Nações Unidas).

Outro estudo elaborado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) indica que, a cada ano, são destruídos mais de 20 mil quilômetros quadrados de vegetação no cerrado.

Esta destruição pode comprometer a maior parte dos rios brasileiros, que têm suas nascentes na região.

A monocultura da cana cresce também na Amazônia legal, nos estados de Tocantins, Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Rondônia.

Segundo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), entre 2004 e 2007, a Região Norte registrou o maior índice de crescimento da produção de cana do país.

No Acre, o Ministério Público chegou a suspender a licença ambiental da Usina Álcool Verde por destruir sítios arqueológicos contendo geoglifos, que são enormes estruturas geométricas construídas na Antiguidade.

Há também projetos de usinas no Amazonas, em regiões de floresta nativa às margens da BR-174.

O próprio Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho, tem constatado irregularidades em usinas de etanol na Amazônia e no cerrado. Em março de 2007, o Grupo de Fiscalização em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canavial da usina de álcool Centro Oeste Iguatemi.

Entre eles, havia um grupo de 150 índios.

Em julho de 2007, fideiussórios do Ministério do Trabalho libertaram 1.108 trabalhadores que faziam a colheita da cana na fazenda Pagrisa, em Ulianópolis (Pará). Outro caso ocorreu na Usina Debrasa, quando cerca de 800 indígenas foram encontrados em condições degradantes.

No dia 13 de novembro de 2007, o Grupo Móvel interditou esta usina, que pertence à Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul, em Brasilândia, em Mato Grosso do

Sul. A violação de direitos trabalhistas é comum no setor e ocorre em todas as regiões do país.

Em São Paulo, a Procuradoria Regional do Trabalho ajuizou mais de 40 ações civis públicas contra usinas, somente em 2007. Em 2006, a Procuradoria do Ministério Público fiscalizou 74 usinas no estado e todas foram autuadas.

Em vez de tentar esconder ou minimizar estes fatos, o governo brasileiro deveria implementar políticas agrárias compatíveis com uma nação que respeita suas leis trabalhistas e preserva o meio ambiente. Somente dessa forma será possível conter os riscos do aquecimento global.

Movimentos Sociais bloqueiam rodovia em SP – Sítio eletrônico do MST – 24/02008

Desde a manhã de hoje 24/3, cerca de 500 trabalhadores ligados ao MST e ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), dos estados de São Paulo e Paraná, bloqueiam a rodovia que dá acesso à Usina Hidrelétrica Sérgio Mota, em Porto Primavera, região do Pontal do Paranapanema. Os manifestantes protestam contra a privatização da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), cujo leilão está marcado para o dia 26 de março, na Bovespa.

A Cesp é responsável por 60% da energia gerada no Estado de São Paulo e é a terceira maior do país. Possui seis usinas hidrelétricas nos rios Paraná, Tietê, Paraíba do Sul, Paraibuna e Jaguari. O valor estimado da companhia é de R\$ 12 bilhões, no entanto, o valor mínimo no leilão será de R\$ 6 bilhões.

A Cesp é apenas a primeira empresa estadual a ser privatizada em 2008. No pacote anunciado pelo governo José Serra estão mais 17 estatais paulistas.

O programa de privatizações – continuidade do iniciado por Mario Covas -, só vem a confirmar a aceleração da política do governo estadual na contramão das necessidades da população. Enquanto o governador José Serra doa o patrimônio público para empresas privadas, a população arca com as consequências da falta de investimentos nas áreas da saúde, educação e moradia.

O programa de doação do patrimônio público atinge também a população que vive no campo. O projeto de lei 578/07, apresentado por José Serra à Assembléia Legislativa pretende legalizar a grilagem de terra no Pontal do Paranapanema. Na região, uma das mais atingidas com a privatização, existem famílias acampadas há nove anos.

UFRJ recebe MST para Aula Magna – Aline Durões – Olhar Virtual – Sítio Eletrônico do MST – 24/03/2008

24/03/2008

"O MST já se sente em casa nessa universidade". Foi com essa frase que João Pedro Stédile, economista, ativista social e atual dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), demonstrou a satisfação diante do convite do reitor Aloísio Teixeira para proferir a Aula Magna 2008. O evento, realizado nesta quarta-feira (19), no auditório Roxinho (CCMN), problematizou o tema Terra, saberes e democracia.

Por mais de duas horas, Stédile traçou um histórico da relação do homem brasileiro com a terra e contextualizou as lutas por uma melhor distribuição dos imóveis rurais no país. Para comentar o período pré-colonial, o economista recorreu ao livro *O povo brasileiro*, no qual Darcy Ribeiro explicita que, na visão do índio, a terra era um bem da natureza pertencente a todos. O modo de produção dos nativos era o comunismo primitivo, organizado de tal forma que sequer o conceito de propriedade coletiva existia.

Com a vinda dos portugueses, explica didaticamente Stédile, chega também o Capitalismo comercial que, além de ter destruído as formas naturais da economia nativa, transformou a terra em monopólio da Coroa Portuguesa. O Capitalismo não dividiu as terras. Ele apenas implantou a concessão de uso, e a Coroa passou a ceder porções do território aos portugueses que detinham capital suficiente para investir no cultivo. Instaurou-se então o sistema de plantation, pautado na produção voltada ao mercado externo de uma monocultura cultivada em latifúndios e com a utilização de mão-de-obra escrava, observou.

A partir da implantação da Lei 601/1850, que instituía a terra como uma propriedade privada, e principalmente depois da abolição da escravatura, inicia-se no Brasil uma política de incentivo à imigração que não só trouxe para o país mais de um milhão de imigrantes em um período de trinta anos, como também propiciou o nascimento de uma classe inexistente até então: os camponeses.

Na contramão da maior parte das nações desenvolvidas, que, com o advento do Capitalismo industrial, promoveu reformas agrárias para aumentar o poder de compra do campesinato e aquecer a economia capitalista, as elites brasileiras mantiveram o controle das terras em suas mãos.

Em 1961, Celso Furtado, ministro do Planejamento da época, elegeu a reforma agrária como a saída para a crise do Capitalismo industrial brasileiro. Isso impulsionou o então presidente João Goulart a fazer a lei de reforma agrária que é, até os dias atuais, a legislação mais radical no que tange à terra, conta João Pedro Stédile, ressaltando que essa lei foi um das medidas que impulsionaram como contra-resposta a articulação do golpe militar de 1964.

O controle da terra em tempos de Neoliberalismo

A partir da década de 1990, pontua Stédile, a economia brasileira passa a ser subordinada ao capitalismo financeiro internacional, o que causa significativos impactos sobre o campo. Segundo o economista, as empresas transnacionais controlam, gradativamente, o mercado brasileiro de produtos agrícolas: Essas empresas oligopólicas realizam acordos com os proprietários de terra.

Nesses tratos, eles fornecem a terra para cultivo, enquanto elas fornecem as sementes, os insumos agrícolas e as máquinas. Isso é o que a imprensa chama de agronegócio: um casamento diabólico onde não existe espaço para o camponês e onde a responsabilidade ambiental não é, de forma alguma, prioridade, alerta.

Por conta disso, as multinacionais são, na opinião do MST, os principais atores a serem combatidos no caminho da solução dos problemas de concentração de terra no Brasil. O movimento não encara a atual política de assentamento como uma efetiva reforma agrária. Esses trabalhadores reivindicam a democratização da terra, da água e das sementes, além de defenderem a produção de alimentos saudáveis, isentos dos malefícios causados por agrotóxicos e inseticidas.

Stédile lembrou também que a implantação de pequenas agroindústrias nos assentamentos para proporcionar melhorias na distribuição de renda e na condição de

acesso dos jovens ao mercado de trabalho é outra bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST e a Educação

Ficou claro para o público a dimensão dada pelo MST à Educação. As lideranças do movimento estimulam os trabalhadores a participarem de diversas iniciativas educacionais. Reflexo disso é que existem hoje mais de 2.800 militantes cursando a Graduação e cerca de 180 no Mestrado e Doutorado de universidades brasileiras.

O MST firmou também parcerias com cinco instituições de Ensino Superior com o objetivo de formar uma nova geração de engenheiros agrônomos. As faculdades de Agronomia pouco sabem sobre agroecologia, pois ainda trabalham na lógica das transnacionais. Nossa concepção então é a de unir reforma agrária e conhecimento, destacou Stédile. Na UFRJ, está em discussão a criação de um curso de especialização em Filosofia para os membros do MST.

O reitor Aloísio Teixeira destacou que a escolha de Stédile como personalidade a proferir a Aula Magna, evento que abre oficialmente o ano letivo de 2008, foi um reconhecimento da importância de saberes distintos, que não aqueles produzidos e disseminados na universidade: o que nós, universidade, fazemos não é único. Há uma série de outras formas de conhecimento que não dominamos e que só o faremos quando derrubarmos os muros invisíveis que cercam a universidade.

Do desmatamento ao uso sustentável - Antônio Márcio Buainaim e Bastiaan P. Reydon – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008

O debate sobre o desmatamento da Amazônia e as intervenções do Estado tem sido marcado pelo voluntarismo e visões ideológicas que turvam uma realidade por si só demasiadamente complexa. Não parece haver dúvida sobre a aceleração recente do desmatamento e sobre a necessidade de pelo menos reduzir o ritmo enquanto se criam alternativas de desenvolvimento para a região.

O atual processo de desmatamento da Amazônia não é novo e reproduz, em escala ampliada, a tradicional forma de expansão da fronteira agrícola: ocupação de terras virgens (privadas ou públicas), extração de parte da madeira de lei, desmatamento, criação bovina e agricultura. Inútil tentar criminalizar uma ou outra categoria: do processo participam grandes e pequenos produtores, ricos e pobres, pecuaristas, madeireiros, agricultores e mineradores apoiados pela ação e omissão do Estado e instituições em geral. As atividades que acionam o desmatamento têm raízes locais e nacionais, são relevantes para a economia regional e cumprem múltiplos papéis, da sobrevivência física de milhares de pessoas à geração de renda e legitimação da ocupação de terras com potencial de valorização.

Trata-se, no momento, de um movimento que se auto-reproduz: a simples expectativa de que a fronteira continuará se expandindo é suficiente para estimular a ocupação de novas terras, que se valorizam à medida que vão sendo apropriadas privadamente e incorporadas à produção. Paradoxalmente, o desmatamento, que desvaloriza o patrimônio natural, é instrumento de apropriação privada de bem público e de valorização imediata do preço da terra: trata-se, portanto, de um bom negócio ocupar terras

quase sem custo, desmatá-las e repassá-las adiante após alguns anos de “uso” para legitimar a posse. Há que se ter em conta que a especulação com terras é intrínseca às economias de mercado e é inversamente proporcional à capacidade do Estado de regular os mercados. Como no Brasil a pressão para a ocupação de terras é grande e a capacidade de regulação é mínima, prevalece o incentivo da especulação.

O desmatamento que ocorre prioritariamente em terras devolutas ou públicas só poderá ser coibido quando o Estado assumir, de fato, o papel de regulador da propriedade instituído pela Lei de Terras de 1850 e nunca cumprido. Esta regulação requer o cadastramento de todas as terras, indispensável para viabilizar o apossamento das terras devolutas e para controlar o uso das terras públicas e privadas. Sem cadastro continuará valendo a lei do faroeste, e quem tem a posse física da área tem o “direito” de usufruto e de venda.

Para as terras privadas se têm privilegiado as políticas de comando e controle, isto é, proibições e limitações que demandam fiscalização que o Estado não logra exercer. O Código Florestal de 1965 estabeleceu a obrigatoriedade de manter 50% da área das propriedades na Amazônia na forma de florestas naturais. Em 2001 essa reserva legal foi elevada para 80%, aumentando o custo privado de manter a floresta sem nenhum incentivo, a não ser a ameaça de punição. Como sem o cadastramento, estrutura e instrumentos legais adequados é impossível fiscalizar e fazer valer a legislação vigente, a nova regra só faz estimular o desmatamento para criar o fato consumado e a corrupção. O desafio é superar as políticas de comando e controle e encontrar mecanismos que gerem ganhos para o meio ambiente e para os proprietários (win-win), reduzindo o peso de proibições que não são passíveis de serem cumpridas.

A principal demanda dos proprietários de terras é o estabelecimento de regras claras e estáveis para reserva legal, sejam 50% ou 80%, associadas à possibilidade de flexibilizar a localização das reservas dentro de um território delimitado. Neste caso, um proprietário poderia adquirir uma área de reserva fora de sua propriedade, o que poderia criar valor econômico para a “produção” de florestas. Isso poderia ser utilizado como mecanismo de financiamento e preservação das reservas públicas (parques, Resex e outros): os proprietários poderiam “adquirir” lotes nas reservas e considerá-los como parte de sua reserva legal.

Desenvolvimento exige comando e controle críveis e, principalmente, incentivos. A Amazônia não pode ser tratada como santuário, e um certo grau de desmatamento é inevitável. O alarmante hoje não é o desmatamento, mas a fragilidade do Estado para lidar com o tema.

**Antônio Márcio Buainain (buainain@eco.unicamp.br) e Bastiaan Reydon (basrey@eco.unicamp.br), professores do Instituto de Economia da Unicamp, são pesquisadores do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA-Unicamp)*

MST e sindicato bloqueiam rodovias contra privatização – Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008

Em protesto contra a privatização da Cesp, sem-terra, membros do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e integrantes do sindicato dos eletricitários do Estado bloquearam rodovias interestaduais e promoveram atos públicos ao redor de duas usinas administradas pela estatal.

As manifestações ocorreram nas rodovias que margeiam as usinas hidrelétricas Sérgio Motta (também conhecida como Porto Primavera), em Rosana (762 km a oeste de SP), e a Engenheiro Souza Dias (Jupia), em Castilho (656 km a noroeste de SP). O departamento de Comunicação da Cesp informou que não houve invasão das usinas e que o funcionamento das unidades não foi prejudicado.

Em Rosana, no Pontal do Paranapanema, cerca de 500 membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MAB bloquearam, por quase seis horas, o acesso 79 da rodovia Arlindo Bétio (SP-613), que liga o Estado de São Paulo a Mato Grosso do Sul, causando congestionamento de seis quilômetros nos dois sentidos da pista.

A interrupção do trânsito começou às 9h. Empunhando bandeiras e com palavras de ordem, os sem-terra permaneceram no local até as 14h45, segundo a PM da cidade.

Os manifestantes picharam placas de trânsito com as frases "Fora Serra", em referência ao governador José Serra (PSDB), e "Não à Privatização da Cesp".

Antes de deixar a rodovia, os sem-terra e os militantes do MAB fizeram uma marcha até as proximidades da barragem da usina, mas desistiram ao perceberem o cerco policial.

Cerca de 20 policiais militares e rodoviários acompanharam o protesto, que gerou reclamação de motoristas. Após o desbloqueio da rodovia, militantes do MST e do MAB foram para a praça do distrito de Primavera, em Rosana, participar de outro ato público.

O dirigente nacional do MST Clédson Mendes da Silva, 35, disse que o movimento promoverá novas manifestações caso o governo não cancele o leilão da Cesp, programado para amanhã. "Se isso [o cancelamento] não acontecer, voltaremos a agir", disse Silva, conhecido por liderar, em 2002, a invasão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso em Buritis (MG).

Em Castilho, o protesto foi organizado pelo Sinergia (Sindicato dos Energéticos do Estado) e durou pouco mais de uma hora, segundo o chefe da delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Três Lagoas (MS), Silvio Costa, que comandou o policiamento na divisa dos dois Estados. Segundo ele, "houve tumulto e bate-boca" entre os manifestantes e motoristas que circulavam pelo acesso à BR-262, bloqueada pelos trabalhadores do sindicato.

Assinada MP para regularização fundiária – Sítio Eletrônico do MDA – 25/03/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (25) uma Medida Provisória (MP) que versa sobre a regularização fundiária da Amazônia Legal. Com a nova MP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fica dispensado de realizar licitação para as regularizações fundiárias de propriedades com até 15 módulos fiscais. Cada município tem seu módulo fiscal, que varia de 10 a 100 hectares.

Antes da nova MP, a dispensa de licitação ocorria apenas para as propriedades com até 500 hectares. O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Roberto Kiel, explica que a mudança trazida pela MP era reivindicada pela população da Amazônia. De acordo com o diretor, a medida atenderá cerca de 90% dos posseiros da Amazônia. “Agora eles poderão comprar do governo federal as terras que já ocupavam há anos e não vão precisar de concorrer com outros interessados”, afirma.

Kiel explica que, antes de regularizar a terra, o Incra analisará se a propriedade está cumprindo sua função social, ou seja, se é produtiva, se obedece às legislações trabalhista e ambiental e, ainda, se a posse da área ocorreu de forma mansa e pacífica.

Regularização fundiária - O diretor frisa que a regularização fundiária traz vantagens e obrigações. Ele explica que o proprietário terá seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG) vinculados ao uso da propriedade. “Se for constatado algum descumprimento à legislação ambiental, trabalhista ou à finalidade de uso da terra, o proprietário responderá por isso”, destaca.

Kiel acrescenta que, por outro lado, o proprietário receberá do Incra a Certidão de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e terá sua propriedade incluída no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Isso permitirá a realização de transações imobiliárias (como a venda e o desmembramento do imóvel rural) e possibilitará o acesso às políticas públicas. Entre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Pronaf/MDA).

Direção do BNDES recebe trabalhadores rurais no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008

Depois da manifestação realizada na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na manhã desta quarta-feira, 26/3, uma comissão de trabalhadores rurais ligados a Contag e outros movimentos sociais foram recebidos pela direção do banco.

A pauta apresentada ao diretor de Desenvolvimento Social, Elzio Gaspar, questionava principalmente a expansão da monocultura financiada pelo BNDES do eucalipto e da cana na região sudeste. "Eles assumiram o compromisso de criar um grupo de trabalho para discutir o assunto", contou Paulo Caralo, secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, que participou da audiência no Rio de Janeiro.

Os manifestantes ainda saíram do encontro com outra reunião agendada para o dia 4 de abril, quando a pauta será discutida ponto a ponto. "Queremos criar mecanismos para impedir o financiamento do agronegócio na região que desprezam as questões sociais, ambientais e trabalhistas", declara Caralo.

Pró-agricultura familiar - Durante o encontro, os manifestantes ainda expressaram como se sentem desprezados pelo Banco em relação aos investimentos e empréstimos dos projetos ligados a agricultura familiar e a reforma agrária. "Estamos reivindicando também recurso para a região".

A manifestação contou com a participação de aproximadamente 400 trabalhadores rurais de diferentes movimentos sociais dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Juntos, eles lutam contra a ordem de prioridade nos financiamentos do BNDES que vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado.

Trabalhadores rurais fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008

Centenas de trabalhadores rurais e representantes de movimentos sociais devem participar hoje (26), a partir das 10h, no Rio, de manifestação na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os manifestantes fazem parte da Rede Alerta contra o Deserto Verde Fluminense e de movimentos sociais de luta pela reforma agrária, entre eles, a Contag e a Fetag/RJ. O protesto é contra a ordem de prioridade nos financiamentos do BNDES, que, de acordo com os manifestantes, vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado. Uma comissão será recebida, em audiência já agendada, pela presidência do BNDES. Nela, será entregue uma carta aberta, com as reivindicações dos trabalhadores

Sem-terra invadem prefeitura no interior de SP – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

Cerca de 80 integrantes do MST participaram da invasão à Prefeitura de Borebi (311 km de SP), segundo a polícia. O prefeito Luiz Antônio Finotti Daniel (PTB) disse que a ação foi vandalismo. "Quebraram a frente da prefeitura, ventiladores, taças esportivas." Segundo ele, o motivo da invasão foi o fato de o veículo que leva as crianças do acampamento sem terra à escola estar em manutenção. A Folha não conseguiu falar com o MST.

MP altera legislação fundiária na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

Assinada ontem pelo presidente Lula, a décima medida provisória deste ano amplia de 500 hectares para até 1.500 hectares as propriedades fundiárias na Amazônia Legal passíveis de regularização sem a necessidade de licitação. A dispensa abrange áreas de até 15 módulos fiscais. De acordo com o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Roberto Kiel, a MP poderá legalizar cerca de 90% dos posseiros da região.

Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

Trabalhadores atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar no interior de Goiás - Segundo a pasta do Trabalho, funcionários ocupavam alojamentos precários, com falta de ventilação e sujeira

O grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou 421 trabalhadores em condições consideradas degradantes, em Quirinópolis (GO), sul do Estado.

O ministério diz ter resgatado os trabalhadores. Originários na maioria de outros Estados, atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar, em frentes de trabalho da empresa Agropecuária Campo Alto, sociedade anônima dirigida por um conselheiro da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). A ação ocorreu na última quinta-feira.

Segundo a Superintendência Regional do Trabalho, os funcionários moravam em alojamentos precários, com problemas como falta de ventilação e sujeira. Bares chegaram a ser adaptados como moradias, de acordo com a auditoria. A empresa nega que tenha havido resgate e diz que a situação precária era restrita a poucos trabalhadores. O diretor da Agropecuária é Hermínio Ometto Neto, membro do conselho deliberativo da Unica. A Agropecuária Campo Alto é ligada à Usina São João, que tem sede em Araras, interior paulista.

De acordo com a auditoria do Ministério do Trabalho, os funcionários da lavoura em Quirinópolis tinham carteira assinada, mas eram recrutados por "gatos" (aliciadores de mão-de-obra), que eram funcionários contratados pela empresa. Os "gatos" providenciavam a moradia, segundo o ministério.

Segundo o relato de fiscais, os trabalhadores rurais moravam em locais pequenos com um número excessivo de pessoas. O coordenador da ação, Welton Oliveira, diz ter flagrado uma casa de dois quartos e um banheiro onde viviam 18 pessoas. Segundo ele, as casas não passavam por limpeza. De acordo com o ministério, eles vieram principalmente de Minas Gerais e Maranhão e foram contratados de novembro de 2007 a fevereiro deste ano.

Segundo o Ministério do Trabalho, o caso é considerado um resgate de trabalhadores porque houve a interrupção de uma situação degradante.

No ano passado, o setor sucroalcooleiro concentrou resgates de trabalhadores em condição degradante. Mais da metade -53%- dos 5.877 dos empregados encontrados trabalhava com cana-de-açúcar.

Trabalhador anda 40 km para relatar "escravidão" – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008

Uma suspeita de escravidão por dívida e de trabalho degradante em uma propriedade rural de Alta Floresta (MT) levou à prisão em flagrante do dono da fazenda -o que nunca havia ocorrido até então no Estado.

O Ministério Público do Trabalho só teve conhecimento da situação na fazenda depois que um dos trabalhadores abandonou seu alojamento e andou -sem água ou comida- cerca de 40 km em um atalho aberto no meio da mata fechada para fazer a denúncia. De acordo com seu relato, ele e dois colegas só poderiam ir embora depois de pagar, com trabalho, alimentos comprados pelo proprietário.

O procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes afirmou que, ainda assim, a travessia não pode ser considerada uma fuga, já que o fazendeiro Altair Vezentin não o impediu fisicamente de ir embora, apenas o obrigou a andar pela floresta para fazê-lo. "[Vezentin] Disse que ele [trabalhador] poderia ir, mas os outros dois deveriam ficar para garantir o pagamento do que ele havia comprado para eles comerem, uns R\$ 400 em arroz, café, açúcar e óleo", afirmou o procurador.

Antes uma das principais modalidades de trabalho análogo à escravidão, a ligação por dívida é hoje uma prática raramente encontrada pela fiscalização. Normalmente, as péssimas condições de alojamento e alimentação é que acabam por configurar o crime. A discórdia entre os três e o empregador começou quando eles perceberam que o trabalho combinado -preparar o campo para a pecuária- seria mais complicado do que parecia. Eles tentaram então negociar um pagamento mais alto, o que foi negado pelo fazendeiro, segundo a Procuradoria.

A denúncia foi feita no dia 17 e o procurador chegou ao alojamento no último dia 20, quando, com dois policiais, prendeu Vezentin -que já foi liberado.

Gomes disse que os trabalhadores banhavam-se e bebiam a água de um riacho. Como banheiro, usavam a floresta. Ficavam em uma barraca cujo teto era de plástico. A Folha ligou para a casa de um irmão de Vezentin, mas não encontrou o fazendeiro. Uma cunhada disse que ele nega a suspeita. Ele também pode ser indiciado por aliciamento de trabalhadores.

MST é condenado por desvio de verbas de alfabetização – O Globo – Capa – 28/03/2008

Entidade controlada por sem-terra terá de devolver R\$ 4,4 milhões A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade controlada pelo MST, foi condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a devolver R\$ 4,4 milhões ao governo federal. O dinheiro fora repassado pelo Ministério da Educação para a alfabetização de 30 mil jovens e adultos e a formação de dois mil alfabetizadores em assentamentos.

Após auditoria e processo, o TCU concluiu que a entidade repassou dinheiro para secretarias regionais do MST, o que é ilegal, e também não conseguiu comprovar que deu os cursos de alfabetização. Foi considerado ilegal ainda o gasto de R\$ 159 mil em diárias para participantes de um seminário.

A Anca nega irregularidades. Página 3

MST terá de devolver R\$ 4,4 milhões da educação - Demétrio Weber – O Globo – O País – 28/03/2008

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade controlada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), a devolver ao governo federal R\$ 4,4 milhões, em valores atualizados. O dinheiro foi repassado pelo Ministério da Educação para a alfabetização de 30 mil jovens e adultos, incluindo a formação de dois mil alfabetizadores em assentamentos de 23 estados. O convênio fazia parte do programa Brasil Alfabetizado e foi celebrado em 2004. O tribunal também aplicou multa de R\$ 30 mil ao então presidente da Anca, Adalberto Floriano Greco Martins.

O TCU concluiu que a Anca — o braço formal do MST para assinar convênios com governos estaduais e federal — cometeu pelo menos duas irregularidades: não comprovou a realização dos cursos de alfabetização e descentralizou a execução do convênio, transferindo recursos para secretarias estaduais do MST. Os auditores consideraram ilegal ainda o gasto de R\$ 159 mil em diárias para participantes de um seminário de avaliação do programa.

O acórdão que determina a restituição do dinheiro e aplica a multa foi aprovado pela segunda turma do tribunal, no último dia 18. O ex-presidente Martins não se manifestou e acabou julgado à revelia.

O advogado da Anca, Elmano de Freitas da Costa, negou qualquer irregularidade e disse que a entidade vai recorrer ao próprio TCU. Ele disse desconhecer que o então presidente tenha sido intimado: — É preconceito ideológico. A Anca está sendo condenada porque alfabetizou pessoas que participam do MST — disse ele ao GLOBO.

Sem cadastro de alunos e frequência

A auditoria do TCU constatou a inexistência de cadastro de alunos, de controle de frequência, de lista dos assentamentos onde os cursos teriam sido oferecidos e relatórios de atividades. “É impossível, com base nas prestações de contas, avaliar a realização do objeto”, escreveram os auditores.

O TCU condenou também a descentralização dos recursos destinados à Anca. Dos R\$ 3,8 milhões que a entidade recebeu, segundo o tribunal, R\$ 3,6 milhões teriam sido transferidos às secretarias estaduais do MST. Para o TCU, o procedimento é ilegal, pois não

estava previsto no convênio e a lei determina que o dinheiro seja sacado apenas para pagar despesas de execução do projeto.

Em setembro de 2004, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do MEC, transferiu a primeira parcela do convênio — R\$ 2,28 milhões em valores da época. Em dezembro do mesmo ano, liberou mais R\$ 1,52 milhão, totalizando R\$ 3.801.600. Segundo o tribunal, a correção monetária e os juros elevam o montante para R\$ 4,4 milhões.

Na prestação de contas que apresentou ao TCU, a Anca listou os alfabetizadores que recebiam a bolsa auxílio paga pelo programa e os extratos da conta geral da entidade, que registra apenas as transferências para as secretarias regionais.

Não há documentação que mostre como o dinheiro foi gasto nos estados.

“Na ponta, ou seja, na execução do convênio, movimentação financeira se fez livre de controle”, concluiu a auditoria.

O TCU entendeu também que o Brasil Alfabetizado não deveria ter firmado parceria com entidade que não tem condições de prestar o serviço, a não ser mediante terceirização.

Os auditores estranharam que até mesmo em São Paulo, sede da Anca, o dinheiro tenha sido repassado à Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado de São Paulo, cujo endereço, segundo o TCU, é o mesmo do escritório da secretaria regional do MST paulista.

Entidade nega os repasses

O Brasil Alfabetizado estipulava que a carga horária dos cursos deveria ser de 240 a 320 horas/aula, durante seis a oito meses, com pelo menos dez horas semanais. O pagamento aos alfabetizadores deveria sofrer descontos, caso a evasão superasse 10%. Na prestação de contas da Anca, porém, os pagamentos são uniformes. Tampouco há registro de frequência nos cursos de formação de alfabetizadores, segundo a auditoria.

A Anca nega que tenham ocorrido repasses ao MST, alegando que o movimento de sem-terra não é pessoa jurídica. O advogado Costa disse que foram firmadas parcerias com entidades estaduais. A Anca diz que 90% dos alunos foram alfabetizados e que os auditores encontraram somente irregularidades formais.

— Nossa principal alegação é que há, nos autos, comprovação inequívoca de que as pessoas foram alfabetizadas e, portanto, não há que se falar em dano ao erário. O recurso do Brasil Alfabetizado tinha um objetivo: alfabetizar pessoas e elas foram. Toda e qualquer irregularidade apontada é formal — disse o advogado, afirmando que a lista dos alunos existe e será apresentada no recurso.

Na tomada de contas, o TCU voltou a analisar o convênio e reafirmou que não há evidências de que os cursos tenham sido oferecidos. O Ministério Público junto ao TCU concordou com o voto do ministro Benjamin Zymler. “O que caracteriza o débito é a ausência de elementos que comprovem a consecução das metas do convênio. Ao contrário do declarado, a defesa não trouxe qualquer novo elemento que pudesse contribuir na formação de entendimento no sentido da execução regular do objeto do convênio”, concluiu o TCU.

A auditoria foi realizada a pedido da CPI da Terra, do Congresso. No ano passado, após constatar fraudes no Brasil Alfabetizado, o MEC deixou de firmar convênios com ONGs, canalizando os recursos para prefeituras e governos estaduais.

TCU condena MST por desviar verba para educação - Fausto Macedo – Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2008

Auditoria constatou que R\$ 4,4 milhões destinados à Anca em 2004 para o Brasil Alfabetizado foram repassados ao Movimento dos Sem-Terra

Acusada de desviar R\$, 4,4 milhões em recursos públicos, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade ligada ao Movimento dos Sem-Terra (MST), foi condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a devolver o montante aos cofres públicos. “Nas unidades beneficiárias dos repasses a movimentação dos recursos se fez livre de controle”, concluiu o TCU.

O repasse foi feito pelo Ministério da Educação, no primeiro governo Lula, em 2004, por meio de convênio para execução do programa Brasil Alfabetizado. O objetivo era a alfabetização de 30 mil jovens e adultos assentados, além da capacitação de 2 mil professores em 23 Estados.

O TCU impôs multa de R\$ 30 mil a Adalberto Floriano Greco Martins, ex-presidente da Anca. Ele tem 15 dias para comprovar o recolhimento ao Tesouro. A cobrança judicial foi autorizada. Cópia da decisão foi encaminhada à Procuradoria da República em São Paulo. A condenação foi decretada pela Segunda Turma do TCU. Cabe recurso.

A auditoria constatou que parte da verba destinada ao Brasil Alfabetizado foi repassada para setores administrativos do MST. “De fato, não havia previsão no plano de trabalho ou no termo de ajuste para que os recursos fossem distribuídos às secretarias estaduais do MST”, advertiu o ministro Benjamin Zymler, relator do processo no TCU. A Anca atua em parceria com o MST para celebração de convênios com a administração pública federal e nos Estados.

CONTA ESPECÍFICA - O ministro destacou que os recursos só poderiam ser sacados da conta bancária específica para pagamento de despesas previstas no plano de trabalho, “devendo sua movimentação realizar-se exclusivamente mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central em que fiquem identificados sua destinação e, no caso de pagamentos, o credor”.

“À descentralização irregular dos recursos soma-se, ainda, a inexistência de documentos aptos a demonstrar a efetiva execução do objeto pactuado, tais como extratos bancários que retratem a movimentação financeira nas secretarias estaduais, cadastro de educadores e alunos, listas de presença, relatórios de atividades desenvolvidas e de resultados”, anotou Zymler.

O ministro acrescentou: “A prestação de contas apresentada compõe-se apenas de relações nominais assinadas pelos beneficiários da bolsa-auxílio e de extratos bancários da conta do convênio em nome da Anca, com os lançamentos dos valores distribuídos. Nas

unidades beneficiárias dos repasses, porém, a movimentação dos recursos se fez livre de controle.”

O Brasil Alfabetizado previa carga horária da alfabetização entre 240 e 320 horas-aula, de 6 a 8 meses de duração - carga horária semanal mínima de 10 horas. “Na prestação de contas do convênio não há nenhum documento pelo qual se possa aferir os números executados”, afirma o relator. “Não há listas de presenças em cursos de capacitação uniformes e não há indicação de qualquer mecanismo de controle de frequência de alfabetizados e alfabetizadores.”

Advogado vê 'grande injustiça' – Estado de São Paulo – Nacional – 29/03/2008

A direção do MST não se manifestou sobre a auditoria do TCU. Elmano de Freitas da Costa, advogado da Anca, avalia que o tribunal “cometeu uma grande injustiça”. Costa afirmou que a entidade vai recorrer da condenação. “A Anca mantém em seus arquivos, e já colocou à disposição do TCU, a relação completa de 27 mil alunos alfabetizados”, declarou o advogado.

Ele anotou que Anca é uma associação sem fins lucrativos que desenvolve trabalho assistencial e educacional no campo. Para ele, existe “preconceito ideológico porque a Anca alfabetizou pessoal do MST”.

Segundo o advogado, na prestação de contas ao Ministério da Educação, a Anca apresentou documento de 1.500 páginas nas quais estão incluídos os nomes de todos os alfabetizados. “Tem a identificação completa de todas as turmas, com nomes, endereços, períodos, município, Estado e o acampamento”, disse Elmano da Costa. “Tudo isso foi passado ao MEC até para eventual fiscalização.”

O advogado reiterou que “os dados estão disponíveis para toda a sociedade”. Ele afirmou: “Não queremos que paire nenhuma dúvida sobre a Anca até porque a entidade administra recursos públicos e, em 1995, ganhou prêmio Itaú/Unicef pelo trabalho na área de educação em assentamentos”.

TCU condena entidade ligada ao MST a devolver R\$ 4,4 mi – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2008

O TCU (Tribunal de Contas da União) condenou uma entidade ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a devolver aos cofres públicos R\$ 4,4 milhões, em valores corrigidos pela inflação, por supostas irregularidades na execução de um convênio com o governo federal para aulas de alfabetização.

A decisão foi noticiada ontem pelo jornal "O Globo". A Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) recebeu os recursos em 2004 para alfabetizar 30 mil pessoas e capacitar 2.000 alfabetizadores. Segundo o TCU, a entidade não conseguiu comprovar em sua prestação de contas a realização dos cursos e cometeu outra irregularidade ao transferir recursos do convênio a secretarias regionais do MST.

O movimento rejeita a afirmação de que "controla" a associação, embora ela tenha salas em suas sedes. Segundo o MST, a Anca também presta serviços a assentamentos ligados a outras organizações dos sem-terra.

Em nota enviada por meio da assessoria de imprensa do MST, a Anca diz que realizou as aulas, com sucesso, para 90% dos alunos. Diz que comprovou os fatos ao TCU, com documentos com os nomes dos alunos, e que "a decisão configura-se numa concessão às pressões da bancada ruralista para perseguir as entidades não-governamentais que realizam o trabalho de educação e assistência ao povo pobre".

O advogado da entidade, Elmano Freitas da Costa, diz em e-mail que a ação do tribunal "está carregada de preconceito ideológico" e que pode disponibilizar cópias dos documentos que comprovam as aulas. A Folha deixou recado em seu celular, mas não teve resposta até a conclusão da edição.

Em outubro de 2007, o Ministério da Educação concluiu que 23 ONGs usaram de forma irregular R\$ 13 milhões repassados.

Cai a máscara – O Globo – Opinião – 29/03/2008

Não se trata de mais um desvio de dinheiro público — desses que tristemente entraram na rotina da vida pública do país. Se fosse, já seria escandaloso. Mas a constatação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) desviou R\$ 4,4 milhões recebidos do Ministério da Educação para alegadamente alfabetizar jovens e adultos, vai além de um escândalo trivial.

O golpe — pelo qual o TCU pede acertadamente ressarcimento aos cofres públicos, fora medidas punitivas — mostra o que já era visível, mas faltava comprovar: dinheiro do contribuinte repassado pelo governo ao MST com suposta finalidade social é gasto de forma diversa, no financiamento de ações violentas, ilegais, contra o estado de direito.

O caso requer, portanto, uma investigação profunda também dos órgãos de segurança do Estado. O escândalo reproduz um método de drenagem de dinheiro do erário para operações ilegais do MST e outras organizações políticas também alimentadas nos guichês do governo federal: como o MST, e certamente outros movimentos do tipo, não tem existência legal, usam-se ONGs, fundações ou similares para serem beneficiárias de convênios ditos sociais. No caso do desvio dos R\$ 4,4 milhões, foi usada como laranja, segundo o TCU, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), denominação inocente e anódina de uma fachada atrás da qual escondese o MST.

Quem observa ações como as que o MST tem comandado no Norte contra a Vale constata que só uma fonte generosa e perene de recursos pode financiar gastos para a mobilização de pessoas de outros estados e sua estadia em acampamentos onde ficam dias a treinar para invasões e depredações.

Esses convênios são uma das fontes.

Outra, que também acaba de ficar evidente, é o “ouro de Caracas”, como ficou claro na solenidade organizada quinta-feira em São Luís para o caudilho Hugo Chávez fazer proselitismo na assinatura de convênios “sociais” com o governador Jackson Lago. Qual será um dos destinos do dinheiro de Chávez? O MST, cujo líder nacional, João Paulo Stédile, fez questão de estar presente ao lado de Chávez — um dos seus patrocinadores, hoje fica evidente.

Toda essa história ganha proporções de extrema gravidade, por se tratar de interferência externa na política nacional, feita com intenções desestabilizadoras.

Emergiu a malha de interesses e alianças firmadas entre grupos aparelhados no governo e movimentos de esquerda radical, com ramificações no exterior, cuja proposta vai contra os interesses do regime democrático brasileiro.

Os poderes constituídos do Estado e a sociedade precisam estar conscientes da ameaça e enfrentá-la com rapidez.

MEC cobra do MST dinheiro desviado – O Globo – Capa – 29/03/2008

O ministro da Educação, Fernando Haddad, defende a devolução imediata de R\$ 4,4 milhões em verbas para alfabetização desviados pela Anca, ONG ligada ao MST. “Tem que cumprir o convênio ou restituir o recurso”, disse. **Página 16**

Haddad quer que MST devolva verba desviada - Flávio Freire e Carolina Brígido – O Globo – O País – 29/03/2008

Ministro diz que sua pasta não deve mais firmar convênios com ONGs; parlamentares elogiam decisão do TCU

SÃO PAULO e BRASÍLIA. O ministro da Educação, Fernando Haddad, defendeu ontem a devolução imediata dos R\$ 4,4 milhões destinados à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), ligada ao MST e acusada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de má utilização da verba liberada para cursos de alfabetização.

Segundo o tribunal, a entidade não comprovou a realização dos cursos e descentralizou a execução do convênio, o que é ilegal, como mostrou reportagem do GLOBO ontem.

— Independentemente do parceiro, seja com a ONG A, B ou C (o tratamento) é exatamente o mesmo. Tem que cumprir o convênio ou restituir o recurso. Não há outra solução — disse o ministro, em evento que marcou a entrada do governo de São Paulo no pacto pela educação no Brasil.

Desde 2007, segundo o ministro, tem sido uma prática entidades assistenciais devolverem os recursos quando não comprovam a legitimidade do convênio.

Pelo menos metade de todo o investimento aplicado nesse período já teria voltado para os cofres públicos, segundo Haddad.

Sobre o convênio com a Anca, entidade jurídica que representa o MST, Haddad disse que o ministério não deve mais firmar acordos com ONGs, já que elas não têm condições de se auto-fiscalizar.

— Meu posicionamento sobre isso (a condenação do TCU) é transparente: entendemos que para as atividades-fim, o MEC não deve conveniar com ONGs, porque elas não têm estrutura capilarizada para fiscalizar o convênio, nas mais distantes localidades do país. Por isso estamos fazendo convênios com os

municípios — reiterou o ministro, lembrando que a Advocacia Geral da União (AGU) está tomando as providências para o ressarcimento dos recursos desviados.

A idéia é suspender todos os acordos com ONGs, assim como já fez no passado: — O ministério anunciou a suspensão de convênios no Brasil Alfabetizado, que agora está sendo feito exclusivamente com estados e municípios.

“O MST se considera acima da lei”, diz deputado A decisão do TCU de condenar a Anca a devolver o dinheiro deixou satisfeito o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a extinta CPI da Terra. Ele lembrou que nas investigações foram constatados vários casos de desvio de dinheiro público por parte de entidades ligadas ao MST, inclusive da Anca. No entanto, para o senador, a devolução do dinheiro não é suficiente.

Ele defende que o governo cancele todos os convênios firmados com a associação.

— Constatamos que havia desvios na Anca e, mesmo assim, o governo continuava liberando mais recursos para a entidade, sem exigir prestação de contas. Em vez de cancelar os convênios, o governo aumentou os repasses.

Os convênios deveriam ser cancelados.

O deputado Raul Jungman (PPS-PE) também comemorou a decisão do TCU, mas acha que ela veio tarde. Ele disse que, quando era ministro do Desenvolvimento Agrário, no governo Fernando Henrique, já tinham sido constatadas irregularidades na gestão da Anca.

Ele afirmou que os indícios foram encaminhados para órgãos de investigação, mas só agora houve um resultado concreto.

— O TCU foi correto, mas foi atrasado. O MST se considera acima da lei — acusou Jungmann, que também integrou a CPI da Terra.

MST acusa TCU de ceder a pressão de ruralistas – O Globo – O País – 29/03/2008

Tribunal condenou entidade por repasse irregular de recursos BRASÍLIA. A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), controlada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acusou o Tribunal de Contas da União (TCU) de ter cedido às pressões da bancada ruralista ao condenar a entidade a devolver R\$ 4,4 milhões aos cofres públicos. Uma auditoria do tribunal constatou que o dinheiro, que deveria ter sido usado em cursos de alfabetização, foi utilizado de maneira irregular. A Anca teria repassado os recursos para secretarias estaduais do MST, o que é ilegal. A Anca anunciou que vai recorrer judicialmente da decisão.

“A decisão do tribunal configura-se numa explícita concessão às pressões da bancada ruralista para perseguir as entidades não-governamentais que realizam o trabalho de educação e assistência ao povo pobre do país”, diz a nota. No mesmo texto, a entidade afirma ter prestado contas do serviço ao governo federal, com o nome de todos os alfabetizados pelo programa. A entidade ainda alega ter comprovado o período de atividade de cada turma formada, com o município e o assentamento onde ela funcionou.

MST invade fazenda no interior de São Paulo – Estado de São Paulo – Nacional – 31/03/2008

Cerca de 80 sem-terra ligados ao MST invadiram ontem a Fazenda Santa Lourdes, de 680 alqueires, localizada no município de Flora Rica, na Alta Paulista. A invasão foi pacífica e o grupo já ergueu 40 barracos. Eles chegaram em dois ônibus, caminhões e carros. “A ocupação é um repúdio ao projeto de lei do governador José Serra, que, na verdade, privatiza terras públicas destinadas à reforma agrária”, afirmou Sérgio Pantaleão, coordenador do MST. A Fazenda Santa Lourdes já foi vistoriada pelo Itesp e, segundo o coordenador, a área é devoluta. “É uma terra improdutiva com pasto e cana”, disse ele.

600 famílias ocupam 6 áreas em Pernambuco – Estado de São Paulo – Nacional – 31/03/2008

Mais de 600 famílias de trabalhadores rurais sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pernambuco (Fetraf-PE) ocuparam ontem seis propriedades rurais em Pernambuco - cinco na região agreste e uma na zona da mata sul. As ações marcaram o início da jornada por reforma agrária deste ano. A meta é acampar, até primeiro de maio, em 35 áreas, com a participação de três mil famílias. Eles estão decepcionados com a lentidão da implantação da reforma agrária no País, segundo informou o presidente da Fetraf-PE, João Santos.

Sem-terra de PE e SP invadem 7 propriedades – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2008

Cerca de 600 famílias ligadas à Fetraf (Federação Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) de Pernambuco invadiram ontem seis propriedades em quatro municípios. O movimento diz que a meta é invadir 35 propriedades em protesto contra a violência no campo e a lentidão para realizar a reforma agrária. No oeste de São Paulo, cerca de 80 sem-terra do MST invadiram a fazenda Santa Lourdes, em Flora Rica (643 km de SP).

Justiça condena 14 por morte de agricultor em PE – Folha de São Paulo – Brasil – 31/03/2008

Um dos maiores julgamentos da história de Pernambuco terminou na noite de anteontem, após cinco dias de trabalhos. As penas somadas chegam a 252 anos de prisão. Dos 15 réus, 14 -entre eles, cinco PMs- foram condenados a 18 anos de prisão, cada um, pela morte de um agricultor e pela tentativa de homicídio a outros 13 trabalhadores rurais, em novembro de 98, após o confronto numa greve de canavieiros em Goiana (80 km de Recife).

Sem-terra invadem seis fazendas em Pernambuco – O Globo – O País – 31/03/2008

RECIFE. Às vésperas do início de abril — mês marcado pelas maiores mobilizações no campo em Pernambuco —, as ocupações de terra começaram ontem no estado. Cerca de 600 famílias ligadas à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) ocuparam 1,8 mil hectares de terras em seis fazendas na Zona da Mata e no Agreste.

A Zona da Mata, onde se concentra a agroindústria açucareira, é uma das áreas de maior tensão no estado. O coordenador da Fetraf, João Santos da Silva, informou que a previsão é que até o final de abril pelo menos 35 propriedades sejam ocupadas.

A Fetraf (antiga OLC — Organização de Libertação do Campo) comanda 66 ocupações em todo o estado, com 10 mil famílias morando em barracas precárias. Com as ocupações de ontem, subiu para 72 o número de acampamentos da organização no estado.

Santos disse que a jornada pretende agilizar a reforma agrária em Pernambuco.

Entre as fazendas ocupadas ontem estão a Bahia, em Caruaru, onde estão cem famílias, e a Santo Antônio, em São Caetano, com 90 famílias. Há ainda a Poço Chocalho e a Ponte de Terra, onde estão 260 famílias, além da Porteira e do engenho Riacho Branco, tomado por 80 famílias.

Segundo a Fetraf, as ocupações foram pacíficas e até às 17h de ontem não havia sido registrado nenhum incidente.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

